PARECER 1917, DE 2010

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 711, DE 2010

Nos termos do disposto no inciso XVII do artigo 47 e artigo 174 da Constituição Estadual, o Senhor Governador, por meio da mensagem nº A – 94/2010, enviou a este Poder Legislativo o Projeto de Lei, que aqui recebeu o nº 711,de 2010, que orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2011.

A propositura observa os ditames da Lei nº 14.185, de 13 de julho de 2010, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2011, bem como as disposições previstas na Lei Federal 4.320, de 1964, e na Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Foram consideradas, também, na elaboração da proposta as estratégias presentes no Plano Plurianual – PPA relativo ao período 2008/2011, Lei nº 13.127, de 8 de julho de 2008. Esse instrumento, aliás, abriga políticas públicas que objetivam a redução das desigualdades sociais e melhoria da qualidade de vida da população, geração de emprego e renda, preservação dos recursos naturais, garantia da segurança pública e promoção dos direitos humanos.

Atendendo ao disposto no inciso I do artigo 22 da Lei Federal nº 4.320/64, a propositura chegou a esta Casa acompanhada de demonstrativo da situação econômico-financeira, documentada com demonstrativo da dívida fundada e flutuante, dos restos a pagar, assim como dos créditos fiscais e da evolução da receita do Estado.

Após figurar em pauta por 15 sessões para análise pelos Senhores Deputados, conforme determina o Regimento Interno desta Casa de Leis, a peça recebeu 11.119 emendas, sendo posteriormente retiradas as emendas de número 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803 e 804, restando 11.109 emendas a ser analisadas.

Esse relator, além de verificar a proposta encaminhada pelo Poder Executivo, analisou as propostas de Orçamento apresentadas pelo Tribunal de Justiça e Tribunal de Justiça Militar (Ofício 341/2010), Ministério Público (Ofício PGJ 3553/10), e Defensoria Pública (Ofício DPGSP30940/2010).

Estas solicitações, mencionadas no parágrafo anterior, mostram-se incompatíveis com as receitas orçadas no bojo do PL 711/10 e seus anexos, verificando-se, portanto, a inexistência do devido suporte financeiro que pudesse comportar as despesas constantes naqueles documentos.

Cabe a esta Comissão de Finanças e Orçamento emitir parecer quanto ao projeto e às emendas apresentadas, devendo pronunciar-se sobre todos os seus aspectos, nos termos regimentais.

É o que passamos a fazer.

DO PROJETO

Em obediência ao que determina a Constituição Estadual no seu artigo 174, § 4º, o Poder Executivo encaminhou a proposta compreendendo os três documentos básicos, conforme previsto no artigo 1º do projeto de lei:

I. Orçamento Fiscal;
II. Orçamento da Seguridade Social; e
III. Orçamento de Investimento das Empresas.

A proposta orçamentária para o exercício de 2011, de acordo com o seu artigo 2º, orça a Receita e fixa a Despesa em R$ 140.673.564.343,00 (cento e quarenta bilhões, seiscentos e setenta e três milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil e trezentos e quarenta e três reais), devendo-se observar que o total referido inclui os recursos próprios das Autarquias, Fundações e empresas dependentes.

Nos termos do artigo 3º do projeto, a Receita será arrecadada na conformidade da legislação vigente e das especificações constantes dos quadros integrantes da própria proposta. Já os artigos 4º e 5º da propositura vêm para demonstrar de que forma a despesa orçamentária está distribuída – tanto no que se refere aos três tipos de Orçamento acima mencionados (artigo 4º), e quanto à alocação por órgão orçamentário.

Esclareça-se, apenas que integram o Orçamento Fiscal as dotações à conta do Tesouro do Estado destinadas às transferências às Empresas, a título de subscrição de ações. Por sua vez, compõem o Orçamento Fiscal ou o Orçamento da Seguridade Social, conforme o vínculo institucional de cada uma das entidades, as dotações orçamentárias à conta do Tesouro do Estado, as receitas próprias e as receitas vinculadas, destinadas às fundações, autarquias e empresas dependentes.

Ressalte-se que a distribuição dos gastos públicos foi programada tendo por orientação básica as diretrizes fixadas e, como princípio, a austeridade administrativa, característica marcante do atual governo.

Ao analisarmos os artigos 6º e 7º, nos deparamos com o valor da despesa do Orçamento de Investimentos das Empresas - fixada em R$ 10.288.327.000,00 (dez bilhões, duzentos e oitenta e oito milhões e trezentos e vinte e sete mil reais) – e a forma como o mesmo está desdobrado.

Na seqüência da análise da peça orçamentária, verificamos que o artigo 8º pretende autorizar o Poder Executivo a abrir, durante o exercício, créditos suplementares até o limite de 17% do total da despesa fixada no artigo 4º, sempre observado o disposto no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, bem como a abrir créditos adicionais até o limite consignado sob a denominação de Reserva de Contingência, fixada nos termos do artigo 20, da Lei nº 14.185, de 2010, observado o disposto no inciso III, do artigo 5º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

A autorização do limite de 17% não onerará esse mesmo limite: 1 - quando destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias relativas a inativos e pensionistas, serviços da dívida pública, honras de aval, débitos constantes de precatórios judiciais, despesas de exercícios anteriores e despesas à conta de recursos vinculados,até o limite de 9% (nove por cento) do total da despesa fixada; 2 - as aberturas de créditos suplementares, mediante a utilização de recursos de forma prevista no inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, até o limite de 20% do total da despesa fixada no artigo 4º desta lei.

O artigo 8º do referido projeto autoriza o Executivo, observados os limites acima descritos, a alocar recursos em grupo de despesa ou elemento de despesa não dotados inicialmente, com a finalidade de garantir a execução da programação aprovada; bem como a transpor, remanejar ou transferir recursos em decorrência de atos relacionados à organização e funcionamento da administração estadual, quando isso não implicar aumento de despesa, nem criação ou extinção de órgãos públicos, nos exatos termos do artigo 47, XIX, “a”, da Constituição Estadual.

Pretende o artigo 9º a autorização para que o Poder Executivo, observadas as normas de controle e acompanhamento da execução orçamentária, e com a finalidade de facilitar o cumprimento da programação, remaneje recursos entre atividades e projetos de um mesmo programa, no âmbito de cada órgão, obedecida a distribuição por grupo de despesa. Essas autorizações conferem a necessária flexibilidade à execução orçamentária e estão agasalhadas pelo artigo 165, § 8º, da Constituição Federal, bem como pelo artigo 7º da Lei 4.320/64.

Finalmente, o artigo 10 autoriza o Poder Executivo a realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite de 7% (sete por cento) da receita total estimada para o exercício de 2011, observadas as condições estabelecidas no artigo 38, da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Da análise dos números apresentados na propositura leva-nos a uma constatação de que resta mantido o equilíbrio econômico-financeiro das finanças públicas do Estado, através da absoluta austeridade fiscal. Aliás, ressalte-se que a arrecadação estimada para o próximo ano foi baseada nos parâmetros econômicos aprovados na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2011.

A expectativa para o crescimento do PIB paulista é de 4,5% (quatro e meio por cento), com evolução média dos preços esperada para o próximo ano também de 4,5% (quatro e meio por cento) e projeção para a taxa de câmbio estimada em R$ 1,85 US$ ao final de 2011.

No que se refere à Receita, merece especial atenção o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, que se constitui na principal fonte de recursos do Governo do Estado de São Paulo, representando, no Orçamento de 2011, 87,69% da receita total prevista. A estimativa de arrecadação do ICMS para 2011 alcança R$ 96,2 bilhões. Desse total, porém, 25% pertencem aos Municípios, ficando o Estado com o corresponde a R$ 72,1 bilhões.

No campo das despesas, merecem destaque os programas de caráter social, para os quais serão alocados, no próximo exercício, recursos que somam R$ 63,5 bilhões**,** quantia R$ 9 bilhões superior ao valor aprovado para este exercício de 2010.

Por fim, registre-se que a presente proposta orçamentária cumpre, rigorosamente, todas as disposições legais e constitucionais relacionadas com a vinculação e destinação dos recursos, sendo oportuno destacar, quanto a esse aspecto, o pleno atendimento ao disposto no artigo 255 da Constituição Estadual.

Perfeitamente legitimado, portanto, o projeto sob todos os aspectos que nos cabem analisar.

Somos favoráveis à sua aprovação. No que tange aos orçamentos do Poder Judiciário, compreendendo Tribunal de Justiça, Tribunal de Justiça Militar, Ministério Público e Defensoria Pública, somos favoráveis à proposta elaborada e encaminhada pelo Poder Executivo.

DAS EMENDAS DE ARTIGO

Pretendem as emendas 7185, 7186, 7187, 7188, 7189, 8789, 8790 e 11064 o aumento da receita orçada, a fim de aumentar proporcionalmente as despesas de determinados poderes, órgãos, categorias econômicas e programas.

A emenda 11065 sugere alteração no valor das transferências federais, tendo em vista o crescimento previsto para o PIB, para a saúde.

A Constituição do Estado traz previsão no sentido de que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual deverão indicar os recursos necessários para seu atendimento, admitidos apenas aqueles provenientes de anulação de despesa (art. 175, §1º, 2).

Assim sendo, somos forçados a rejeitar essas medidas.

Portanto, somos contrários à aprovação das emendas acima mencionadas.

As emendas 1697, 1698, 1700 e 10664 sugerem modificações no teor do artigo 8º, com a finalidade de, dentre outras enumeradas, reduzir o percentual para abertura de créditos suplementares previsto em 17% no projeto original.

No mesmo sentido, a emenda 1696 proíbe o remanejamento das dotações de pessoal.

Não podemos concordar com a medida proposta, pois isso engessaria a execução orçamentária, podendo vir a prejudicar programas prioritários, o que contraria o interesse público.

Por isso, somos contrários à aprovação das emendas acima mencionadas.

A emenda 1699 sugere a supressão do artigo 11, que trata das operações de crédito por antecipação da receita orçamentária, assunto delineado na Lei de Responsabilidade Fiscal, com vistas a ampliar a participação desta Casa com relação às Operações de Crédito por Antecipação da Receita.

Lembramos que, constitucionalmente, cabe ao Poder Legislativo fiscalizar os atos do Poder Executivo, o que torna a medida proposta ineficaz, motivo pelo qual **somos contrários à aprovação da emenda nº 1699.**

As demais emendas sugerem o acréscimo de novos artigos.

A emenda 4701 pretende inserir novo artigo garantindo a preferência do pagamento dos precatórios alimentícios aos maiores de 60 anos, o que já está em vigor a partir da edição da Emenda Constitucional nº 62 e do Decreto Estadual nº 55.300, de 30 de dezembro de 2009.

A emenda 4991 estabelece a criação de uma Comissão de Análise e Auditoria da Dívida Pública.

A emenda 10676, por sua vez, estabelece critérios para a alocação dos créditos suplementares abertos mediante a utilização de recursos advindos do excesso de arrecadação.

Sugere a emenda 10785 o acréscimo de artigo obrigando o Poder Executivo a promover a revisão dos vencimentos dos servidores até 1º de março de 2011.

No mesmo sentido, as emendas 826, 1313 e 1314 visam a reposição salarial dos servidores, e a emenda 1315 a proporcionalidade nas despesas com servidores ativos e inativos.

A emenda 1312 acresce ao texto do projeto disposição no sentido que haja prévia dotação para que seja concedido qualquer tipo de vantagem aos servidores.

Com relação às emendas 10584, 10614 e 10787, elas acrescentam artigo com a finalidade de: vincular recursos do ICMS ao Centro Paula Souza, aumentar o percentual constitucional da educação ou aumentar o percentual das universidades.

Apesar de meritórias, as proposituras acessórias acima mencionadas não devem prosperar, uma vez que contrariam o princípio da exclusividade. Segundo esse princípio, a lei orçamentária não conterá dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa. Isso significa que as leis orçamentárias não podem conter dispositivos estranhos, não relacionados às finanças públicas. Logo, não pode o texto da lei orçamentária trazer qualquer outra determinação que fuja às finalidades específicas de previsão de receita e fixação de despesa.

Diferentemente das demais leis, a lei orçamentária não cria direitos subjetivos, não podendo, por exemplo, criar ou aumentar impostos, conceder reajustes salariais, nem mesmo tornar obrigatória a realização das despesas nela fixadas. Entretanto, a lei orçamentária funciona como um ato que condiciona os demais, ou seja, qualquer despesa só poderá ser realizada se estiver devidamente autorizada nela.

Assim, somos contrários à aprovação das emendas 826, 1312, 1313, 1314, 1315, 4701, 4991, 10584, 10614, 10676, 10785 e 10687.

DAS EMENDAS DE QUADRO

Como já dito acima, durante a tramitação do projeto de lei a peça orçamentária recebeu 11.119 emendas tanto de Parlamentares como das Comissões, das quais 10 foram retiradas.

Entendemos, por oportuno, analisá-las separadamente, conforme segue abaixo:

1.1 – Das Emendas da Comissão de Finanças e Orçamento

Importante ressaltar que muitas dessas mais de 11.000 emendas foram fruto das Audiências Públicas realizadas por esta Comissão de Finanças e Orçamento. Ao todo foram 18 audiências realizadas em diversas cidades do estado, e das demandas apresentadas nessas audiências não só pela população local, mas por diversas autoridades extraiu-se 117 emendas que foram apresentadas à presente peça orçamentária.

As emendas foram levadas ao conhecimento do futuro Secretário da Casa Civil do Governo eleito que se comprometeu a verificar, até março do ano vindouro, ou seja, ainda sob o manto desta legislatura, o que já está incluído entre as diretrizes desse novo Governo, e o que pode vir a ser implementado, independentemente de aprovação das emendas.

Isto porque, não há como nos olvidar que este orçamento, a despeito de ter sido elaborado pelo atual Governo, será executado pelo novo governo, recém-eleito, que ainda não tem todas as ferramentas necessárias para dissecar as demandas apresentadas. Portanto faz-se mister aguardarmos o posicionamento desta nova Administração, visto que somente o Executivo consegue demonstrar, dentro da lei orçamentária - que tem natureza programática e geral - quais ações regionais podem ser implementadas.

Cumpre salientar, outrossim, que o Orçamento do Estado não é peça regionalizada e pontual, definindo as políticas públicas que serão aplicadas ao estado com um todo. Portanto, mesmo que atendidas todas as demandas apresentadas nessas Audiências Regionais não há como vincular a verba remanejada à região que a solicitou, e tampouco para a finalidade especificada na Audiência, visto que muitos pedidos são extremamente pontuais e específicos, e muitas vezes enveredando por competência alheia à atribuição estatal.

Ademais, a maioria dos pedidos apresentados refere-se a rubricas que já contam com um valor extremamente elevado, e consequentemente passível de contemplar a solicitação apresentada, sem que seja necessária realocação de recursos, bastando muitas vezes a demonstração dos Parlamentares e Representantes daquela região aos Secretários e demais autoridades competentes as necessidades locais junto ao novo governo eleito.

No entanto, após cuidadosa análise das emendas referentes aos quadros da peça orçamentária, este Relator considerou que algumas modificações sugeridas pelos Ilustres Pares mereciam ser acolhidas, assim como algumas emendas oriundas das Audiências Públicas, visto que aprimoram sobremaneira a peça inicial encaminhada pelo Douto Governador.

Assim, dentre as emendas apresentadas pela Comissão de Finanças e Orçamento, entendemos que merecem ser acolhidas as seguintes demandas:

SUBEMENDA I – FÓRUNS

EMENDAS DE Nº 173, 664, 697, 701, 832, 833, 2179, 3095, 3266, 4032, 4033, 4036, 4037, 4526, 4886, 6959, 6960, 6961, 6962, 6963, 6964, 6965, 6966, 6967, 6968, 7681, 7683, 8394, 8408, 8461, 8481, 9857

OR	UO	FN	SFN	PG	NPA	GD	FR	REMANEJAMENTO	+/-
17000	17001	14	061	1717	1430	4	1	5.000.000	+
29000	29001	04	127	2913	2272	4	1	5.000.000	-

SUBEMENDA II – IAMSPE

EMENDAS DE Nº 3557, 8020, 8389, 8433, 8439, 8788, 9185, 10495, 10797

OR	UO	FN	SFN	PG	NPA	GD	FR	REMANEJAMENTO	+/-
44000	44058	10	302	0927	4107	3	1	2.000.000	+
44000	44058	10	302	0927	4860	3	1	2.000.000	+
44000	44058	10	301	0927	4109	3	1	1.000.000	+
29000	29001	04	127	2913	2272	4	1	5.000.000	-

SUBEMENDA III – ETEC E FATEC

EMENDAS DE Nº 70, 141, 641, 642, 651, 693, 2346, 2799, 2833, 2834, 2914, 2915, 2956, 2978, 3309, 3459, 3573, 3653, 3654, 3825, 3826, 3879, 3996, 3997, 4000, 4001, 4002, 4003, 4005, 4006, 4007, 4008, 4009, 4010, 4011, 4016, 4018, 4019, 4020, 4021, 4022, 4023, 4024, 4025, 4077, 4814, 4815, 6848, 6849, 6873, 7172, 7173, 7193, 7194, 7677, 7829, 8371, 8376, 8383, 8388, 8400, 8419, 8440, 9018, 9077, 9078, 9088, 9152, 9166, 9326, 9327, 9328, 9329, 9334, 9335, 9336, 9337, 9900, 9905, 9929, 9930, 10049, 10050, 10223, 10521, 10636, 11020, 11021

OR	UO	FN	SFN	PG	NPA	GD	FR	REMANEJAMENTO	+/-
10000	10063	12	364	1023	5290	3	1	2.500.000	+
10000	10063	12	363	1024	5292	3	1	2.500.000	+
29000	29001	04	127	2913	2272	4	1	5.000.000	-

SUBEMENDA IV – ITESP

EMENDAS DE Nº 3279, 3280, 3307, 7110, 8441,10294

OR	UO	FN	SFN	PG	NPA	GD	FR	REMANEJAMENTO	+/-
17000	17047	21	122	1727	4939	3	1	5.000.000	+
29000	29001	04	127	2913	2272	4	1	5.000.000	-

SUBEMENDA V – POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICO

EMENDAS DE Nº 1178, 1179, 1471,3121, 3597, 3874, 4491, 4677, 6620, 7697, 7929, 8276, 8421, 8446, 8482, 10685, 11009

OR	UO	FN	SFN	PG	NPA	GD	FR	REMANEJAMENTO	+/-
18000	18007	06	183	1814	1293	3	1	5.000.000	+
29000	29001	04	127	2913	2272	4	1	5.000.000	-

1.2 – Das Emendas da Comissão de Promoção Social

A partir das emendas apresentadas pela Comissão de Promoção Social, entendemos que devem ser acolhidas as seguintes proposituras, na forma da subemenda abaixo:

SUBEMENDA VI – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

EMENDAS DE Nº 206, 1136, 1137, 1138, 1139, 1161, 1168, 1171, 1297, 1298, 1308, 1738, 1741, 1748, 1766, 1800, 1801, 1803, 1804, 1834, 1840, 1881, 1882, 1897, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 2387,2389, 2470, 2783, 2893, 2894, 3004, 3225, 3226, 3232, 3245, 3254, 3275, 3358, 3364, 3401, 3409, 3482, 3501, 3509, 3537, 3541, 3542, 3570, 3873, 4041, 4048, 4087, 4088, 4089, 4090, 4971, 5366, 5526, 5591, 5804, 6023, 6143, 6200, 6622, 6623, 6634, 6659, 6676, 6695, 6698, 6715, 6766, 6767, 6770, 6772, 6779, 6780, 6781, 6789, 7150, 7338, 7342, 7481, 7482, 7707, 7712, 7715, 7718, 7731, 7736, 7754, 8484, 8485, 8486, 8487, 8488, 8489, 8490, 8540, 8543, 8546, 8549, 8550, 8551, 8552, 8558, 8559, 8560, 8563, 8564, 8567, 8573, 8580, 8609, 8611, 8615, 8616, 8617, 8618, 8619, 8620, 8621, 8622, 8623, 8624, 8628, 8649, 8650, 8651, 8719, 8761, 8762, 8877, 8878, 8955, 8958, 8961, 8962, 9124, 9135, 9156, 9909, 9911, 10227, 10883, 10888, 10889

OR	UO	FN	SFN	PG	NPA	GD	FR	REMANEJAMENTO	+/-
35000	35007	08	244	3513	1825	4	1	5.000.000	+
29000	29001	04	127	2913	2272	4	1	5.000.000	-

1.3 – Das Emendas da Comissão de Agricultura e Pecuária

Por fim, no que se refere à Comissão de Agricultura e Pecuária, entendemos que devem ser acatadas as seguintes emendas, na forma das subemendas:

SUBEMENDA VII – PARQUE DA ÁGUA BRANCA

EMENDAS DE Nº 8357, 8358, 8359, 8360, 8361

OR	UO	FN	SFN	PG	NPA	GD	FR	REMANEJAMENTO	+/-
13000	13001	20	122	1314	1394	3	1	1.000.000	+
29000	29001	04	127	2913	2272	4	1	1.000.000	-

SUBEMENDA VIII – MELHOR CAMINHO

EMENDAS DE Nº 2519, 2521, 2522, 2523, 2937,2973, 3094, 3308, 4528, 7965, 8356, 8384, 8420

OR	UO	FN	SFN	PG	NPA	GD	FR	REMANEJAMENTO	+/-
13000	13001	20	782	1314	1195	3	1	1.000.000	+

29000	29001	04	127	2913	2272	4	1	1.000.000	-

SUBEMENDA IX – VIVA LEITE

EMENDAS DE Nº 2835, 8355, 9552, 10594

OR	UO	FN	SFN	PG	NPA	GD	FR	REMANEJAMENTO	+/-
13000	13013	10	306	1308	6000	3	1	1.000.000	+
29000	29001	04	127	2913	2272	4	1	1.000.000	-

SUBEMENDA X – BOM PRATO

EMENDAS DE Nº 711, 3584, 7793, 8351, 8471, 10053, 10054, 10055, 10056

OR	UO	FN	SFN	PG	NPA	GD	FR	REMANEJAMENTO	+/-
13000	13013	20	306	1308	6001	3	1	1.000.000	+
29000	29001	04	127	2913	2272	4	1	1.000.000	-

SUBEMENDA XI – SEGURANÇA ALIMENTAR

EMENDA 8344, 8353, 8364, 8366, 10292, 10330, 10335

OR	UO	FN	SFN	PG	NPA	GD	FR	REMANEJAMENTO	+/-
13000	13015	20	573	1301	4872	3	1	1.000.000	+
29000	29001	04	127	2913	2272	4	1	1.000.000	-

1.4 - Das Emendas de Parlamentares

Conforme entendimento firmado nesta Legislatura, os Representantes dessa Casa de Leis dispõe de verba equivalente a R$ 2 milhões para atendimento de demandas pontuais, as chamadas emendas parlamentares. Este Relator entende extremamente salutar e necessária a continuidade dessa prática que visa atender as demandas regionais legítimas trazidas aos deputados, que passam a ter meios eficazes de suprir as carências de seus eleitores e das regiões que representam no Parlamento Paulista.

E ao fazer uma análise pormenorizada da peça orçamentária para o exercício de 2011 verificamos que já há rubrica que contemple tal ação, conforme se verifica na proposta orçamentária, no âmbito da Secretaria da Economia e Planejamento, na rubrica atuação especial em municípios.

OR	UO	FN	SFN	PG	NPA	GD	FR	DOTAÇÃO
29000	29001	4	127	2913	2272	3	1	20.000.000
29000	29001	4	127	2913	2272	4	1	180.000.000

Assim, propomos as seguintes emendas que atendem as demandas dos parlamentares desta Casa:

SUBEMENDA XII - ESTRADAS VICINAIS

EMENDAS DE Nº: 00001, 00100, 00102, 00106, 01915, 01928, 02182, 02948, 02960, 02967, 03296, 03297, 03298, 03299, 04459, 04460, 04864, 04869, 05086, 05095, 05096, 05098, 05101, 05345, 05351, 05358, 05359, 05485, 05525, 05527, 05530, 05535, 05538, 05539, 05638, 05753, 05854, 05895, 05963, 05979, 06142, 06151, 06168, 06169, 06403, 06418, 06558, 06561, 06562, 06563, 06566, 07050, 07051, 07052, 07053, 07062, 07063, 07065, 07067, 07068, 07069, 07075, 07076, 07077, 07078, 07079, 07080, 07081, 07082, 07083, 07084, 07085, 07086, 07087, 07088, 07089, 07090, 07091, 07092, 07093, 07094, 07095, 07096, 07097, 07098, 07099, 07100, 07101, 07102, 07103, 07104, 07105, 07177, 07435, 07448, 07499, 07505, 07506, 07507, 07521, 07696, 07762, 07801, 07926, 07962, 08377, 08406, 08424, 08443, 08455, 08459, 08466, 09506, 09507, 09508, 09509, 09510, 09511, 09512, 09513, 09514, 09515, 09516, 09517, 09518, 09519, 09520, 09521, 09522, 09523, 09524, 09525, 09526, 09527, 09556, 10163, 10167, 10169, 10170, 10171, 10172, 10179, 10180, 10181, 10184, 10186, 10187, 10188, 10190, 10199, 10200, 10203, 10204, 10234, 10258

CÓDIGO								VALORES EM R$ 1,00	
OR	**UO**	**FN**	**SFN**	**PG**	**NPA**	**GD**	**FR**	REMANEJAMENTO	
DENOMINAÇÃO									
16000	16055	26	782	1606	1114	4	1	3.000.000	+
AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA ESTRADAS VICINAIS									
29000	29001	4	127	2913	2272	4	1	3.000.000	-
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL ATUAÇÃO ESPECIAL EM MUNICÍPIOS									

SUBEMENDA XIII - AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL - PROVISÃO DE MO

EMENDAS DE Nº: 02103, 02493, 02534, 02536, 02537, 02540, 02541, 02542, 02543, 02544, 02545, 02546, 02554, 02555, 02556, 02557, 02558, 02561, 02564, 02565, 02566, 02567, 02568, 02569, 02570, 02571, 02572, 02573, 02574, 02575, 02576, 02577, 02578, 02579, 02580, 02581, 02582, 02583, 02584, 02585, 02586, 02587, 02588, 02792, 02793, 03180, 04387, 04414, 04529, 04530, 07178, 07190, 08094, 08095, 08096, 08097, 08098, 08099, 08100, 08101, 08102, 08103, 08104, 08105, 08106, 08107, 08108, 08109, 08110, 08111, 08112, 08113, 08114, 08115, 08116, 08117, 08118, 08119, 08120, 08121, 08122, 08123, 08124, 08125, 08126, 08127, 08128, 08129, 08130, 08131, 08132, 08192, 08386, 08387, 08403, 08405, 08468, 08479, 10164, 10384, 10543

CÓDIGO								VALORES EM R$ 1,00	
OR	**UO**	**FN**	**SFN**	**PG**	**NPA**	**GD**	**FR**	REMANEJAMENTO	
DENOMINAÇÃO									
25000	25001	16	482	2508	2006	4	1	3.000.000	+
PROVISÃO DE MORADIAS PRODUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS									
29000	29001	4	127	2913	2272	4	1	3.000.000	-
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL ATUAÇÃO ESPECIAL EM MUNICÍPIOS									

SUBEMENDA XIV - ARTICULAÇÃO MUNICÍPIOS

SUBEMENDA XIV - ARTICULAÇÃO MUNICÍPIOS

EMENDAS DE Nº: 00017, 00019, 00021, 00023, 00034, 00067, 00114, 00147, 00149, 00163, 00164, 00171, 00172, 00176, 00180, 00181, 00183, 00184, 00205, 00210, 00232, 00233, 00234, 00235, 00626, 00730, 00731, 00732, 00733, 00740, 00758, 00759, 00760, 00761, 00797, 00808, 00809, 00810, 00813, 00815, 00819, 00820, 00823, 00847, 01073, 01132, 01373, 01389, 01407, 01408, 01409, 01470, 01669, 01674, 01684, 01687, 01734, 01820, 01821, 01822, 01823, 01941, 01942, 01943, 01945, 01946, 02192, 02282, 02284, 02309, 02360, 02397, 02635, 02639, 02641, 02807, 02838, 02839, 02842, 02843, 02844, 03101, 03108, 03109, 03110, 03112, 03134, 03190, 03201, 03202, 03203, 03204, 03230, 03234, 03235, 03237, 03252, 03273, 03420, 03466, 03469, 03620, 03637, 03687, 03711, 03736, 03737, 03789, 03793, 03821, 03835, 03837, 03842, 03844, 04038, 04039, 04052, 04054, 04057, 04130, 04243, 04244, 04304, 04305, 04475, 04492, 04502, 04532, 04540, 04541, 04657, 04694, 04695, 04711, 04714, 04716, 04718, 04790, 04796, 04877, 04878, 04880, 04890, 04932, 04974, 04988, 04997, 05003, 05006, 05010, 05081, 05085, 05090, 05257, 05259, 06616, 06617, 06874, 06903, 06904, 06905, 06906, 07152, 07182, 07183, 07234, 07235, 07236, 07237, 07498, 07551, 07552, 07553, 07563, 07564, 07678, 07757, 07759, 07773, 07776, 07831, 08152, 08155, 08156, 08160, 08168, 08169, 08244, 08258, 08496, 08500, 08501, 08524, 08553, 08565, 08568, 08579, 08688, 08694, 08697, 08700, 08736, 08737, 08738, 08791, 08833, 08838, 08905, 08918, 08919, 08920, 09213, 09214, 09216, 09218, 09220, 09350, 09354, 09416, 09417, 09530, 09532, 09534, 09536, 09559, 09800, 09802, 09803, 09818, 09836, 09848, 09849, 09852, 09854, 09855, 10085, 10106, 10108, 10182, 10183, 10252, 10265, 10272, 10278, 10284, 10303, 10376, 10379, 10415, 10419, 10420, 10421, 10449, 10450, 10551, 10558, 10912, 10989, 10991, 10994, 11030, 11031, 11032, 11034, 11088, 11100, 11102, 11104, 11119

CÓDIGO								VALORES EM R$ 1,00	
OR	**UO**	**FN**	**SFN**	**PG**	**NPA**	**GD**	**FR**	REMANEJAMENTO	
DENOMINAÇÃO									
29000	29001	4	127	2913	4477	4	1	3.000.000	+
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL ARTICULAÇÃO MUNICIPAL E CONSÓRCIOS DE MUNICÍPIOS									
29000	29001	4	127	2913	2272	4	1	3.000.000	-
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL ATUAÇÃO ESPECIAL EM MUNICÍPIOS									

SUBEMENDA XV - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

SUBEMENDA XV - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

EMENDAS DE Nº: 00044, 00045, 00046, 00047, 00049, 00050, 00134, 00174, 00177, 00178, 00179, 00188, 00191, 00281, 00293, 00299, 00300, 00302, 00307, 00313, 00344, 00345, 00347, 00368, 00376, 00377, 00393, 00638, 00674, 00861, 01075, 01082, 01089, 01122, 01123, 01141, 01142, 01143, 01144, 01145, 01146, 01147, 01148, 01150, 01151, 01152, 01153, 01154, 01155, 01156, 01157, 01158, 01159, 01160, 01162, 01163, 01164, 01165, 01166, 01167, 01169, 01170, 01172, 01173, 01174, 01175, 01176, 01295, 01296, 01299, 01300, 01301, 01302, 01303, 01304, 01305, 01306, 01307, 01424, 01425, 01426, 01427, 01541, 01614, 01663, 01664, 01665, 01666, 01667, 01673, 01678, 01712, 01736, 01740, 01742, 01743, 01744, 01754, 01755, 01759, 01761, 01762, 01768, 01771, 01774, 01775, 01781, 01782, 01794, 01796, 01797, 01798, 01802, 01805, 01806, 01811, 01816, 01847, 01857, 01860, 01865, 01872, 01875, 01877, 01887, 01890, 01894, 01911, 01916, 01925, 01935, 01954, 01955, 01956, 01961, 01964, 01965, 01968, 01969, 01974, 01975, 01977, 01979, 01982, 01983, 01984, 01986, 01987, 01988, 01999, 02000, 02004, 02016, 02017, 02019, 02020, 02021, 02022, 02024, 02026, 02042, 02043, 02046, 02048, 02049, 02050, 02051, 02052, 02054, 02057, 02058, 02059, 02062, 02069, 02084, 02085, 02086, 02093, 02107, 02114, 02118, 02121, 02122, 02124, 02125, 02127, 02130, 02142, 02143, 02145, 02146, 02257, 02258, 02259, 02260, 02261, 02262, 02263, 02264, 02265, 02266, 02267, 02268, 02269, 02270, 02271, 02272, 02273, 02274, 02275, 02276, 02277, 02278, 02279, 02280, 02281, 02324, 02325, 02331, 02693, 02694, 02695, 02696, 02751, 02763, 02770, 02774, 02776, 02784, 02886, 02889, 02890, 02891, 02892, 02895, 02896, 02897, 02898, 02920, 02954, 02961, 02963, 02981, 03013, 03014, 03015, 03016, 03017, 03018, 03019, 03020, 03021, 03022, 03023, 03024, 03025, 03026, 03027, 03031, 03174, 03175, 03176, 03182, 03276, 03587, 03719, 03724, 03725, 03730, 03731, 03732, 03733, 03734, 03735, 03742, 03743, 03806, 03901, 03902, 03903, 03904, 03905, 03906, 03907, 03908, 03909, 03910, 03911, 03912, 04463, 04469, 04470, 04477, 04483, 04493, 04494, 04496, 04497, 04499, 04506, 04507, 04508, 04525, 04659, 04895, 04996, 05008, 05020, 05021, 05022, 05027, 05028, 05029, 05066, 05073, 05077, 05233, 05234, 05235, 05236, 05237, 05238, 05239, 05240, 05241, 05242, 05370, 05371, 05372, 05373, 05374, 05375, 05376, 05377, 05378, 05379, 05380, 05381, 05382, 05383, 05384, 05385, 05386, 05387, 05388, 05389, 05390, 05391, 05392, 05393, 05398, 05442, 05443, 05444, 05445, 05446, 05447, 05448, 05449, 05450, 05451, 05452, 05453, 05454, 05455, 05456, 05457, 05458, 05459, 05460, 05461, 05462, 05463, 05464, 05465, 05466, 05467, 05468, 05469, 05470, 05471, 05472, 05473, 05474, 05475, 05476, 05477, 05478, 05479, 05480, 05481, 05482, 05483, 05484, 05544, 05545, 05676, 05677, 05678, 05680, 05681, 05682, 05700, 05701, 05702, 05704, 05706, 05707, 05789, 05790, 05791, 05793, 05794, 05795, 05813, 05814, 05815, 05817, 05819, 05820, 05871, 05984, 06050, 06073, 06076, 06091, 06134, 06135, 06136, 06155, 06164, 06178, 06186, 06196, 06201, 06202, 06203, 06218, 06219, 06275, 06276, 06277, 06278, 06279, 06280, 06281, 06282, 06283, 06284, 06285, 06286, 06287, 06288, 06289, 06290, 06291, 06292, 06293, 06294, 06295, 06296, 06297, 06298, 06386, 06538, 07176, 07255, 07256, 07257, 07258, 07259, 07260, 07261, 07262, 07263, 07264, 07265, 07266, 07267, 07268, 07269, 07270, 07271, 07272, 07273, 07274, 07275, 07276, 07277, 07278, 07279, 07280, 07281, 07282, 07283, 07284, 07285, 07286, 07287, 07288, 07289, 07290, 07291, 07292, 07293, 07294, 07295, 07296, 07297, 07298, 07299, 07300, 07301, 07302, 07303, 07304, 07305, 07306, 07307, 07308, 07309, 07310, 07311, 07312, 07313, 07314, 07315, 07322, 07323, 07324, 07325, 07326, 07327, 07328, 07329, 07330, 07331, 07332, 07333, 07334, 07460, 07464, 07465, 07466, 07790, 07868, 07930, 07955, 07958, 07959, 07963, 07970, 07971, 07972, 07973, 07974, 07975, 07999, 08000, 08001, 08002, 08003, 08004, 08005, 08010, 08011, 08012, 08013, 08043, 08044, 08045, 08046, 08047, 08051, 08052, 08135, 08136, 08138, 08139, 08142, 08207, 08211, 08214, 08218, 08232, 08233, 08234, 08237, 08238, 08239, 08246, 08379, 08491, 08539, 08667, 08669, 08671, 08672, 08674, 08675, 08678, 08680, 08682, 08693, 08723, 08724, 08726, 08728, 08730, 08792, 08805, 08806, 08807, 08815, 09246, 09247, 09248, 09249, 09250, 09251, 09252, 09253, 09254, 09279, 09325, 09408, 09647, 10079, 10083, 10089, 10091, 10092, 10102, 10103, 10110, 10111, 10112, 10113, 10114, 10115, 10116, 10119, 10120, 10122, 10123, 10125, 10127, 10131, 10133, 10134, 10138, 10141, 10142, 10143, 10144, 10145, 10146, 10147, 10229, 10230, 10232, 10245, 10262, 10266, 10267, 10268, 10269, 10270, 10271, 10275, 10281, 10285, 10919, 10958, 10968

	CÓDIGO								VALORES EM R$ 1,00	
	OR	**UO**	**FN**	**SFN**	**PG**	**NPA**	**GD**	**FR**	REMANEJAMENTO	
	DENOMINAÇÃO									
	35000	35007	8	244	3514	5529	3	1	3.000.000	+
	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL ATENÇÃO ESPECIAL									

SUBEMENDA XV - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

	29000	29001	4	127	2913	2272	4	1	3.000.000	-
	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL ATUAÇÃO ESPECIAL EM MUNICÍPIOS									

SUBEMENDA XVI - SANTAS CASAS

EMENDAS DE Nº: 00063, 00093, 00104, 00142, 00161, 00207, 00504, 00505, 00506, 00512, 00513, 00514, 00518, 00520, 00628, 00630, 00634, 00647, 00648, 00649, 00865, 00889, 00908, 00912, 00922, 00936, 00937, 00942, 00950, 00951, 00952, 00956, 00957, 00958, 00959, 00960, 01348, 01349, 01350, 01351, 01353, 01476, 01504, 01554, 01630, 01631, 01632, 01645, 01660, 01716, 01718, 01719, 01720, 01735, 01746, 01752, 01757, 01765, 01767, 01778, 01787, 01793, 01812, 01813, 01815, 01853, 01856, 01858, 01859, 01861, 01867, 01870, 01878, 01883, 01891, 01898, 01907, 01908, 01914, 01917, 01924, 01937, 01944, 01973, 01980, 02037, 02039, 02056, 02063, 02068, 02077, 02087, 02144, 02147, 02149, 02154, 02163, 02178, 02186, 02187, 02188, 02191, 02302, 02342, 02362, 02375, 02386, 02394, 02398, 02429, 02431, 02436, 02438, 02446, 02458, 02459, 02466, 02473, 02474, 02481, 02490, 02666, 02667, 02670, 02671, 02672, 02674, 02675, 02676, 02691, 02697, 02756, 02758, 02761, 02764, 02765, 02766, 02769, 02777, 02867, 02868, 02869, 02870, 02872, 02874, 02875, 02876, 02877, 02878, 02879, 02880, 02881, 02921, 02962, 03010, 03011, 03012, 03032, 03104, 03114, 03118, 03119, 03205, 03206, 03207, 03208, 03209, 03210, 03211, 03212, 03213, 03214, 03215, 03216, 03217, 03218, 03219, 03242, 03243, 03253, 03270, 03271, 03283, 03328, 03329, 03355, 03356, 03360, 03383, 03460, 03568, 03583, 03588, 03589, 03590, 03594, 03595, 03621, 03629, 03630, 03631, 03660, 03670, 03672, 03674, 03717, 03726, 03727, 03752, 03754, 03786, 03787, 03790, 03869, 03880, 03897, 03898, 03899, 03900, 04234, 04235, 04236, 04258, 04302, 04418, 04420, 04443, 04454, 04455, 04456, 04457, 04487, 04488, 04489, 04490, 04513, 04623, 04624, 04690, 04691, 04692, 04705, 04738, 04739, 04742, 04759, 04791, 04792, 04794, 04795, 04821, 04832, 04836, 04848, 04861, 04865, 04940, 04973, 05071, 05105, 06020, 06792, 06799, 06800, 06801, 06802, 06803, 06805, 06806, 06807, 06808, 06809, 06810, 06811, 06812, 06813, 06814, 06815, 06816, 06817, 06818, 06819, 06820, 06821, 06822, 06823, 06824, 06825, 06826, 06827, 06828, 06829, 06830, 06831, 06832, 06833, 06834, 06836, 06841, 06842, 06843, 06844, 06845, 06846, 06847, 07196, 07253, 07316, 07318, 07320, 07321, 07497, 07705, 07706, 07725, 07748, 07755, 07765, 07766, 07774, 07779, 07780, 07781, 07785, 07786, 07787, 07788, 07789, 07794, 07796, 07797, 07798, 07799, 07833, 07838, 07844, 07845, 07859, 07890, 07892, 07900, 07907, 07908, 07913, 07915, 07933, 07942, 07943, 07968, 07979, 08008, 08009, 08053, 08054, 08055, 08056, 08057, 08058, 08059, 08060, 08061, 08062, 08063, 08064, 08065, 08066, 08067, 08068, 08069, 08070, 08071, 08072, 08073, 08074, 08075, 08076, 08077, 08078, 08079, 08080, 08081, 08082, 08083, 08084, 08085, 08086, 08087, 08134, 08137, 08140, 08143, 08163, 08177, 08179, 08181, 08199, 08225, 08256, 08271, 08308, 08311, 08397, 08411, 08425, 08444, 08445, 08447, 08655, 08656, 08658, 08662, 08664, 08666, 08673, 08677, 08679, 08681, 08683, 08685, 08686, 08687, 08689, 08699, 08733, 08837, 08845, 08851, 08871, 08872, 08873, 08886, 08888, 08890, 08895, 08904, 08917, 08923, 08926, 08934, 08936, 08939, 08959, 08960, 08969, 08970, 08971, 08975, 09013, 09014, 09015, 09021, 09027, 09029, 09030, 09032, 09033, 09043, 09044, 09070, 09120, 09162, 09228, 09229, 09230, 09234, 09235, 09236, 09237, 09238, 09239, 09240, 09241, 09242, 09255, 09272, 09307, 09315, 09316, 09338, 09481, 09482, 09483, 09484, 09485, 09486, 09487, 09488, 09489, 09490, 09491, 09492, 09493, 09494, 09495, 09496, 09497, 09498, 09499, 09500, 09501, 09502, 09503, 09504, 09505, 09653, 09785, 09883, 09888, 09894, 10095, 10096, 10100, 10225, 10237, 10241, 10242, 10243, 10248, 10253, 10279, 10283, 10349, 10370, 10371, 10452, 10453, 10455, 10456, 10502, 10507, 10508, 10920, 10921, 10952, 10954, 10956, 10959, 10961, 10966, 10977, 10979, 10995, 11007, 11040, 11042, 11043, 11052, 11063, 11095, 11096, 11112, 11113

	CÓDIGO								VALORES EM R$ 1,00	
	OR	**UO**	**FN**	**SFN**	**PG**	**NPA**	**GD**	**FR**	REMANEJAMENTO	
	DENOMINAÇÃO									
	09000	09001	10	302	930	4849	3	1	3.000.000	+
	ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS/SP APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES FILANTRÓPICAS E MUNICIPAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO									

SUBEMENDA XVI - SANTAS CASAS

	29000	29001	4	127	2913	2272	4	1	3.000.000	-
	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL ATUAÇÃO ESPECIAL EM MUNICÍPIOS									

Ademais, para adequação da peça orçamentária se faz necessário a apresentação das presentes emendas corretivas:

EMENDA “A” DO RELATOR

OR	UO	FN	SFN	PG	NPA	GD	FR	**DOTAÇÃO**	REMANEJAMENTO	**+/-**
26000	26001	18	542	2604	2311	4	1	0	10	**+**

Prog: GESTÃO E CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL
Ação: Projetos do Fundo Est. Para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas - FEPRAC
Produto: Projetos Financiados (unidade): 1

26000	26097	18	542	2604	2229	4	1	3.000.000	10	**-**

Prog: GESTÃO E CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL
Ação: Investimento para a gestão e controle da qualidade ambiental
Produto: Necessidades atendidas (%): 100

Com a presente emenda visa-se a inclusão da Ação Projetos do Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas – FEPRAC, que aliada a outros mecanismos previstos em lei, já em fase de regulamentação, permitirá a adoção de medidas concretas destinadas à proteção contra alterações prejudiciais das funções do solo e à identificação e remediação de áreas já contaminadas, assegurando seu uso atual e futuro.

EMENDA “B” DO RELATOR

OR	UO	FN	SFN	PG	NPA	GD	FR	***DOTAÇÃO***	REMANEJAMENTO	+/-
1000	010001	19	572	1026	5848	4	1	571.200	9.999.990	+

Prog: GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Ação: ASSISTÊNCIA E APOIO AO INVESTIDOR
Produto: INVESTIDORES ATENDIDOS (unidade) 40

1000	010001	19	572	1026	5847	4	1	10.000.000	9.999.990	-

Prog: GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Ação: APOIO À POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Produto: PROJETOS EXECUTADOS (unidade) 10

Com esta emenda visamos proporcionar à Secretaria do Desenvolvimento condições para oferecer ao potencial investidor um conjunto de serviços de apoio que estimulem seu

interesse em sediar o investimento em território paulista, promover a articulação com outras unidades governamentais para viabilizar novos empreendimentos e oferecer apoio financeiro à Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade – INVESTE SÃO PAULO (autorizada pela Lei nº 13.179/2008), por meio da inclusão da dotação necessária no **GD 4 -** Investimentos nesta ação.

EMENDA "C" DO RELATOR

OR	UO	FN	SFN	PG	NPA	GD	FR	***DOTAÇÃO***	REMANEJAMENTO	+/-
39	00039001	25	751	3921	5858	3	70	1.166.000		+

Prog: PROGRAMA ESTADUAL DE ENERGIA E MINERAÇÃO
Ação: INCENTIVO AO USO DE FONTES ENERGÉTICAS
Produto: PUBLICAÇÕES (unidade): 1

37	00037001	26	453	3703	4288	3	7	2.670.000	1.166.000	-

Prog: GESTÃO ESTRATÉGICA DE TRANSPORTE METROPOLITANO - PITU VIVO
Ação: PLANEJAMENTO, GESTÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES DO SISTEMA DE TRANSPORTE METROPOLITANO
Produto: CONTRATOS VIGENTES (unidade) 5

A presente emenda visa promover a correta alocação dos recursos provenientes de operação de crédito, destinado a cooperação técnica junto ao BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, na contratação de serviços de consultoria para desenvolver e implantar projetos de eficiência energética em São Paulo, ajudando a planejar futuras inversões no setor.

Por fim, tendo em vista a necessidade de remanejamentos na peça para o atendimento das subemendas ora apresentadas, apresentamos a seguinte emenda:

EMENDA "D"

I. Proceda-se ao remanejamento dos quadros da Secretaria de Economia e Planejamento como segue:

OR	UO	FN	SFN	PG	NPA	GD	FR	DOTAÇÃO	REMANEJAMENTO	+/-
29000	29001	04	127	2913	2272	4	1	200.000.000	50.000.000	+

II. Acrescente-se ao Quadro III – Sumário Geral da Receita por Fonte, mencionada as fls. 35 da Proposta Orçamentária os seguintes valores:

2000	RECEITAS DE CAPITAL	R$ 50.000.000,00
2200	Alienação de Bens	R$ 50.000.000,00

Meritória a emenda que ora acatamos e apresentamos, objetivando a criação de Ação que vise o ressarcimento da gratuidade concedida aos usuários de linhas da EMTU

EMENDA “E” DO RELATOR

OR	UO	FN	SFN	PG	NPA	GD	FR	DOTAÇÃO	REMANEJAMENTO	+/-
3700037001		26	453	3706	46243	1	0	10		+

Prog: EXPANSÃO E GESTÃO DO TRANSPORTE DE BAIXA E MÉDIA CAPACIDADE – PITU EM MARCHA
Ação: Ressarcimento de gratuidades concedidas aos usuários de linhas EMTU
Produto: Usuários Transportados com gratuidade: 1

3700037001		26	122	3703	50903	1	5.000.000	10		-

Prog: GESTÃO ESTRATÉGICA DE TRANSPORTE METROPOLITANO – PITU VIVO
Ação: COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERLA DA SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
Produto: Unidade atendida: 1

Diante do exposto, nosso parecer é:

1 – pela aprovação do Projeto de Lei nº 711/2010

2 – pela aprovação das emendas acima mencionadas na forma das subemendas I a XVI ora apresentadas.

3 – pela aprovação das emendas A, B, C, D e E deste relator;

4 – pela rejeição das demais emendas apresentadas.

a)Bruno Covas – Relator

Aprovado o parecer do relator, favoráveis ao projeto, com emendas e subemendas.

Sala das Comissões, em 16/12/2010

a)Mauro Bragato – Presidente

Jonas Donizette – Mauro Bragato – Bruno Covas – Waldir Agnello (com restrição) – Estevam Galvão (com restrição) – Enio Tatto (com o voto em separado) – Vitor Sapienza (com restrições) – Edson Giriboni - Adriano Diogo (contrário ao relator com o voto em separado).

VOTO EM SEPARADO DA BANCADA DO PT AO PL Nº 711/2010, QUE ORÇA A RECEITA E FIXA AS DESPESAS DO ESP PARA 2011.

O projeto de Lei nº 711, de 2011, enviado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, orça a Receita e fixa a Despesa da Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo para o ano de 2011, num montante de R$ **140.673.564.343** (cento e quarenta bilhões, seiscentos e setenta e três milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil e trezentos e quarenta e três reais).

Em pauta pelo período regimental, o projeto recebeu 11.119 emendas. Destas, 115 emendas foram apresentadas pela Comissão de Finanças e Orçamento, 33 emendas pela Comissão de Agricultura e 9 pela Comissão de Promoção Social.

1) ANÁLISE DO RELATÓRIO DO DEPUTADO BRUNO COVAS.

O relatório produzido pelo Deputado Bruno Covas representa um profundo retrocesso no papel do Poder Legislativo em aperfeiçoar o Projeto de Lei Orçamentária, permanecendo distante do interesse público.

Antes de mais nada, quando comparamos os valores suplementados pelo relator da LOA 2011 com os três últimos relatórios, podemos identificar claramente o tamanho deste retrocesso por parte do papel do Poder Legislativo.

Em 2007, o relator deputado Samuel Moreira acrescentou ao orçamento de 2008 o valor de R$ 1,6 bilhão, ou 1,76% do valor da proposta orçamentária. Para o orçamento de 2009, o relator deputado Roberto Engler acrescentou 1,73% ao orçamento, ou R$ 2 bilhões. Já no ano passado, o relator deputado Bruno Covas reduziu fortemente a suplementação no relatório, percentual que atingiu apenas 0,14% da proposta orçamentária de 2010, ou R$ 170 milhões.

Não obstante este valor já irrisório apresentado pelo relator para o orçamento de 2010, neste ano, o nobre deputado Bruno Covas conseguiu piorar ainda mais o relatório: em seu parecer, o deputado suplementa o orçamento em míseros 0,04% da proposta do Executivo para 2011, ou apenas R$ 50 milhões.

Comparação relatórios do orçamento estadual - 2008 a 2011				
	LOA 2008	LOA 2009	LOA 2010	LOA 2011
proposta do executivo	**95.202.944.780**	**116.192.060.515**	**125.705.696.614**	**140.673.564.343**
relator do orçamento	**Samuel Moreira (PSDB)**	**Roberto Engler (PSDB)**	**Bruno Covas (PSDB)**	**Bruno Covas (PSDB)**
emenda - acréscimo das RECEITAS	**1.670.900.000**	**2.007.000.000**	**170.000.000**	**50.000.000**
receita corrente - ICMS	1.612.000.000	0	0	0
receita de capital - alienação de bens	58.900.000	2.007.000.000	170.000.000	50.000.000
emendas - acréscimo das DESPESAS	**1.670.900.000**	**2.007.000.000**	**170.000.000**	**50.000.000**
audiências públicas - emendas CFO	214.000.000	0	0	25.000.000
articulação municipal e consórcios de municípios	214.000.000	0	0	0
fóruns	0	0	0	5.000.000
iamspe	0	0	0	5.000.000
etec	0	0	0	2.500.000
fatec	0	0	0	2.500.000
itesp	0	0	0	5.000.000
polícia técnico científica	0	0	0	5.000.000
emendas parlamentares	120.000.000	188.000.000	170.000.000	15.000.000
Tribunal de Justiça	43.600.000	0	0	0
Assembléia Legislativa	4.400.000	0	0	0
Ministério Público	10.900.000	0	0	0
outras emendas	1.278.000.000	1.819.000.000	0	10.000.000
% em relação à proposta orçamentária	**1,76%**	**1,73%**	**0,14%**	**0,04%**

Despesa	valor aumentado pelo relator	valor orçamento encaminhado pelo executivo - PLOA 2011	% variação
Emendas da Comissão de Finanças e Orçamento	**25.000.000**	**1.330.951.159**	**1,88%**
Emenda I - Forúns	5.000.000	50.000.000	10,00%
Emenda II - IAMSPE	5.000.000	511.942.160	0,98%
Emenda III - ETEC e FATEC	5.000.000	756.539.965	0,66%
Emenda IV - ITESP	5.000.000	12.169.034	41,09%
Emenda V- Polícia Técnica	5.000.000	300.000	1666,67%
Emendas da Comissão de Proteção Social	**5.000.000**	**10**	**50000000,00%**
Emenda VI - Proteção Social Básica	5.000.000	10	50000000,00%
Emendas da Comissão de Agricultura e Pecuária	**5.000.000**	**277.385.650**	**1,80%**
Emenda VII - PQ da Água Branca	1.000.000	6.000.000	16,67%
Emenda VIII - Melhor Caminho	1.000.000	90.000.000	1,11%
Emenda IX - Viva Leite	1.000.000	150.654.646	0,66%
Emenda X - Bom Prato	1.000.000	29.025.354	3,45%
Emenda XI - Segurança alimentar	1.000.000	1.705.650	58,63%
Emendas dos Parlamentares	**15.000.000**	**200.000.000**	**7,50%**
Emenda XII - Vicinais	3.000.000	**41.000.000**	7,32%
Emenda XIII - Ampliação prog. Habitacional	3.000.000	69.912.377	4,29%
Emenda XIV - Articulação dos municípios	3.000.000	30.000	10000,00%
Emenda XV - Proteção Ssocial Especial	3.000.000	68.805.080	4,36%
Emenda XVI - Santas Casas	3.000.000	766.802.631	0,39%
Total	**50.000.000**	**140.673.564.343**	**0,04%**
emenda A - controle da qualidade ambiental	10	remanejamento - aréas contaminadas	
emenda B - apoio ao investidor	9.999.990	remanejamento - deixa um real na ação apoio a política de desenvolvimento, ciência	
emenda C - incentivo de uso de fontes enérgeticas	1.166.000	remanejamento - retira 44% dos recursos planejamento, gestão e execução de ações do sistema de transporte metropolitano	
emenda D - aumento da receita com alienação de bens	**50.000.000**		

Feitas estas considerações gerais, cabe agora analisarmos em detalhes o relatório:

Em primeiro lugar, o deputado Bruno Covas não indica qualquer suplementação ao orçamento do Poder Judiciário, deixando de acolher os pleitos apresentados pelo Tribunal de Justiça do Estado, que teve sua proposta “cortada” pelo Poder Executivo em mais de 50%.

Em segundo lugar, o relatório sinaliza para uma redução das verbas destinadas à celebração de convênios com os municípios. Em 2010, o orçamento estadual apresentou R$ 608 milhões para este fim. Para 2011, considerando a proposta do relator, os

municípios terão apenas R$ 200 milhões, um corte de 67%. Cabe lembrar que nesta rubrica estão os valores referentes às chamadas emendas parlamentares (cotas parlamentares), que pela primeira vez não aparecem de forma discriminada no relatório. De acordo com o relatório do deputado Bruno Covas, para que sejam atendidas as emendas parlamentares, outros convênios com os municípios não terão mais recursos disponíveis.

Deve-se destacar também que ao contrário dos relatórios dos deputados Samuel Moreira e Roberto Engler, o deputado Bruno Covas, pelo segundo ano consecutivo, não discrimina mais as emendas de cada parlamentar incorporadas no relatório.

Em terceiro lugar, das 115 emendas apresentadas pela Comissão de Finanças e Orçamento - referentes às sugestões apresentadas pela população nas Audiências Públicas em todo o Estado -, num total de R$ 657,2 milhões, o relator acatou apenas o valor de R$ 25 milhões (ou 3,8%). Ainda assim, não incorpora em seu relatório as emendas e sugestões regionais.

Em quarto lugar, o relator não corrige adequadamente as profundas distorções existentes na projeção das receitas estaduais previstas, mantendo um orçamento subestimado para 2011. Em outros termos, o governo estadual continuará a esconder da Assembléia Legislativa e do debate público parte dos recursos que efetivamente arrecadará no ano que vêm.

De acordo com levantamento efetuado através do Sistema de Gerenciamento da Execução Orçamentária / SIGEO, o governo paulista já apresentou, até o mês de outubro, mais de R$ 8 bilhões em excesso de arrecadação, ou seja, acima do previsto na projeção da Secretaria da Fazenda.

Apenas em relação às Receitas Tributárias (ICMS, IPVA e ITCM) – as quais o Estado tem maior controle -, o excesso de arrecadação atingiu a cifra de R$ 8,4 bilhões até o quinto bimestre.

excesso de arrecadação	1o. BIM	2o. BIM	3o. BIM	4o. BIM	5o. BIM	TOTAL
1 - RECEITAS CORRENTES	**1.304.060.948**	**3.355.567.330**	**3.186.830.818**	**3.029.292.329**	**2.660.059.776**	**13.535.811.201**
11 - RECEITA TRIBUTARIA	810.524.422	2.469.729.541	2.019.710.092	1.654.744.334	1.529.437.106	8.484.145.495
12 - RECEITAS DE CONTRIBUICOES	-20.753.993	15.731.854	73.912.083	76.922.077	9.184.519	154.996.540
13 - RECEITA PATRIMONIAL	146.965.198	42.884.226	333.496.779	333.332.651	476.369.502	1.333.048.356
14 - RECEITA AGROPECUARIA	2.039.708	-2.082.013	-83.577	976.180	716.492	1.566.790
15 - RECEITA INDUSTRIAL	-16.053.139	-6.210.023	-8.598.743	-6.620.249	-7.024.270	-44.506.424
16 - RECEITA DE SERVICOS	41.505.356	98.312.492	47.266.160	138.460.420	34.546.398	360.090.825
17 - TRANSFERENCIAS CORRENTES	234.798.044	518.540.639	505.846.107	315.766.776	307.449.051	1.882.400.616
19 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	105.035.352	218.660.615	215.281.917	515.710.140	309.380.979	1.364.069.002
2 - RECEITAS DE CAPITAL	**-521.498.759**	**-634.702.674**	**-1.590.066.391**	**-560.199.664**	**-736.318.146**	**-4.042.785.634**
21 - OPERACOES DE CREDITO	-490.191.952	-625.713.070	-638.798.239	-572.628.433	-669.614.958	-2.996.946.653
22 - ALIENACAO DE BENS	-1.521.296	-520.089	-901.418.768	32.028.088	4.296.966	-867.135.100
23 - AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	-530.893	187.349	622.522	799.588	530.033	1.608.599
24 - TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	-8.399.985	9.721.738	-32.231.654	130.086	-56.882.343	-87.662.159
25 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-20.854.632	-18.378.601	-18.240.251	-20.528.993	-14.647.844	-92.650.322
TOTAL (EXCETO RECEITA INTRA)	**782.562.189**	**2.720.864.656**	**1.596.764.427**	**2.469.092.665**	**1.923.741.630**	**9.493.025.567**
7 - RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORCAMENTARIAS	-267.083.781	-215.151.020	-150.223.347	-216.959.721	-90.487.006	-939.904.876
8 - RECEITAS DE CAPITAL - INTRA-ORCAMENTARIAS	-165.923.549	-116.326.992	-48.622.128	-56.467.752	-82.953.263	-470.293.685
TOTAL	**349.554.859**	**2.389.386.644**	**1.397.918.952**	**2.195.665.192**	**1.750.301.360**	**8.082.827.006**

Nas projeções conservadoras para o ano de 2010, considerando as estimativas do próprio governo paulista para o último bimestre do ano, o excesso de arrecadação deve atingir a cifra dos R$ 10 bilhões. As Receitas Tributárias superarão os R$ 100 bilhões em 2010, um excesso de mais de R$ 8 bilhões apenas neste item.

Considerando que a previsão de arrecadação das Receitas Tributárias para 2011 está em R$ 109,7 bilhões, teremos um acréscimo de apenas 8,8%. Este percentual projetado continua subestimando o orçamento estadual, uma vez que, nos últimos anos - com exceção de 2009 (marcado pela forte crise internacional) -, as Receitas Tributárias vem crescendo a taxas bem superiores de um ano para o outro.

valores arrecadados	1o. BIM	2o. BIM	3o. BIM	4o. BIM	5o. BIM	6o. BIM (prev.)	TOTAL	previsto PLOA 2011	% VAR
1 - RECEITAS CORRENTES	**23.842.842.491**	**22.220.821.135**	**21.274.920.329**	**21.763.826.886**	**21.691.263.881**	**19.192.248.480**	**129.985.923.202**	**133.842.894.353**	**3,0%**
11 - RECEITA TRIBUTARIA	19.151.045.604	17.136.510.468	16.070.077.743	16.340.572.231	16.693.743.603	15.486.456.302	100.878.405.951	109.739.735.976	8,8%
12 - RECEITAS DE CONTRIBUICOES	526.403.023	562.888.870	621.069.099	624.079.093	556.341.535	648.807.945	3.539.589.565	2.337.817.422	-34,0%
13 - RECEITA PATRIMONIAL	1.321.289.631	1.217.421.176	1.424.698.942	1.358.103.383	1.319.331.182	459.761.110	7.100.605.424	3.586.685.709	-49,5%
14 - RECEITA AGROPECUARIA	5.540.780	1.419.059	3.417.496	4.477.252	4.217.564	3.501.100	22.573.250	21.644.680	-4,1%
15 - RECEITA INDUSTRIAL	18.929.681	28.772.797	26.384.077	28.362.571	27.958.550	34.982.830	165.390.506	197.052.530	19,1%
16 - RECEITA DE SERVICOS	429.051.590	485.858.726	434.812.394	526.006.654	422.092.632	387.546.260	2.685.368.255	2.524.245.490	-6,0%
17 - TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.907.115.010	2.190.857.605	2.100.746.842	1.988.083.742	1.979.766.017	1.792.761.051	11.959.330.266	12.771.963.233	6,8%
19 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	483.467.172	597.092.435	593.713.737	894.141.960	687.812.799	378.431.882	3.634.659.984	2.663.749.313	-26,7%
2 - RECEITAS DE CAPITAL	**1.057.161.542**	**953.037.548**	**907.515.887**	**1.046.622.569**	**171.071.111**	**1.077.390.322**	**5.212.798.979**	**6.830.669.990**	**31,0%**
21 - OPERACOES DE CREDITO	324.107.192	188.586.074	175.500.905	241.670.711	144.684.186	814.299.422	1.888.848.489	4.272.848.330	126,2%
22 - ALIENACAO DE BENS	672.912.914	682.994.042	691.937.419	734.624.230	7.460.132	173.163.400	2.963.092.136	760.762.780	-74,3%
23 - AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	45.207	763.449	1.198.622	1.375.688	1.106.133	576.130	5.065.229	3.000.130	-40,8%
24 - TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	55.961.334	74.083.057	32.129.665	64.491.405	7.478.976	64.361.810	298.506.246	395.373.830	32,5%
25 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4.134.896	6.610.927	6.749.277	4.460.535	10.341.684	24.989.560	57.286.878	1.398.684.920	2341,5%
TOTAL (EXCETO RECEITA INTRA)	**24.900.004.033**	**23.173.858.683**	**22.182.436.216**	**22.810.449.455**	**21.862.334.992**	**20.269.638.802**	**135.198.722.181**	**140.673.564.343**	**4,0%**
7 - RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORCAMENTARIAS	1.894.389.325	1.946.322.086	2.011.249.759	1.944.513.385	2.070.986.100	2.699.841.424	12.567.302.078	13.620.148.394	8,4%
8 - RECEITAS DE CAPITAL - INTRA-ORCAMENTARIAS	35.991.791	85.588.348	153.293.212	145.447.588	118.962.077	201.915.450	741.198.465	1.207.164.140	62,9%
TOTAL	**26.830.385.149**	**25.205.769.117**	**24.346.979.187**	**24.900.410.428**	**24.052.283.168**	**23.171.395.676**	**148.507.222.724**	**155.500.876.877**	**4,7%**

11 - RECEITA TRIBUTARIA	valor arrecadado	% crescimento
2003	44.682.132.624,63	
2004	51.192.595.119,75	14,57%
2005	57.066.142.762,12	11,47%
2006	63.419.902.854,59	11,13%
2007	71.538.997.386,05	12,80%
2008	85.749.011.588,03	19,86%
2009	89.345.606.351,76	4,19%
2010	92.291.996.893,86	

Em quinto lugar, o deputado Bruno Covas não prevê qualquer melhoria das condições salariais do funcionalismo público estadual e dos aposentados.

Em sexto lugar, não apresenta nenhuma proposta para a regionalização do planejamento orçamentário, uma realidade em outros Estados (como em Minas Gerais) e no Governo Federal, impedindo a população paulista de saber, efetivamente, quanto será investido em sua região.

Em sétimo, o relator rejeita todas as emendas do corpo da lei, sobretudo as que buscam reduzir a enorme margem de remanejamento do Executivo, superior a 40% do Orçamento Estadual, se consideradas todos os dispositivos contidos no projeto de lei.

Em oitavo lugar, o relator não contempla de forma adequada os pleitos referentes ao IAMSPE, ao Centro Paula Souza, à Defensoria Pública, ao ITESP, à Polícia Técnico Científica e à Assembléia Legislativa, entre outras áreas.

Em oitavo, não encontramos também no relatório a tão comentada e necessária adequação do orçamento estadual à proposta de governo de Geraldo Alckmin.

Por fim, ressaltamos que o relator infringe a Lei de Responsabilidade Fiscal, ao destinar R$ 31 milhões da suplementação da receita de alienação de bens (receita de

capital) para emendas destinadas às despesas correntes. Conforme a LRF, em seu Artigo 44,

> *"É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos."*

Em seguida, analisaremos em detalhes a proposta orçamentária, e estaremos ao final encaminhando parecer e relatório alternativo ao PL 711/2010.

2) ANÁLISE DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS

A proposta orçamentária 2011, diferentemente dos anos anteriores, apresenta as receitas tributárias "puxando" a arrecadação estadual, enquanto as receitas de capital terão uma queda importante em relação a 2010. Em outras palavras, as Receitas Tributárias crescerão acima do percentual das Receitas Totais do Estado.

Enquanto as Receitas Totais crescerão 11,91%, as Receitas Tributárias crescerão 19,26%, projetando um aumento de arrecadação do ICMS de 20,8% e do IPVA de 6,74%. Em 2011, o ICMS arrecadado deve atingir a marca dos R$ 96,2 bilhões, enquanto o Estado arrecadará com o IPVA cerca de R$ 9,5 bilhões.

As Transferências da União terão percentuais de crescimento também acima das Receitas Totais. Conforme a proposta orçamentária, a União (Governo Federal) deverá repassar para o Estado de São Paulo cerca de R$ 12,4 bilhões, um valor 27,4% superior a 2010.

Por outro lado, desta vez, o governo estadual projeta uma redução significativa nas Receitas de Capital (- 40,6% em relação a 2010).

Em 2011, o Estado pretende arrecadar com novas operações de crédito cerca de R$ 4,2 bilhões (-12,5% em relação a 2010). Com a Alienação de Ativos a arrecadação deverá ser de R$ 750 milhões (-80,5% em relação a 2010). O término do pagamento, por parte do Banco do Brasil, das parcelas referentes à compra do Banco Nossa Caixa refletem esta queda acentuada na receita com a alienação de ativos. Os valores previstos na receita com a Alienação de Ativos referem-se quase que integralmente à cessão de direitos creditórios, ou venda de recebíveis.

Cumpre lembrar que a arrecadação referente à venda de recebíveis – dívidas de pessoas físicas e jurídicas, em sua maior parte tributárias, parceladas junto ao Estado –, continua classificada como Receita de Capital proveniente da Alienação de Ativos, conforme apontamos anteriormente, dificultando o cumprimento das transferências constitucionais (Educação, Saúde e Municípios) e legais (Universidades, FAPESP).

As dificuldades ocorrem porque estas receitas, mesmo que oriundas de impostos em atraso, renegociados e vendidos no mercado de capitais, não entrarão mais na contabilidade como “Receitas Correntes”, deixando de existir garantias orçamentárias para a aplicação dos montantes na Educação, na Saúde e nos Municípios. Mais ainda, com a classificação destes recursos na rubrica *Receita de Capital proveniente da Alienação de Ativos*, este montante passa a estar vinculado a um gasto apenas com investimentos (despesas de capital), não podendo servir para a manutenção da educação, da saúde ou ainda para transferências correntes aos municípios.

Na proposta orçamentária de 2011, o ICMS segue como maior fonte de receita do Estado, respondendo por 68,42% do total das receitas. Em segundo lugar, destacam-se as transferências da União, com 8,82% do total das receitas. Em terceiro lugar aparece o IPVA, com 6,76%.

Em comparação ao orçamento 2010, a participação do ICMS cresce significativamente, passando de 63,33% para 68,42%. Já a participação do IPVA cairá em comparação com 2010, passando de 7,08% para 6,76%.

As transferências da União também crescem em participação em relação a 2010, passando de 7,72% para 8,82%. Operações de crédito e alienação de bens perdem espaço no total das receitas em relação a 2010.

TABELA. Receita Prevista no Estado de São Paulo.

LOA 2009, LOA 2010 e PLOA 2011. (em bilhões de R$)

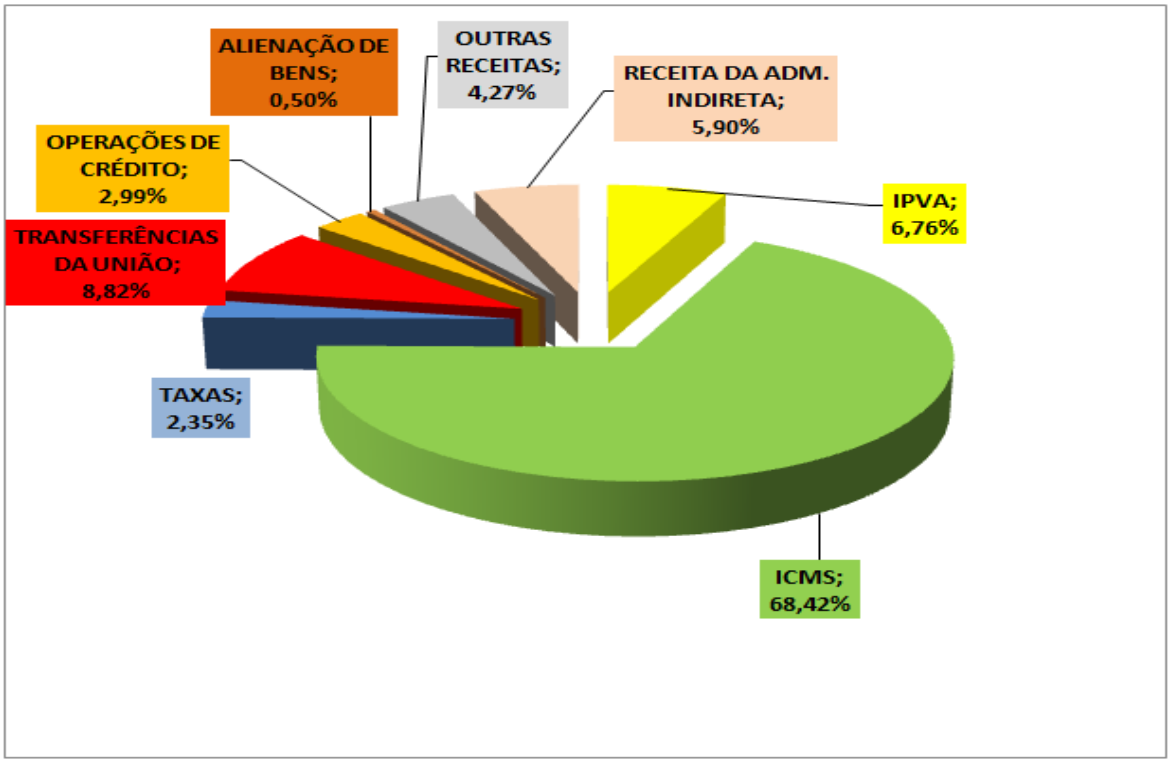
	PREVISTA			
	2009	2010	2011	variação 11/10
RECEITAS CORRENTES	**100,8**	**106,5**	**126,7**	**18,97%**
RECEITA TRIBUTÁRIA	87,7	91,9	109,6	19,26%
IPVA	8,8	8,9	9,5	6,74%
ICMS	75,4	79,6	96,2	20,85%
TAXAS	3,0	2,9	3,3	13,79%
RECEITA PATRIMONIAL	1,3	2,6	2,1	-19,23%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9,6	9,7	12,4	27,84%
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	9,5	9,7	12,4	27,84%
IMPOSTO RENDA RETIDO NA FONTE	2,8	2,4	3,5	45,83%
COTA PARTE SALÁRIO EDUCAÇÃO	1,1	1,2	1,3	8,33%
COTA PARTE IPI	0,9	0,5	0,9	80,00%
COTA PARTE FPE	0,5	0,4	0,6	50,00%
TRANSF. FINANC. LEI KANDIR	0,4	0,4	0,4	0,00%
TRANSF. SUS	3,3	3,8	4,4	15,79%
CIDE	0,2	0,2	0,3	21,74%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1,8	1,8	2,0	11,11%
MULTAS E JUROS DE MORA	0,8	0,8	1,0	25,00%
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,2	0,2	0,3	50,00%
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	0,15	0,21	0,27	27,96%
RECEITAS DIVERSAS	0,7	0,5	0,5	-9,43%
RECEITAS DE CAPITAL	**6,9**	**9,1**	**5,4**	**-40,66%**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3,2	4,8	4,2	-12,50%
ALIENAÇÃO DE BENS	3,3	3,6	0,7	-80,56%
RECEITA DA ADM. DIRETA	**107,8**	**115,6**	**132,2**	**14,36%**
AUTARQUIA	8,7	7,9	6,1	-22,78%
FUNDAÇÃO	0,7	1,0	0,9	-10,00%
EMPRESA DEPENDENTE	0,9	1,1	1,2	9,09%
RECEITA DA ADM. INDIRETA	**10,3**	**10,0**	**8,3**	**-17,00%**
RECEITA TOTAL	**118,2**	**125,7**	**140,6**	**11,91%**

Fonte: Projeto LOA 2011 e LOA 2010
Elaboração: assessoria da Liderança do PT.

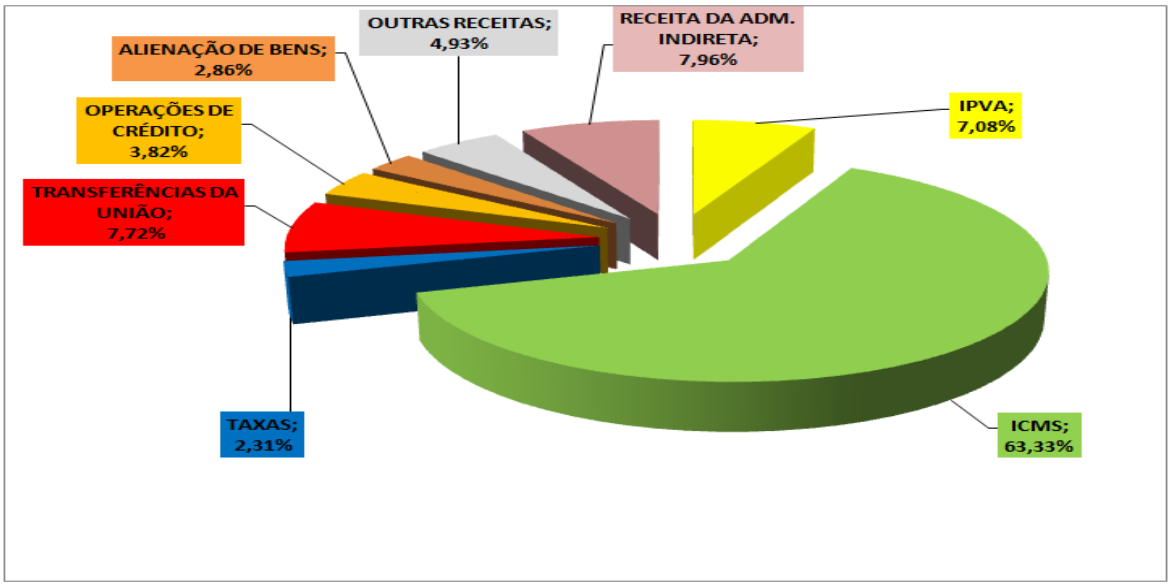
GRÁFICO. Participação das Receitas. LOA 2010 e PLOA 2011.

(em %)

PLOA 2011



LOA 2010



DESPESAS

Por Grupo Econômico e por Elemento Econômico:

Do lado das despesas, os grandes números apontam que a proposta de orçamento para 2011 ampliará significativamente os gastos com o custeio do Estado (20,75%), as despesas com o repasse de recursos para as empresas estatais (22,5%), com a dívida pública (17,2%) e com os repasses para os municípios (18,95%).

Por outro lado, cairão os gastos com os investimentos diretos (-15,87%). O gasto com o funcionalismo público crescerá 7,71%, mas em um percentual bem abaixo do aumento das despesas totais (11,91%).

Mais uma vez, o custeio subirá a taxas bem maiores do que os valores destinados ao pagamento do funcionalismo público.

As despesas com pessoal corresponderão a 34,78% das despesas totais, enquanto o custeio comprometerá 25,25% do orçamento. O gasto com o funcionalismo público deve atingir os R$ 48,9 bilhões, as demais despesas com custeio (excluídas as despesas com o São Paulo Previdência) já devem atingir em 2011 os R$ 35,5 bilhões.

As despesas com a dívida pública significarão 7,75% das despesas totais, valor superior ao percentual gasto com investimentos diretos – 7,54%. Enquanto o Estado projeta

desembolsar R$ 10,9 bilhões com a dívida pública, os investimentos diretos devem atingir apenas R$ 10,6 bilhões. Quando somamos os percentuais comprometidos com os investimentos diretos e os repasses financeiros para investimentos das empresas estatais, o investimento total deve atingir 11,03% (ou R$ 15,5 bilhões).

Na comparação com 2010, o percentual comprometido com o funcionalismo público segue caindo – de 36,12% para 34,78%. Também caem os percentuais referentes às despesas com investimentos diretos - de 10,02% para 7,54%. Por outro lado, comparado ao ano anterior, sobem as participações das despesas com a dívida pública (de 7,4% para 7,75%) e o custeio (de 23,39% para 25,25%).

TABELA. Despesas por Grupo Econômico. LOA 2009, LOA 2010 e PLOA 2011.

(em bilhões de R$)

DESPESAS	2009	2010	2011	Var 11/10
PESSOAL	42,5	45,4	48,9	7,71%
DÍVIDA PÚBLICA	8,8	9,3	10,9	17,20%
CUSTEIO	28	29,4	35,5	20,75%
INVESTIMENTOS	10,8	12,6	10,6	-15,87%
INVERSÕES FINANCEIRAS	4,1	4	4,9	22,50%
TRANSFERÊNCIAS MUNICÍPIOS	23,8	24,8	29,5	18,95%
DESPESAS TOTAIS	**118,2**	**125,7**	**140,6**	**11,91%**

(*) os recursos do São Paulo Previdência, de natureza intra-orçamentária, foram subtraídos do Grupo Econômico – Outras Despesas Correntes.
Fonte: SIGEO e LOA 2010 e Projeto LOA 2011.
Elaboração: assessoria da Liderança do PT.

Analisando com maior detalhe as despesas, através do elemento econômico, vemos que as projeções referentes ao pagamento de aposentadorias e pensões não possuem qualquer ampliação em 2011. Já as despesas com os servidores públicos civis terão espaço de crescimento de 13,64%. Diferentemente do ocorrido em 2010, as dotações para o pagamento de vencimentos dos servidores públicos militares (polícia militar) crescem muito pouco, apenas 2,78%.

Nos demais elementos do custeio, chamam a atenção o grande aumento do orçamento previsto para serviços de consultoria (12,90%) e para outros serviços de terceiros / pessoa jurídica (32,65%), reforçando a continuidade da política de terceirização dos serviços no Estado.

Quanto aos itens referentes aos investimentos, o Estado projeta grande queda nos recursos para obras e instalações (-30,10%), ao mesmo tempo em que prevê aumento na aquisição de equipamentos e material permanente (84,62%) e na constituição ou aumento de capital das empresas estatais (22,50%).

Nos elementos constitutivos da dívida pública, o governo paulista prevê aumento no pagamento de juros da dívida (12,73%), na amortização da dívida (8,57%) e no pagamento das sentenças judiciais / precatórios (23,53%).

Despesas por Poderes, Órgãos e Unidades Orçamentárias

Analisando as despesas por poderes e órgãos, os recursos disponíveis (subtraídos os valores destinados ao SP Previdência) para o Poder Executivo e para a Defensoria Pública "puxarão" a elevação do orçamento total em relação a 2010. Seus respectivos orçamentos subirão 11,10% e 11,63%. Já o Poder Judiciário, o Poder Legislativo e o Ministério Público apresentarão elevações orçamentárias menores – 9,79%, 0,88% e 6,98%, respectivamente.

Dentro do Poder Executivo, ressalta-se a redução dos recursos na Secretaria dos Transportes (-16,13%) e na Secretaria de Transportes Metropolitanos (-11,87%). Esta redução reflete, de um lado, a conclusão de duas grandes obras em 2010 e vitrines eleitorais da candidatura de Serra: o Rodoanel Trecho Sul e a ampliação da Marginal do Tietê. De outro, uma certa redução na previsão de novas operações de crédito, sobretudo para o Metrô e a CPTM. A Secretaria de Economia e Planejamento também apresenta uma habitual redução orçamentária em 2011 – queda de 32,76% - refletindo a não incorporação de recursos destinados à celebração de convênios do Estado com os municípios, oriundos de emendas parlamentares.

Outros órgãos experimentarão aumento orçamentário abaixo da elevação do orçamento total. Dentre eles destacam-se a

Secretaria de Segurança Pública (+6,32%), a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (+7,22%), a Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho (+ 8,33%) e a Secretaria do Meio Ambiente (+9,09%).

A Secretaria de Comunicação, que concentra os recursos de propaganda e publicidade do Governo, passadas as eleições e os limites impostos pela “lei eleitoral”, voltará a apresentar forte incremento orçamentário (+ 16,67%).

Por outro lado, as Secretarias que mais ganham recursos são: Educação (+21,06%), Saúde (+18,33%), Desenvolvimento (+19,12%), Administração Penitenciária (+11,98%), Cultura (+12,36%), Esporte, Lazer e Turismo (+30,77%), Justiça e Defesa da Cidadania (+25,81%), de Assistência e Desenvolvimento Social (+14,63%), de Ensino Superior (+18,67%) e da Secretaria da Pessoa com Deficiência (+145,00%). Esta elevação diferencia a proposta orçamentária de 2011 de todas as anteriores do governo Serra, refletindo, provavelmente, a preocupação em não ser criticado durante o processo eleitoral.

Analisando o espaço de participação de cada Poder em relação ao orçamento total, observamos que em 2011 o Poder Executivo ocupará um percentual maior das despesas totais, avançando sobre o espaço do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público. Em números, o Executivo passará de 94,20% para 94,34% de participação no orçamento total

Estado. O Legislativo passará de 0,81% para 0,74%. O Judiciário, de 3,75% para 3,71%. Já o Ministério Público, passará de 0,93% para 0,89%. A Defensoria Pública manterá sua participação no “bolo orçamentário” em 0,31%.

Despesas por Programas e Ações:

Dentre os principais programas e ações das Secretarias, cabe ressaltar que as quedas dos recursos mais significativas são:

Na **Secretaria de Transporte**, a redução do seu orçamento deve-se, em grande parte, à redução dos recursos previstos para o programa de ***Ampliação, Recuperação e Modernização da Malha Rodoviária***. Neste programa, as ações de ***Estradas Vicinais***, ***Pavimentação e Recuperação de Estradas Vicinais com recursos do BID e do BIRD*** e ***Transposição Rodoviária Convênio DER/DERSA*** (obras do Rodoanel e da Marginal Tietê) são as que mais perdem recursos em 2011. Na **Secretaria de Transportes Metropolitanos,** a queda deve-se, fundamentalmente, em razão da diminuição dos recursos para a ação de ***Modernização dos Sistemas Metroviário e Ferroviário com recursos do BIRD e do JBIC***. As ações referentes à modernização das linhas A, B, C e F da CPTM também terão seus recursos reduzidos em 2011.

Na **Secretaria de Desenvolvimento,** apesar do aumento geral do orçamento, a ação de ***Expansão de Matrículas do Ensino Público Técnico*** terá menos recursos no ano que vem. Na **Secretaria de Ensino Superior,** que também terá seu orçamento geral incrementado, vemos que a ação do

Ensino de Graduação das Universidades e Faculdades Estaduais apresentará menos recursos em 2011.

Na **Educação**, encontramos forte redução da dotação da ação relativa à ***Construção de Novos Prédios Escolares.*** Na **Cultura,** apesar de vermos seu orçamento geral crescer, assistiremos a uma redução dos recursos para o programa ***Fábricas de Cultura***.

Na **Habitação,** os recursos da ação de ***Reurbanização de Favelas e Assentamentos Precários*** e da ação relativa aos **Projetos do Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social** caem em 2011. Na **Secretaria de Meio Ambiente**, veremos a diminuição do gasto na ação de ***Recuperação da Serra do Mar / Mosaicos da Mata Atlântica***.

Na Saúde, as ações que apresentarão redução significativa são o ***QUALIS/ Programa Saúde da Família***, a ação de ***Fabricação e Distribuição de Medicamentos*** e a ***Campanha de Vacinação***.

Em contrapartida, o governo apresenta uma proposta com aumento de recursos para inúmeros programas e ações orçamentárias, destacando-se:

Na **Saúde**, o aumento dos recursos para a ***Assistência Médica, Ambulatorial e Hospitalar*** e para o ***Atendimento Médico, Ambulatorial e Hospitalar***.

No **Saneamento**, para o programa de ***Infraestrutura Hídrica de Saneamento e Combate às Enchentes*** e para o ***Saneamento para Todos***.

Nos **Transportes**, para a ação de ***Duplicação e Implantação de Rodovias Estaduais***.

Na **Cultura**, recursos ampliados para a construção do ***Teatro da Dança***.

Na **Educação**, as dotações para as ações de ***Alimentação Escolar, Manutenção da Rede de Ensino Fundamental***, ***Manutenção da Rede de Ensino Médio, Escola da Família, Melhoria e Substituição de Prédios Escolares com Salas Inadequadas*** e ***Reformas e Melhorias em Prédios Escolares*** serão aumentadas. No **Desenvolvimento**, os recursos serão ampliados para o **Ensino Público Tecnológico.**

Na **Segurança**, a ação de ***Inteligência Policial*** e de ***Reaparelhamento da Polícia Paulista*** terão seus recursos ampliados. Na **Administração Penitenciária**, mais recursos para a ***Expansão e Modernização do Sistema Prisional***.

Na **Secretaria de Meio Ambiente**, o programa ***Parque Várzeas do Tietê*** e a ação de ***Gestão de Parques Urbanos*** terão orçamento maior em 2011. Na **Habitação**, o programa de ***Requalificação de Moradias*** apresentará mais recursos no ano que vem.

Investimentos:

Os investimentos totais previstos no Orçamento Estadual 2011 cairão 5% em relação aos valores previstos para neste ano, atingindo o valor de R$ 20,9 bilhões. Os investimentos no Orçamento Direto do Estado atingirão o valor de R$ 10,6 bilhões. As Empresas Estatais terão a disposição R$ 10,2 bilhões.

Em relação a 2010, os investimentos previstos crescem apenas no Orçamento das Empresas Estatais (8,51%), enquanto os investimentos da Administração Direta e Indireta apresentam queda de 15,87%.

Nas empresas, sobem os valores a serem investidos na CDHU (15,38%), no Metrô (5%) e na SABESP (5,56%), enquanto caem os recursos disponíveis na Agência de Fomento do Estado (- 65%). Os recursos para investimentos da DERSA em 2011 permanecerão no mesmo patamar deste ano.

Analisando por fonte de recursos, podemos destacar que, em 2011, os recursos estaduais do Tesouro, os recursos federais e os recursos próprios das empresas estatais financiarão cada vez mais os investimentos no Estado.

Em comparação a 2010, os recursos do Tesouro do Estado para investimentos crescem 11,69%, os recursos federais crescem 7,69% e os recursos próprios das empresas estatais sobem 128,57%. Os empréstimos (operações de

crédito) caem 14,49%, os recursos das concessões serão reduzidos em 73,08% e as outras fontes das empresas estatais cairão 11,11%.

Este quadro revela que, em 2011, como o governo paulista não estará pressionado pelo calendário eleitoral, os investimentos ficarão por conta do orçamento próprio do Tesouro e das Empresas Estatais, além da constante maior presença do governo federal. Já os empréstimos e as concessões terão participação menor no financiamento dos investimentos estaduais, cabendo ao governo eleito buscar novos recursos externos.

Despesas Constitucionais e Legais:

Analisando as chamadas aplicações constitucionais e legais, algumas questões devem ser destacadas:

Na Saúde, devemos acrescentar à receita líquida de impostos o percentual de 12% sobre os R$ 750 milhões, referentes à venda de recebíveis (cessão de direitos creditórios): um aumento de R$ 90 milhões. Também devemos extrair das despesas previstas com a Saúde todas as ações que foram computadas de maneira irregular, no valor de R$ 1,0 bilhão. Diante destes ajustes, os gastos com a Saúde previstos pelo governo paulista serão de 10,88% em relação às receitas líquidas de impostos, valor abaixo do percentual constitucional mínimo (12%). Em outras palavras, o governo paulista deixará de aplicar na Saúde R$ 939,1 milhões.

Na Educação, também devemos acrescentar à receita líquida de impostos o percentual de 30% sobre os R$ 750 milhões, referentes à venda de recebíveis (cessão de direitos creditórios): um aumento de R$ 225 milhões. Com esta correção, o valor efetivamente aplicado na Educação será de 30,37%, e não de 30,51% conforme apresentado no projeto de lei orçamentária.

Nas Universidades, devemos acrescentar à base de cálculo do ICMS os valores referentes ao Auxílio Financeiro para Exportadores, os valores dos pagamentos da Dívida Ativa, Multas e Juros do ICMS e o percentual estimado de 9,57% referente aos valores previstos com a venda de recebíveis. Deste modo, o percentual aplicado nas Universidades ficará em 9,38%, abaixo do percentual legal (9,57%), deixando o Estado de aplicar R$ 138,7 milhões.

O governo paulista sinaliza, através do projeto orçamentário 2011 que continuará a aplicar a política do “arrocho salarial” ao funcionalismo público do Estado. Conforme cálculos, o governo reservará no orçamento de 2011 valores para o pagamento de pessoal em todos os poderes muito inferiores aos valores máximos estipulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. No Poder Judiciário (Tribunal de Justiça e Tribunal de Justiça Militar), o governo destinará, segundo a proposta, R$ 1,2 bilhão a menos do permitido pela LRF. No Poder Legislativo (Assembléia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado), o governo deixa de aplicar R$ 2,1

bilhões a menos dos limites da LRF. No Ministério Público, deixa-se de aplicar R$ 802 milhões. Já no Poder Executivo, os valores reservados na proposta orçamentária para o funcionalismo público ficarão R$ 8,7 bilhões abaixo do limite previsto na LRF.

EDUCAÇÃO

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – 2011

	DISCRIMINAÇÃO	TOTAL
A	*RECEITA TOTAL (1+2+3)*	*113.446.553*
1	Impostos	107.100.544
2	Transferências Federais	5.382.578
2.1	Imposto sobre a renda retido na fonte	3.579.250
2.2	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados – FPE	631.577
2.3	Cota-Parte do IPI – Estados Exportadores	716.278
2.4	Desoneração ICMS LC 87 – 13/09/96	455.449
2.5	Cota-Parte Imposto sobre Operações de Crédito-Our	24
3	OUTRAS RECEITAS PROVENIENTES DE IMPOSTOS	963.431
B	*TRANSFERÊNCIAS A MUNICIPIOS*	*29.574.074*
C	*RECEITA LIQUIDA DE IMPOSTOS (A-B)*	*83.872.479*
D	*DESPESAS*	*25.592.218*
1	Secretaria da Educação	17.932.404
2	Secretaria de Ensino Superior	44.700
3	Universidades Estaduais – USP, UNICAMP, UNESP	6.115.218
4	Faculdades Isoladas – Medicina de Marilia, Medicina de São José do Rio Preto	91.484
5	CEET Paula Souza	1.240.409
6	Outras Despesas de Educação	168.004
E	*PERCENTUAL DE APLICAÇÃO D / C %*	*30,51*

Fonte – Orçamento 2011. Valores em R$ 1.000,00

Ano eleitoral e boa arrecadação são os aspectos determinantes que orientam o Orçamento de 2011 do Estado de São Paulo. O crescimento de 11,70% do orçamento foi superado pelo orçamento da Educação que atingiu a marca de 21,06%. Mas mesmo assim, o governo do Estado mantém sua firme resolução de não acrescentar nenhum recurso a mais no vinculo obrigatório (no mínimo) dos 30% constitucionais conforme Demonstrativo da Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – 2011, anexo. Mas várias áreas continuam com o processo de redução de recursos.

08000 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA 0803 – LER E ESCREVER
AÇÃO - 5743

Início do programa 2007 na Capital.

Dentro do programa consta o Bolsa Alfabetização – pagamento do chamado segundo professor, na realidade estagiários de Faculdades de Educação e Pedagogia que “auxiliam” o professor no processo de alfabetização.

- Meta do programa: alfabetizar todas as crianças com até oito anos (3º ano) .
- Informações da Secretaria da Educação sobre o programa – (Ler e Escrever): 1066 – escolas com salas de 1ª a 4ª series (anos) desenvolveram todas as ações do programa São ao todo 29.000 salas de aula. Foram atendidos 779.286 alunos (de 1ª a 4ª series/anos).

Segundo informações do Dieese/Apeoesp o Estado tem 83.104 salas de aula de 1ª a 4ª serie/ano, portanto, o programa atende somente 35% dessas classes da rede.

E se considerarmos que em geral o numero de alunos por classe é cerca de 40 temos um total de 3.324.160. Ou se fossem 35 alunos por classe seria um total de 2.900.000 Isso representaria um percentual de 24% no primeiro caso e de 27% no segundo no atendimento desse programa na rede estadual.

A Secretaria da Educação afirma que todas as escolas estão no programa, por esses dados acima podemos verificar que isso não se confirma.

No orçamento a meta de alunos a serem atendidos diminui em relação ao ano anterior: (uma das possibilidades é o processo de municipalização) mas os recursos aumentam:

	ALUNOS ATENDIDOS	RECURSOS
2010	1.046.840	59.729.481
2011	1.030.252	69.620.530

Importante ressaltar que as duas maiores áreas de despesas desse programa são: material e o pagamento de bolsas (bolsa alfabetização). Argumentamos como exemplo a despesa realizada em 2009 com material para o programa – R$ 4.700.000,00 – e com bolsas - R$ 39.000.000,00.

Essas bolsas são pagas a Institutos e Faculdades de Educação privadas através de convênios com a FDE . Um dos maiores beneficiários desses convênios é o Instituto Sumaré de Educação Superior Ises Ltda que recebeu R$ 49.978.464,00 de 2004 a 2010- (incluído aqui a bolsa família- outro programa da Secretaria).

Esse projeto incorre vários equívocos, exemplos:

1 – não resolve um dos grandes problemas da escola pública estadual que é a superlotação das salas de aula que compromete o processo de aprendizagem.

2 – O repasse de recursos para a iniciativa privada custa muito caro aos cofres públicos.

PROGRAMA 0804 – EJA ENSINO MÉDIO
AÇÃO – 5745

Inclusão de Jovens e Adultos – EJA

	ALUNOS ATENDIDOS	RECURSOS
2010	310.000	4.201.878
2011	250.000	3.085.600

São 60.000 alunos não atendidos no orçamento atual, com a redução de R$ 1.116.278,00.

O Ensino Médio continua sendo o patinho feio para a Secretaria e governo de S. Paulo.

No Ensino Médio o índice de aprovação é de 79,8%, o de reprovação 15% e o de abandono 5,2%.

O número de jovens que não estudam nesta faixa etária é cerca de 13.2%. O EJA é um instrumento importante para pagar essa dívida social dos jovens excluídos dos bancos escolares que são tratados com total descaso pelo governo dos tucanos.

PROGRAMA 0814 – EXPANSÃO, MELHORIA E REFORMA DA REDE FÍSICA ESCOLAR
AÇÃO 2033

	ESCOLAS	RECURSOS
2010	896	156.959.072
2011	500	105.485.000

A considerar a necessidade de atender os jovens no ensino médio em razão do contingente fora da escola a redução da construção de escolas tende a onerar ainda mais essa etapa do ensino.

PROGRAMA 0814 – CONCESSÃO DE BOLSAS AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
AÇÃO 5152

	BOLSAS	RECURSOS
2010	2050	10.000.000
2011	509	4.544.000
		REDUÇÃO DE 7.456.000

Continua a política de desvalorização dos profissionais da educação Quando se trata da formação a redução de recursos implica no comprometimento da qualidade de ensino.

PROGRAMA 804 - MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO MÉDIO

AÇÃO 5746 – PROVISÃO DE MATERIAIS DE APOIO PEDAGÓGICO PARA AS CLASSES DE ENSINO MÉDIO

Para esta ação tem havido ampliação de recursos retratando a compra de material pedagógico e pára-pedagógico com suspeitas de irregularidades nos convênios realizados pela Secretaria da Educação e Editora Abril entre outras. Inclua-se aí o problema do material didático com erros, e outros com conteúdo inadequado. Em 2010 a previsão orçamentária era de 47.388.136 . Para 2011 essa quantia é ampliada novamente, totalizando 58.070.080.

PROGRAMA 805 PARCERIA ESCOLA, COMUNIDADE E SOCIEDADE CIVIL

AÇÃO 5146 - ESCOLA DA FAMÍLIA

O número de escolas que mantém esse programa continua o mesmo: 2.334. Os recursos são ampliados: em 2010 foram destinados 66.321.113. Para 2011 a previsão orçamentária é de 101.321.113. Esse é o programa que o então governador Alckmin criou e Serra criticou e diminuiu o número de escolas contempladas.

PROGRAMA 0808 - FORMAÇÃO CONTINUADA DOS EDUCADORES DA EDUCAÇÃO BASICA

AÇÃO 6003-

FORMAÇÃO TÉCNICA PARA PARTICIPANTES DE CONCURSOS DE INGRESSO

AÇÃO 6003-

Esta ação foi introduzida no orçamento de 2011. É a escola de formação, de freqüência obrigatória para complementar o processo de ingresso na carreira, criada em 2009.

10000 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO

PROGRAMA 1023 – ENSINO PÚBLICO TECNOLÓGICO

AÇÃO – 5290 MANUTENÇÃO DO ENSINO PÚBLICO TECNOLÓGICO (MATRÍCULAS MANTIDAS)

	MATRÍCULAS	RECURSOS
2010	45.000	25.315.530
2011	55.000	15.112.531
		REDUÇÃO DE 10.202.999

Para o ensino tecnológico tão veementemente defendido pelo governo, a contradição entre o aumento do numero de matriculas e a redução dos recursos, denuncia a demagogia sua proposta para essa área.

PROGRAMA 1024 – ENSINO PÚBLICO TÉCNICO

AÇÃO – 2226 EXPANSÃO MATRICULAS ENSINO PÚBLICO TÉCNICO

	MATRÍCULAS	RECURSOS
2010	29.760	257.000
2011	35.000	226.830
		REDUÇÃO DE 30.170.000

Aqui também se verifica a redução dos recursos.

43000 – SECRETARIA DO ENSINO SUPERIOR

PROGRAMA 4302 – ENSINO PÚBLICO SUPERIOR – UNICAMP

AÇÃO 5304 – ENSINO DE GRADUAÇÃO NAS UNIVERSIDADES E FACULDADES ESTADUAIS

	ALUNOS MATRICULADOS	RECURSOS
2010	18.000	445.441.416
2011	18.250	424.960.867
		REDUÇÃO DE 20.480.549

PROGRAMA 4304 - ENSINO PÚBLICO SUPERIOR – USP

AÇÃO 5304 - ENSINO DE GRADUAÇÃO NAS UNIVERSIDADES E FACULDADES ESTADUAIS

	ALUNOS MATRICULADOS	RECURSOS
2010	51.640	534.745.000
2011	52.020	483.568.541
		REDUÇÃO DE 51.177.459

PROGRAMA – 4302 – ENSINO PÚBLICO SUPERIOR – UNESP

AÇÃO 5304 – ENSINO GRADUAÇÃO NAS UNIVERSIDADES E FACULDADES ESTADUAIS

	ALUNOS MATRICULADOS	RECURSOS
2010	34.000	774.496.193
2011	34.756	203.173.605
		REDUÇÃO DE 571.322.588

PROGRAMA 4300 – PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR

AÇÃO 2076 – UNIVESP

	ALUNOS MATRICULADOS	RECURSOS
2010	53.000	25.000.000
2011	21.000	25.000.000

PROGRAMA 4302 –ENSINO PÚBLICO SUPERIOR

AÇÃO 5305 – ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA NAS UNIVERSIDADES E FACULDADES ESTADUAIS

	TÍTULOS OUTORGADOS	ALUNOS MATRICULADOS
2010	2.000	507.624.588
2011	2.000	490.521.391
		REDUÇÃO DE 17.103.197

Pode-se observar pelos exemplos acima que o Ensino Superior é bastante onerado na redução de recursos. Ao mesmo tempo, e muito em razão disso, não existe perspectiva da ampliação necessária de vagas nas universidades públicas paulistas.

A Universidade Virtual do Estado de São Paulo, criada em 9/10/2008, com cursos semi presenciais inaugurou seu primeiro curso (Licenciatura em Ciências) dia 25/02/2010. Com 360 vagas ainda está muito longe da promessa de 50.000 alunos matriculados. E ainda não há na execução orçamentária nenhuma despesa contabilizada. Mantém os mesmos recursos de sua criação no orçamento de 2011.

Cabe ressaltar que na execução orçamentária, a contribuição do Estado à Educação Básica – FUNDEB, orçada em 2.100.000.000 não apresenta qualquer menção às cifras e importâncias empenhadas e /ou liquidadas durante o período até agora.

INVESTIMENTOS

Em relação aos recursos para investimento o que consta no orçamento mostra que o Estado ainda está se desobrigando de investir em Educação. Os recursos utilizados pelo governo para Educação em investimento, previsão de 2010, foram na ordem de 520,9 Em 2011 estão assim distribuídos:

	2010 RECURSOS EM R$	2011 RECURSOS EM R$
RECURSOS ESTADUAIS (TESOURO)	0,0	169,0
RESCURSOS ESTADUAIS (VINCULADO)	20,1	28,0
RESCURSOS ESTADUAIS (ADMINISTRAÇÃO DIRETA)	0,5	3,0
RESCURSOS FEDERAIS	500,2	550,0
TOTAL		*750,00*

SAÚDE

Na mensagem em que envia à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) o Projeto de Lei (PL) 711/10, que dispõe sobre a proposta orçamentária para o exercício de 2011, o governador Alberto Goldman afirma que:

> *Foram, também, consideradas, na sua elaboração, as estratégias e as diretrizes de ação estabelecidas no Plano Plurianual do Estado de São Paulo – PPA, relativo ao período de 2008 – 2011. Essa agenda quadrienal, que contou com a valiosa contribuição dessa Casa, mediante a sua aprovação nos termos da Lei nº 13.123, de 8 de julho de 2008, abriga, em suas múltiplas proposições, políticas públicas e projetos governamentais que objetivam: a redução das desigualdades sociais e melhoria da qualidade de vida da população (...)*

I – AVALIAÇÃO: FALTA COMPROMISSO COM A IMPLANTAÇÃO DO SUS

A avaliação do PL mostra que há um descompasso entre a Mensagem do Governador e o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) em si.

Se de um lado o Governador Goldman destaca que

> *A proposta orçamentária para 2011, a última da atual gestão (...). Renova o compromisso de seguir trilhando o caminho do equilíbrio entre a prosperidade econômica e a equidade social, de modo a impulsionar mudanças, atender às demandas e potencialidades das diferentes regiões, estenderem as oportunidades para a superação social e contribuir para conformar uma sociedade mais justa e solidária.*

Na área de Saúde não há dotação orçamentária para várias ações como desenvolvimento e manutenção de sistemas de gestão de saúde e ampliação do cartão SUS, previstos na LDO e PPA. A ação Boa Visão na escola também deixou de ser contemplada no presente projeto.

Há diminuição de recursos para várias ações a exemplo de serviços para população com necessidades especiais, campanhas de vacinação animal, vacinação de rotina e QUALISMAIS.

Os gastos com os programas e ações como Controle Social na Gestão do SUS, melhoria da qualidade das águas e residência médica, ficam congelados.

As despesas com a saúde crescerão 18,64% principalmente à custa de recursos destinados a despesas correntes para atendimento médico, sendo a maioria destinada à privatização da administração de serviços de saúde.

O governo continua descumprindo a Emenda Constitucional (EC) 29/00, sendo que a projeção da soma de recursos não gastos com a saúde entre 2001 e 2009 é de 3,6 bilhões de

reais, valor suficiente para construir 72 hospitais de 250 leitos, ao custo de R$ 50 milhões cada. Em 2010 e 2011 deixará de serem aplicados R$ 903,8 milhões e R$ 594.8 milhões, respectivamente, em um total de 1,5 bilhões de reais.

Auditoria do DENASUS, realizada em 2009 confirma o estudo acima da assessoria da bancada do PT na ALESP e de acordo com a auditoria, o governo paulista deixou de aplicar na saúde, um total de 2,1 bilhões de reais, só em 2006 e 2007.

Após uma década de luta dos municípios, em 2009 foi introduzido o repasse de recursos do fundo estadual para os fundos municipais de saúde. Mesmo assim metade dos recursos é de origem federal. Todos esses anos, a Bancada do PT na ALESP apresentou emendas a LDO e ao Orçamento nesse sentido.

Apesar disso, a Política de Saúde tucana se caracteriza por uma postura de não colaboração e de constrangimento normativo aos Municípios ou às vezes por desenvolver ações que concorrem com os mesmos, a exemplo dos hospitais e ambulatórios gerenciados pelas organizações sociais sem participação dos municípios em que ficam sediados. A administração de 30 Hospitais, todos os laboratórios, da central de regulação de oferta de serviços do SUS e 31 ambulatórios especializados foram terceirizados para 15 Organizações Sociais e Instituições Parceiras, com dispensa de licitação e com mecanismos insuficientes de fiscalização.

Além de não apoiar os municípios, o governo estadual não implanta as políticas federais em SP. Por exemplo, o programa saúde da família (PSF) cobre apenas 28% da população para uma média nacional de 54%.

Isto apesar dos recursos federais sob gestão estadual crescerem 12,6 vezes de 2002 para 2011, passando de 354.8 milhões de reais para 4,48 bilhões de reais no período. Até 2010 eram R$ 3,97 bilhões (crescimento de 11 vezes).

A política de pessoal é insuficiente, pagando a pior remuneração do mercado e sem estímulos adequados para profissionalizar os servidores da saúde. Isto vai se agravar em 2011, uma vez que as despesas para pessoal e encargos sociais crescem somente 1%, atestando que os salários continuarão abaixo do mercado de trabalho.

O governo estadual é contra a criação de conselho gestor nas unidades de saúde o que dificulta o aprofundamento do controle social no SUS e Serra ingressou com ação de inconstitucionalidade (ADIN) contra a Lei 12.516/07 (Roberto Gouveia) que dispõe sobre a criação dos conselhos gestores nas unidades de saúde.

Exemplo da insuficiência de apoio aos municípios e das políticas na área de saúde coletiva é a Dengue que assola todo o Estado.

A seguir estão as principais questões da proposta de lei orçamentária, referentes à área da saúde:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2010

A execução do orçamento do Estado de 2010 até o dia 18 de Outubro corrobora a análise sobre a política de saúde tucana, pois não houve execução das ações redução de mortalidade materna, atenção de saúde à população com necessidades especiais e cooperação com órgãos do sistema de saúde. Houve execução abaixo da média em vacinação de rotina, nas vigilâncias e exames de laboratório de saúde pública. Há execução acima do orçado para repasse às organizações sociais, assistência médica por terceiros e viva leite, despesa que não é da função saúde. O gasto maior com campanhas de vacinação justifica-se pela epidemia da gripe H1N1.

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2010 ATÉ 18-10-2010

Ações	Orçado	Empenhado	% Emp/Orç
REPASSE P/ORGANIZACOES SOCIAIS SAUDE E ENTID.	1.966.538.000	2.359.400.007	119,98%
FABRICACAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS	179.852.000	134.371.992	74,71%
ASSISTENCIA MEDICA HOSPITALAR POR TERCEIROS	172.271.320	174.275.475	101,16%
VIVA LEITE	150.000.000	166.866.054	111,24%
QUALISMAIS-APOIO QUALIFICACAO ATENCAO BASICA	72.800.000	32.873.900	45,16%
ASSISTENCIA A SAUDE	6.988.496	4.352.386	62,28%
SERVICOS DE RESGATE	5.335.910	3.966.239	74,33%
CAMPANHAS DE VACINACAO	3.912.600	4.677.621	119,55%
VACINACAO DE ROTINA	3.000.000	1.224.060	40,80%
EXAMES DE LABORATORIO DE SAUDE PUBLICA	2.782.395	1.522.470	54,72%
VIGILANCIA SANITARIA	1.563.113	674.621	43,16%
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	382.372	292.567	76,51%
ANALISE LABORATORIAL DIAGNOSTICA	217.431	54.976	25,28%
REDUCAO DA MORTALIDADE MATERNA E INFANTIL	10.000	0	0,00%
SERV. SAUDE POPULACAO NECES. ESPECIFICAS	10.000	0	0,00%
PROMOCAO COOP. TEC. GER. ORGAOS SIST. SAUDE	2.000	0	0,00%
Total	**140.424.395.728**	**108.122.342.180**	**77,00%**

Fonte: Sigeo – Sistema de Gerenciamento da Execução Orçamentária do Estado de SP.

DESPESAS DA FUNÇÃO SAÚDE AUMENTAM, PORÉM SUB-FUNÇÕES IMPORTANTES DIMINUEM

A análise das despesas orçamentárias por função permite uma maior transversalidade no exame do gasto orçamentário, uma vez que não ficamos presos aos recursos reservados dentro de uma determinada secretaria ou órgão.

No caso da função saúde há programas nas secretarias da Saúde, Agricultura e Abastecimento, da Justiça e Defesa da Cidadania, da Segurança Pública, da Administração Penitenciária, do Ensino Superior e da Gestão Pública.

A participação da função "Saúde" no total das funções aumenta para 11,3% retomando valores de 2007. No entanto, há diminuição das sub-funções assistência comunitária, atenção básica, suporte profilático e terapêutico e desenvolvimento científico.

DESPESAS POR FUNÇÃO

ANO	VALOR	PARTICIPAÇÃO %
2007	9.350.792.332	11,06
2008	10.280.993.161	10,61
2009	12.325.332.323	10,60
2010	13.395.884.801	9,63
2011	15.895.174.934	11,3

Fonte: SIGEO, Lei 13.916/09 e PL 711/10. Elaboração: Assessoria da Liderança do PT.

RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS CRESCEM 16 %. EM 2010 HAVIA CRESCIDO 19,4%. SECRETARIA DA SAÚDE AUMENTA PARTICIPAÇÃO.

As despesas da Secretaria da Saúde crescerão 18,64 %. Sua participação nas despesas gerais é de 9,87% e era de 8,45% em 2009 e 8,44% em 2010. A despesa total da Secretaria Estadual da Saúde será 13,88 bilhões de reais. Destes, 9,08 bilhões de reais são recursos do tesouro estadual. Houve um crescimento de 16 % dos recursos vinculados federais (R$ 4,6 bi.), que correspondem a 33% do total e nos orçamentos de 2010, 2009 e 2008 correspondia a 33,87%, 31% e 27,8% do total, respectivamente. Destes, R$ 2,3 bilhão está consignado na ação 5532, repasse de recursos federais para serviços prestados por municípios e entidades sob gestão estadual no programa 0930, Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP, em função do Estado de São Paulo em 2003 ter sido habilitado pelo governo federal (LULA) na Gestão Plena do Sistema Estadual de Saúde. Em 2008 era R$ 1,68 bi e em 2010 foi repassado R$ 1,99 bi. Os recursos federais sob gestão estadual crescerão 12,6 vezes de 2002 para 2011, passando de 354.8 milhões de reais para 4,48 bilhões de reais no período.

RECEITA POR FONTES DE RECURSOS – PARTICIPAÇÃO E VAR. 2011/2010.

FONTES	2010	2011	% do TOTAL	VARIAÇÃO % 2011/10
1 - TESOURO ESTADUAL	7.553.014.211	9.081.653.835	65%	20%
2 - REC EST VINCULADO	10.512.000	11.237.000	0%	7%
3 - REC EST FUNDO DE DESPESA	7.616.160	8.738.330	0%	15%
4 - REC EST ADMIN. IND	190.532.400	182.682.470	1%	-4%
5 - REC FEDERAIS	3.970.225.230	4.602.535.270	33%	16%
TOTAL	**11.731.900.001**	**13.886.846.905**	**100%**	

Fonte: Lei 13.916/09 E PL 711/10. Elaboração própria.

DESPESAS CORRENTES E COM INVESTIMENTOS CRESCEM E COM RECURSOS HUMANOS SÃO CONGELADOS

O crescimento das despesas correntes deve-se a acréscimo de recursos do tesouro e de 18% dos recursos federais.

O crescimento dos investimentos deve–se a participação de 44% de recurso federal e crescimento de recursos do tesouro.

GRUPOS DE DESPESAS - VARIAÇÃO 2011/2010

GRUPOS DE DESPESAS	2010	2011	VAR. NOM.	VAR. %
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.330.522.042	3.369.751.061	39.229.019	1%
2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	62.165	25.702	-36.463	-59%
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.948.937.967	9.707.152.585	1.758.214.618	22%
4 - INVESTIMENTOS	451.538.505	809.162.571	357.624.066	79%
6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	839.322	754.986	-84.336	-10%

Fonte: Lei 13.916/09 e PL 711/10. Elaboração própria.

FONTE DOS INVESTIMENTOS

FONTE	2010	2011	Var. Nom.	VAR. %
Tesouro	136.000.010	450.100.010	314.100.000	231%
Vinculado federal	306.510.065	350.000.070	43.490.005	14%

Fonte: Lei 13.916/09 e PL 711/10. Elaboração própria.

FONTES DAS DESPESAS CORRENTES

FONTE	2010	2011	Var. Nom.	VAR. %
Tesouro	4.571.304.837	5.762.147.630	1.190.842.793	26%
Vinculado federal	3.228.143.612	3.802.324.268	574.180.656	18%

Fonte: Lei 13.916/09 e PL 711/10. Elaboração própria.

Os repasses de recursos para atendimento médico a organizações sociais de saúde (OSS) têm um acréscimo de R$ 1 bilhão, que somado ao acréscimo de 600 milhões de reais nos gastos com atendimento médico, ambulatorial e hospitalar praticamente explicam o crescimento de recursos para as despesas correntes. Portanto, o principal acréscimo destina-se à privatização da administração de serviços de saúde.

A outra face dessa mesma moeda é que as despesas para pessoal e encargos sociais crescem somente 1%, atestando que os salários continuarão abaixo do mercado de trabalho.

AÇÕES COM REDUÇÃO OU CONGELAMENTO DE GASTOS

Há diminuição de recursos para programas e ações como serviços para população com necessidades especiais, campanhas de vacinação animal, vacinação de rotina, QUALISMAIS, pagamento de pensão aos hansenianos, capacitação de profissionais de saúde, apoio financeiro

a entidades filantrópicas e municipais no Estado de SP, exames de laboratório de saúde pública, vigilância epidemiológica, estudos e pesquisas em saúde pública, fabricação e distribuição de medicamentos, várias ações na área de atenção ao Câncer, redução da mortalidade materna e infantil, atendimento médico e hospitalar aos policiais militares, reforma e adequação do complexo hospitalar do IAMSPE e assistência farmacêutica para o servidor e dependentes.

Os gastos com os programas e ações como Controle Social na Gestão do SUS, melhoria da qualidade das águas e residência médica, ficam congelados.

AÇÕES DA SAÚDE 2011 E 2010

P. LOA-2011xLOA-2010 - RECURSOS - Comparação	RECURSOS		
CÓDIGO - AÇÃO	**LOA_2010-RECURSOS**	**P. LOA_2011-RECURSOS**	**VARIAÇÃO**
5775 - SERVIÇOS DE SAÚDE PARA A POPULAÇÃO COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS	10.000	10	-9.990
5786 - REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA E INFANTIL	10.000	10	-9.990
5801 - FUNCIONAMENTO DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE - CES	10	10	0
1936 - MELHORIA DA QUALIDADE DAS ÁGUAS	50.000.000	50.000.000	0
5576 - COMUNICAÇÃO DE AÇÕES DO GOVERNO	27.500.000	27.500.000	0
4867 - QUALIS - PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA > (QUALISMAIS - APOIO E QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA)	72.800.000	59.844.000	-12.956.000
4851 - PAGAMENTO DE PENSÃO AOS HANSENIANOS	3.146.168	2.733.922	-412.246
4850 - ATENDIMENTO MÉDICO, AMBULATORIAL E HOSPITALAR	719.653.041	562.837.832	-156.815.209
4861 - CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE	1.499.140	1.182.140	-317.000
4861 - CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE	1.147.436	497.436	-650.000
4849 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES FILANTRÓPICAS E MUNICIPAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO	12.000.000	10.800.000	-1.200.000
4138 - EXAMES DE LABORATÓRIO DE SAÚDE PÚBLICA	2.782.395	2.068.197	-714.198
4722 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	382.372	332.372	-50.000
5780 - VACINAÇÃO DE ROTINA	3.000.000	2.800.000	-200.000
5781 - CAMPANHA DE VACINAÇÃO ANIMAL	2.200.000	1.500.000	-700.000
5805 - DIFUSÃO DO CONHECIMENTO	430.000	291.823	-138.177
4856 - ESTUDOS E PESQUISAS DE INTERESSE EM SAÚDE PÚBLICA	225.000	8.841	-216.159
5807 - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE MÉTODOS E PROCESSOS EM BIOMEDICINA/SAÚDE COLETIVA	400.000	116.220	-283.780
4838 - FABRICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS	179.852.000	170.456.149	-9.395.851
5777 - CAPACITAÇÃO EM ONCOLOGIA	159.489	145.233	-14.256
5776 - ANÁLISE LABORATORIAL DIAGNÓSTICA CITO E ANATOMOPATOLÓGICA E IMUNOISTOQUÍMICA	217.431	217.431	0
5778 - REABILITAÇÃO PROTÉTICA DE PACIENTES COM CÂNCER DE CABEÇA E PESCOÇO	283.248	77.328	-205.920
4843 - RESIDÊNCIA MÉDICA	2.240.632	2.240.632	0
4843 - RESIDÊNCIA MÉDICA	3.228.691	3.228.691	0
6000 - VIVA LEITE	-	150.654.646	#VALOR!
5001 - ATENDIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR AOS POLICIAIS MILITARES	13.700.000	13.131.000	-569.000
5002 - ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO AOS POLICIAIS MILITARES	900.000	766.300	-133.700
5326 - ASSISTÊNCIA À SAÚDE	1.332.390	1.332.390	0
1962 - REFORMA E ADEQUAÇÃO DO COMPLEXO HOSPITALAR DO IAMSPE	**1.000.010**	**199.980**	**-800.030**
5420 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PARA O SERVIDOR E DEPENDENTES	**36.362.669**	**27.180.000**	**-9.182.669**

Fonte: Lei 13.916/09 e PL 711/10. Elaboração – Assessoria da bancada do PT na ALESP.

VÁRIAS AÇÕES NÃO CUMPRIRÃO AS METAS DO PPA

A comparação das metas dos orçamentos de 2008 a 2010 e do PL 711/10 que dispõe sobre o orçamento para 2011, mostra que não serão obedecidas várias metas fixadas pelo Plano Plurianual (PPA) 2008-2011.

COMPARAÇÃO DE METAS DOS ORÇAMENTOS DE 2008-10 E PL 711/10, COM METAS DO PPA 2008-11.

SECRETARIA DA SAÚDE ÓRGÃO/PROGRAMA/AÇÃO	**PRODUTO**	**METAS NÃO CUMPRIDAS**	**% DAS METAS** REALIZADO
COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	AÇÕES ADMINISTRATIVAS REALIZADAS	-27.104,00	50,31%
PREVENÇÃO E CONTROLE DE ENDEMIAS			
CONSTRUÇÃO REFORMA AMPLIAÇÃO E APARELHAMENTO NA SUCEN	OBRAS REALIZADAS	-5.062,00	0,00%
CONTROLE DE ENDEMIAS	PESSOAS ATENDIDAS	-3.177.278,00	87,69%
CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE	SERVIDORES CAPACITADOS	-3.548,00	90,14%
ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASSISTÊNCIA MÉDICA EM RIBEIRÃO PRETO		0,00	#DIV/0!
OBRAS DE ADEQUAÇÃO, AMPLIAÇÃO E APARELHAMENTO DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO - USP	OBRAS REALIZADAS	-11.986,43	20,09%
ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASSISTÊNCIA MÉDICA EM SÃO PAULO		0,00	#DIV/0!
OBRAS DE ADEQUAÇÃO, AMPLIAÇÃO E APARELHAMENTO DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA USP	OBRAS REALIZADAS	-50.728,96	47,96%
ATENDIMENTO MÉDICO, AMBULATORIAL E HOSPITALAR	ATENDIMENTOS REALIZADOS	-2.804.622,00	73,97%
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	PACIENTES ATENDIDOS COM MEDICAMENTOS	-931.700,94	93,57%
ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS/SP			
ATENDIMENTO MÉDICO, AMBULATORIAL E HOSPITALAR	ATENDIMENTOS REALIZADOS	-38.037.877,00	54,68%
SERVIÇOS DE SAÚDE PARA A POPULAÇÃO COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	-36,00	50,00%
REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA E INFANTIL	MUNICÍPIOS COM MORTALIDADE MATERNA E INFANTIL REDUZIDA	-346,00	8,95%
CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS			
PROGRAMA DE APRIMORAMENTO PROFISSIONAL - PAP	SERVIDORES FORMADOS	-1.398,00	70,28%
JOVENS ACOLHEDORES	UNIVERSITÁRIOS HABILITADOS	-1.094,00	60,93%
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO			

ESTUDOS E PESQUISAS DE INTERESSE EM SAÚDE PÚBLICA	ESTUDOS E PESQUISAS REALIZADOS	-554,00	82,41%
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE MÉTODOS E PROCESSOS EM BIOMEDICINA/SAÚDE COLETIVA	PATENTES, PRODUTOS EM DESENVOLVIMENTO/DE SENVOLVIDOS	-660,00	3,51%
PRODUÇÃO DE IMUNOBIOLÓGICOS, BIOFÁRMACOS E HEMODERIVADOS			
SISTEMA DE APOIO INFORMACIONAL À DISTRIBUIÇÃO DE SUBSTÂNCIAS BIOLÓGICAS	SISTEMAS DE INFORMAÇÕES TRANSACIONAIS INSTALADOS	-100,00	0,00%
DOE SANGUE, DOE VIDA			
COLETA, PROCESSAMENTO E FORNECIMENTO DE SANGUE E HEMOCOMPONENTES	BOLSAS DE SANGUE E DE HEMOCOMPONENTES FORNECIDAS	-55.280,00	95,19%
CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO DO SUS			
FUNCIONAMENTO DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE - CES	REUNIÕES REALIZADAS	-36,00	85,00%
PROGRAMA BOA VISÃO			
BOA VISÃO NA ESCOLA	CONVÊNIOS ASSINADOS	-200,00	0,00%
BOA VISÃO NA MELHOR IDADE	CONVÊNIOS ASSINADOS	-200,00	0,00%
FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO			
AMPLIAÇÃO DO PORTAL INTERNET DA SECRETARIA DA SAÚDE	PORTAL INTERNET AMPLIADO	-100,00	0,00%
CONSTRUÇÃO DE BANCO DE DADOS DA SAÚDE SES/SP	BANCO DE DADOS CONSOLIDADO	-100,00	0,00%
INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS DE SAÚDE	SISTEMAS DE SAÚDE INTEGRADOS	-4,00	0,00%
ACESSA SÃO PAULO NOS HOSPITAIS	PONTOS DE ACESSO DISPONIBILIZADO	-8,00	33,33%
AMPLIAÇÃO DO CORREIO ELETRÔNICO DA SECRETARIA DA SAÚDE	CORREIO ELETRONICO INSTALADO E DISPONIBILIZADO	-29.000,00	27,50%
IMPLANTAÇÃO DE SALAS DE TREINAMENTO NAS REGIONAIS, HOSPITAIS E SEDE	SALAS DE TREINAMENTO IMPLANTADAS	-58,00	42,00%
INFORMATIZAÇÃO DAS UNIDADES DA SECRETARIA DA SAÚDE E DA SEDE	REDE DE INFORMÁTICA INTERNA IMPLANTADA	-43,00	57,00%
AMPLIAÇÃO DO CARTÃO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/SP	POPULAÇÃO CADASTRADA COM CARTÃO SUS/SP DISTRIBUÍDO	-6.000.000,00	14,29%
DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS IMPLANTADO	-60,00	40,00%
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA			
SUPRIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA OS PRESOS EM CUSTÓDIA DA POLÍCIA CIVIL	PRESOS ATENDIDOS	-10.412,00	81,41%
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA			
ASSISTÊNCIA À SAÚDE	NÚMERO DE ATENDIMENTOS	-28.046,00	96,40%
ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL EM HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS			
APERFEIÇOAMENTO DAS AÇÕES DE SAÚDE PROMOVIDAS PELOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS	PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS E DE INTERNAÇÕES	-503.900,00	94,09%
ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E	INTERNAÇÕES	-19.564,00	95,39%

AMBULATORIAL			
PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE/ÁREAS DE ANOMALIA CRANIOFACIAIS - DEFICIÊNCIA AUDITIVA	PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS DE ALTA COMPLEXIDADE REALIZADOS	-6.988,00	85,06%
ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL			
REFORMA E ADEQUAÇÃO DO COMPLEXO HOSPITALAR DO IAMSPE	OBRAS REALIZADAS	-22.500,00	25,00%
ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR POR TERCEIROS	ATENDIMENTOS REALIZADOS	-2.883.050,00	77,82%
ASSISTÊNCIA MÉDICO AMBULATORIAL NOS CENTROS DE ATENDIMENTO MÉDICO AMBULATORIAL - CEAMAS	ATENDIMENTOS REALIZADOS	-1.085.654,00	59,31%
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	SERVIÇOS INFORMATIZADOS	-30,00	70,00%
ATENDIMENTO MÉDICO, AMBULATORIAL E HOSPITALAR	ATENDIMENTOS REALIZADOS	-8.290.955,00	67,67%
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PARA O SERVIDOR E DEPENDENTES	PACIENTES ATENDIDOS COM MEDICAMENTOS	-1.268.646,00	60,62%
COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	AÇÕES ADMINISTRATIVAS REALIZADAS	-18.683,00	67,78%

Fonte: SIGEO, Lei 13.289/08, Lei 13.916/09 e PL 711/10. Elaboração – Assessoria da bancada do PT na ALESP.

GOVERNO GOLDMAN/SERRA NÃO CUMPRE A EMENDA CONSTITUCINAL 29/00 E DEIXARÁ DE APLICAR R$ 594.8 MILHÕES NA SAÚDE.

O Governador Goldman afirma que a proposta orçamentária respeitará o percentual mínimo constitucional, quanto à aplicação de recursos "em ações e serviços saúde". Segundo esta interpretação, o valor aplicado será de R$ 10,16 bilhões, referentes a recursos do Tesouro Estadual, totalizando o percentual de 12,19 %.

Os cálculos, entretanto, apresentam dois problemas recorrentes, expressos no demonstrativo da tabela seguinte.

O primeiro problema refere-se à não inclusão na base de cálculo das receitas dos valores referentes às Transferências Federais de Compensação dos Estados, por conta da Desoneração da Lei Kandir (LC 87/96).

A não inclusão deste item na apuração da receita líquida de impostos para o cálculo da aplicação na Saúde, contraria Portaria 2.047/02 do Ministério da Saúde (MS) - em seu Art. 1º, inciso I, item b, editada pelo então ministro da saúde Barjas Negri, assim como a Resolução 322/03 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em sua primeira diretriz.

Mais ainda, por similaridade, esta receita faz parte da base de cálculo para a aplicação do percentual mínimo da Educação, seguido pelo próprio governo estadual.

Além disto, existem as receitas provenientes da desoneração do Fundo de Auxílio Financeiro para os Exportadores e da venda de recebíveis.

Com a inclusão destes valores, as Receitas Líquidas de Impostos sobem em R$ 630 milhões para 2011, atingindo a soma de R$ 84 bilhões.

O segundo problema, refere-se à inclusão de programas e ações que não podem ser considerados no gasto da Saúde.

Neste caso, devem ser descontados do valor os gastos do tesouro estadual (fonte 1) no "Viva Leite", fornecimento de alimentação à população prisional**,** gerenciamento do sistema prisional, no atendimento médico e hospitalar aos servidores públicos civis e militares, e no pagamento de aposentadorias e pensões na saúde e melhoria da qualidade das águas.

A retirada destes itens de despesa busca, mais uma vez, o cumprimento da Portaria 2.047/02 do então ministro da saúde Barjas Negri e da Resolução 322/03 do CNS, que determinam:

> "(...) Em conformidade com os princípios e diretrizes mencionados no art. 6° destas Diretrizes Operacionais**, não são consideradas como despesas com ações e serviços públicos de saúde**, para efeito de aplicação do disposto no art. 77 do ADCT, as relativas a:
>
> **I - pagamento de aposentadorias e pensões;**
>
> **II - assistência à saúde que não atenda ao princípio da universalidade (clientela fechada); (...)**
>
> **VII - ações de assistência social não vinculadas diretamente à execução das ações e serviços referidos no art. 7°, bem como aquelas não promovidas pelos órgãos de Saúde do SUS";**

As despesas que não poderiam ser contabilizadas no cálculo da Saúde, portanto, são de R$ 674.5 milhões.

Cumpre registrar que o cálculo do pagamento de aposentadorias e pensões na saúde foi estimado com base no valor orçado no programa desta despesa em 2010, de acordo com o Sistema de Gerenciamento do Orçamento do Estado (SIGEO). Isso porque o Governo Goldman/Serra não apresentou programa e ação específica para o pagamento de aposentadorias e pensões para 2011, como era feito até o ano de 2007.

A finalidade desta medida, sem dúvida, foi diminuir a transparência do gasto em Saúde, dificultando o acompanhamento da sociedade.

De qualquer modo, recalculando o percentual de aplicação na saúde com a inclusão dos recursos de apoio à exportação, da venda de recebíveis e a exclusão dos programas e ações que não podem ser contabilizados como gastos em Saúde, para efeito de cumprimento do Art. 77 do ADCT, observam - se que o Governo Goldman/Serra aplicará em 2011, 11,29%, abaixo, portanto dos 12% exigidos.

Em outros números, esta diferença não aplicada será de R$ 594.8 milhões.

DEMONSTRATIVOS DA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DA SAÚDE – 2011, EM R$ MIL.

SEGUNDO PLO 711/10 (SECRETARIA DA SAÚDE)	
A - RECEITA TOTAL (1+2+3)	112.991.104
1 - IMPOSTOS	107.100.544
2 - TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	4.927.129
2.1 - Imposto sobre a Renda Retido na Fonte	3.579.250
2.2 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados - FPE	631.577
2.3 - Cota-Parte do IPI - Estados Exportadores	716.278
2.4 - Cota-Parte Imposto sobre Operações de Crédito - Ouro	24
3 - OUTRAS RECEITAS PROVENIENTES DE IMPOSTOS	963.431
B - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	29.574.074
C - RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (A - B)	83.417.030
D - DESPESAS	10.165.378
1 - Secretaria da Saúde - Administração Direta	7.879.632
2 - Secretaria da Saúde - Administração Indireta	1.202.022
3 - Universidades e Faculdades - Hospitais Universitários	753.065
4 - Outras Despesas de Saúde	330.659
E - PERCENTUAL DE APLICAÇÃO - (D/C) %	12,19%

SEGUNDO ASS. DE ECON. E FINANÇAS DA BANCADA DO PT - ALESP	
A - RECEITA TOTAL (1+2+3)	113.621.143
1 - IMPOSTOS	107.100.544
2 - TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	5.557.168
2.1 - Imposto sobre a Renda Retido na Fonte	3.579.250
2.2 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados - FPE	631.577
2.3 - Cota-Parte do IPI - Estados Exportadores	716.278
2.4 - Cota-Parte Imposto sobre Operações de Crédito - Ouro	24
2.5 - Desoneração ICMS LC 87 - 13/09/96 (NÃO INCLUÍDA PELA SES)	**455.448**
2.6 - Auxílio Financeiro para Exportadores (NÃO INCLUÍDA PELA SES)	**174.591**
3 - OUTRAS RECEITAS PROVENIENTES DE IMPOSTOS	963.431
B - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	29.574.074
C - RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (A - B)	84.047.069
D - DESPESAS	10.165.378
1 - Secretaria da Saúde - Administração Direta	7.879.632
2 - Secretaria da Saúde - Administração Indireta	1.202.022
3 - Universidades e Faculdades - Hospitais Universitários	753.065
4 - Outras Despesas de Saúde	330.659
Ações incluídas pela SES, mas que não estão conformes a resolução 322/03 do CNS e auditoria DENASUS	**674.564**
(-) Programa Viva Leite (Secretaria de Agricultura)	**150.654**
(-) Fornecimento de Alimentação à População Prisional (Secretaria de Administração Penitenciária)	2.703
(-) Atendimento de saúde aos policiais militares (Secretaria de Segurança)	13.131
(-) Atendimento odontológico aos policiais militares	766
(-) Serviços Técnicos e Pericias	3.515
(-) Assistência Médica Hospitalar por Terceiros (IAMSPE - Secret(. Gestão))	100.000
(-) Gerenciamento das Unidades do Sistema Prisional	34.748
(-) Gasto previdenciário	319.047
(-) Melhoria da Qualidade das Águas	50.000
Gasto efetivo com a saúde	9.490.814
E - PERCENTUAL DE APLICAÇÃO - (D/C) %	**11,29%**
12% para a saúde	10.085.648

Não aplicado na saúde	594.834

Fonte: Fonte: PL 711/10. Elaboração: Assessorias de Finanças e Orçamento e da Saúde da Liderança do PT

IAMSPE:

Após uma década de luta dos servidores públicos estaduais, com apoio da Bancada do PT na ALESP e acatando recomendação da Comissão Especial do IAMSPE que concluiu seus trabalhos em junho de 2008, o financiamento da Assistência Médica ao Servidor Público Estadual, Programa 0927, operacionalizado pelo Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (IAMPSE) passa a contar com R$ 100 milhões de contribuição originária do tesouro estadual. No entanto, estes recursos destinam-se exclusivamente ao atendimento no interior. Falta aumentar os recursos para o HSPE na cidade de São Paulo referente à ação 4860, atendimento médico, hospitalar e ambulatorial. A ação reforma e adequação do complexo hospitalar do IAMSPE e assistência farmacêutica para o servidor e dependentes tiveram reduções de recursos.

HOSPITAIS, AMBULATÓRIOS E LABORATÓRIOS GERENCIADOS PELAS OS SÃO PRIVILEGIADOS:

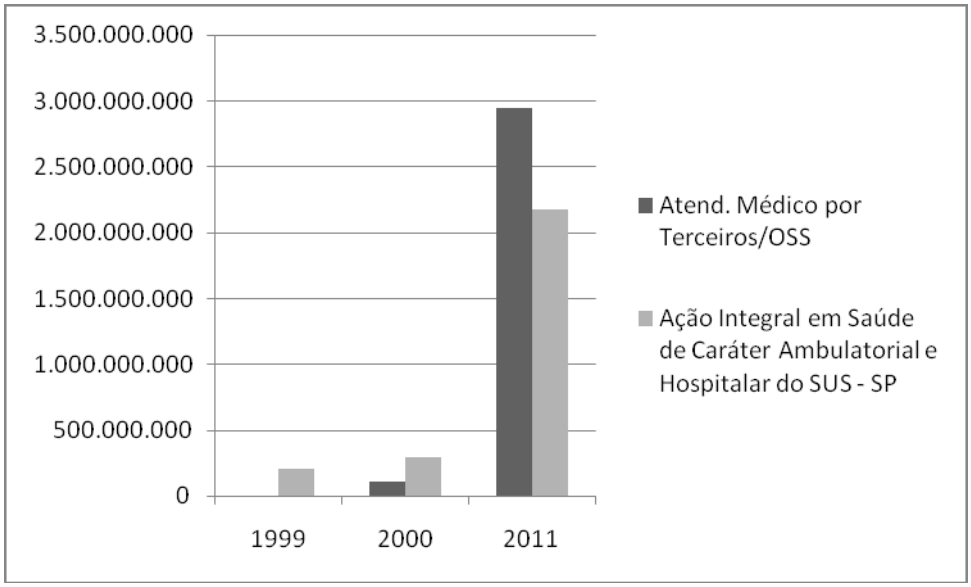
Os repasses de recursos para atendimento médico a organizações sociais de saúde (OSs), ação 10.302.0930.4852, do Progr. 0930, com despesas correntes para manter o funcionamento de 30 hospitais, da central de regulação de oferta de serviços do SUS, mais de trinta Ambulatórios Médicos de Especialidades (Ames) e três Centros de Análises Clínicas (CEACS) gerenciados pelas OSS serão de 2,94 bilhões de reais, com um acréscimo de R$ 1 bilhão sobre R$ 1,96 orçado em 2010.

Os gastos com Atendimento médico, ambulatorial e hospitalar, ação 10.302.0930.4850 do Progr. 0930, para manter os 41 hospitais sob administração direta da Secretaria da Saúde e os demais serviços de referencia será de R$ 4,59 bilhões, porém R$ 2,30 bilhões destinam-se a pessoal e encargos, e o valor destinado para as despesas correntes de manutenção é de 2,7 bilhões de reais, com acréscimo de apenas 600 milhões de reais.

A terceirização da administração dos serviços de saúde em SP foi regulamentada pela Lei Complementar 846 de 1998.

Como conseqüência, à partir do orçamento de 2000 (Lei 10.479/99) estão discriminados pela primeira vez recursos no programa assistência hospitalar e ambulatorial para a ação atendimento médico por terceiros/organizações sociais no valor de R$ 112.8 milhões. O gráfico abaixo compara a evolução destes gastos com Ação Integral em Saúde de Caráter Ambulatorial do SUS – SP (atual atendimento médico, ambulatorial e hospitalar). A comparação refere-se ao grupo de despesas correntes.

Comparativo de gastos correntes das OSS com ação integral em saúde, entre 1999 e 2011.



Fonte: Orçamento de 1999, Lei 10.479/99 e PL711/10. Elaboração própria.

Essa política foi agravada pela Lei Complementar N.º 1.095, de 2009, de iniciativa do então governador Serra, que alterou a LC 846 e que possibilita a transferência da administração de todos os equipamentos de saúde do Estado para as Organizações Sociais.

FALTA APOIO AOS MUNICÍPIOS:

No ano de 2008 foi modificada a política de repasse de recursos para os municípios. Em conseqüência, no orçamento de 2010 as ações apoio e orientação aos municípios e QUALIS-PSF foram transformadas em QUALISMAIS, cujo objetivo é o apoio técnico e financeiro aos municípios menores de 100 mil habitantes com Índice de Desenvolvimento Humano - IDH menor ou igual a 0, 770, municípios produtores de cana de açúcar menores de 40 mil habitantes e médias de produção de cana de açúcar superior a média do Estado de São Paulo e os municípios que já recebiam o recurso estadual. O objetivo é atender 402 municípios. Embora responda à proposta apresentada pelo PT há vários anos, uma de suas conseqüências é esconder a omissão do Estado na implantação do PSF. A ação é financiada com metade de recursos federais, que eram maioria em 2010. Na proposta orçamentária para 2011 há diminuição de R$ 12,8 milhões para essa ação.

FONTES DE FINANCIAMENTO, EM MIL. DE R$ - AÇÃO QUALISMAIS, PLO 2011 /ORÇAMENTO 2010.

FONTE DO RECURSO	2010	2011
Vinculado Federal	38,4	29,74
Tesouro Estadual	34,4	30,09

Fonte: Lei 13.916/09 e PL 711/10.

Na execução orçamentária de 2009, houve diminuição de todas as ações relacionadas aos municípios como *Apoio e Orientação aos Municípios, Apoio Financeiro a Entidades Filantrópicas e Municipais* e *QUALISMAIS.*

No QUALISMAIS, antigo Programa de Saúde da Família (PSF) o governo Goldman/Serra deixou de gastar quase R$ 25,7 milhões entre 2007 e 2009 e R$ 13 milhões em 2009.

COMPARATIVO ENTRE VALORES PREVISTOS E REALIZADOS - 2009

Ação	Previsto (orçado)	Executado (liquidado)	Diferença nominal	Diferença em %
APOIO E ORIENTACAO AOS MUNICIPIOS	845.238	800.182	-45.056	-5,3%
QUALISMAIS-APOIO QUALIFICACAO ATENCAO BASICA	34.400.000	21.287.950	-13.112.050	-38,1%
CAPACITACAO APERFEICOAMENTO PROFIS. SAUDE	1.472.812	1.042.013	-430.799	-29,3%
APOIO FINANCEIRO ENT. FILANTROPICAS/MUNICIPIOS	664.133.401	624.851.898	-39.281.503	-5,9%

Fonte: Sistema de Gerenciamento da Execução Orçamentária do Estado de São Paulo – Sigeo.

DOSE CERTA:

Na ação Dose Certa - programa estadual de assistência farmacêutica, com fornecimento de medicamentos essenciais para abastecimento das unidades básicas de saúde, conforme lista aprovada pela comissão intergestores bipartite – CIB(604 municípios) ou REPASSE de recursos financeiros destinados ao mesmo fim para 41 municípios com população acima de 250 mil habitantes ou que optaram por receber os recursos financeiros, de acordo com o pactuado entre Estado e municípios na resolução CIB N. 149, de 19/10/2006, está proposto o gasto de R$ 85,2 milhões, sendo R$ 57 milhões provenientes do tesouro estadual e R$ 28,2 milhões provenientes de recursos vinculados federais, que corresponde a 33 % do total.

GASTO COM AÇÃO DOSE CERTA

FONTE DO RECURSO	2010	2011
Vinculado Federal	15	28,2
Tesouro	57	57

Fonte: Lei 13.916/09 e PL 711/10.

RESIDÊNCIA MÉDICA:

Na ação residência Médica, da sub função 10.128, qualificação de recursos humanos há congelamento de recursos pelo segundo ano consecutivo no Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto (UO 9056), no Hospital das Clínicas de São Paulo (UO 9057) e diminuição no IAMSPE. Na Administração Superior da Secretaria da Saúde e Sede (UO 9001) há aumento de 13%, inferior ao reajuste da bolsa dos médicos residentes já negociado em 22%.

Gastos com ação 4863, Residência Médica.

UO	2010	Var. %	2011	Var. %
Adm. Sup. Secret. e Sede	111.397.154	0%	125.369.500	13%
HC de Rib. Preto	2.240.632	0%	2.240.632	0%
HC de SP	3.228.691	0%	3.228.691	0%
IAMSPE	1.911.316	3%	1.739.232	-9%

Fonte: Lei 13.916/09 e PL 711/10.

HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS:

Após um crescimento menor do que a inflação em 2010 (2%) haverá crescimento de gastos de 48% com assistência médica em hospitais universitários, em 2011.

GASTO COM AÇÃO 1017, ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR AMBULATORIAL EM HOSP. UNIVERSITÁRIOS, DA SECRETARIA DO ENSINO SUPERIOR.

UO	Denom.	2010	Var. %	2011	Var. %
10058	USP	267.994.171	-4%	346.984.430	29%
10059	UNICAMP	311.380.541	11%	522.069.658	68%
10061	UNESP	69.777.153	12%	87.104.872	25%
10065	FAMEMA	3.775.394	-75%	7.664.364	103%
10066	FAMERP	2.522.843	-26%	3.714.400	47%
Total		655.450.102	2%	967.537.724	48%

Fonte: Lei 13.916/09 e PL 711/10.

ORÇAMENTO DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP CRESCE MENOS E GOVERNO INVESTE NO INSTITUTO DO CÂNCER DE SÃO PAULO:

Simultaneamente à implantação do Instituto do Câncer de São Paulo Octávio Frias de Oliveira – ICESP, há 6,26% de acréscimo no orçamento do HC de São Paulo, inferior a média de crescimento da saúde (18,46%), após uma queda de 0,2% em 2010.

II - SUGESTÃO DE EMENDAS:

Naturalmente, devem ser apresentadas nas áreas em que houve redução, congelamento ou crescimento insuficiente de recursos e/ou metas. Há também as ações sem dotação orçamentária que devem ser avaliadas. Entre outras, seria importante a apresentação de emendas nos seguintes programas/ ações:

Progr. 0914 – prevenção e controle de endemias nas ações 4722, 5780 5781;

Capacitação de profissionais de saúde (4861), apoio e orientação aos municípios (10.305.0914.4833) referente à dengue;

Programa 0927- assistência médica ao servidor público estadual propondo a contrapartida em recursos do tesouro estadual aos recursos pagos pelos servidores públicos e recursos para o HSPE (ação 4.860);

Progr. 0930 - atendimento integral e descentralizado do SUS/SP para construções, reformas, ampliação e aparelhamento para serviços de referência (ação 10.302.0930.1377 ou a 10.303.0930.1377), assim como na ação apoio financeiro a entidades filantrópicas e municipais do Estado de São Paulo (ação 10.302.0930.4849), com o objetivo de fortalecer nossas prefeituras;

Programa 0931- capacitação de RH, como capacitação e aperfeiçoamento de profissionais e bolsas para residência médica;

Programa 0932 - controle das doenças e promoção de saúde para as vigilâncias epidemiológica e vacinação;

Programa 0934 - prevenção do câncer;

Observamos que na Secretaria da Saúde há a sede da secretaria, cinco coordenadorias, um conselho, quatro autarquias, três fundações, que são Unidades Orçamentárias (UO) onde devem ser feitas as emendas de acordo com a região ou instituição que se queira beneficiar.

Em 2008 o IAMSPE foi transferido para a Secretaria de Gestão.

Na Secretaria do Ensino Superior as UO são a USP, UNICAMP, UNESP, FAMEMA E FAMERP.

PRINCIPAIS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

UO - ORGÃO/COORDENADORIA, AUTARQUIA OU FUNDAÇÃO.
09000 - SECRETARIA DA SAUDE
09001 - ADMINISTRACAO SUPERIOR SECRETARIA E SEDE
09002 - COORD. DE REGIOES DE SAUDE
09006 - COORD. DE SERVICOS DE SAUDE
09007 - COORD. DE CONTROLE DE DOENCAS
09009 - COORD.DE CIENCIA,TECN. E INSUMOS ESTRAT. SAUDE
09010 - COORD. GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE
09011 – CONSELHO ADMINISTRATIVO DO FESIMA
09045 - FUNDACAO PARA O REMEDIO POPULAR CHOPIN T. LIMA-FURP
09046 - FUNDACAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIBEIRÃO PRETO
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP EM SÃO PAULO
09059 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DE BOTUCATU - HCFMB
44000 - SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
44058 - INSTITUTO DE ASSISTENCIA MED.SERV.PUBLICO-IAMSPE

Fonte: PL 711/10. Elaboração própria.

CULTURA

O Governo tucano vem afirmando que a formação das pessoas não se esgota nos bancos escolares ou na academia, mas sim, através de um processo permanente, que se enriquece com o acesso à cultura. No entanto, é exatamente na escola onde falta espaço para a cultura e cuja política educacional tem dispensado os valores das práticas culturais para a formação integral do indivíduo.

Destacamos as realizações como a *Virada Cultural Paulista e o Programa Vá ao Cinema*. É importante afirmar que a *Virada Cultural* trata-se de um espetáculo pirotécnico como na época do circo romano, com ausência de oportunidades para o acesso da população às atividades culturais. O Projeto *Vá ao Cinema* se fosse do governo federal seria taxado de assistencialismo e de programa eleitoreiro, no entanto, o Governo Estadual, ao invés de incluir atividades culturais no processo educacional, prefere dar ingressos aos alunos para assistirem filmes nacionais, como forma indireta de financiar os empresários da indústria cinematográfica.

O orçamento para 2011, no valor de R$ 1.000.131.000,00 reflete a baixa dotação destinada à cultura, já que R$ 220.152.360,00 pertencem a Fundação Padre Anchieta (Rádio e TV). Isto porque, para um orçamento do governo, estimado em R$ 140,6 bilhões, a dotação da cultura é de 0,72% (não atinge 1%) desse orçamento. O Governo Federal tem R$ 12 milhões de verbas vinculadas à Cultura. O Governo do Estado conseguiu R$ 180,4 milhões em operações de crédito para a Cultura (dos quais, R$ 165.400.000,00 estão voltados para a construção do *Complexo Cultural Luz – Teatro da Dança*). As ações ainda continuam voltadas para as grandes obras e para os espetáculos memoráveis, que promovem a figura do administrador.

Os programas e as ações se concentram nos grandes municípios da região metropolitana da capital, com projetos de maior visibilidade para o governo, enquanto a maioria dos municípios não consegue desenvolver atividades culturais para a sua população e muito menos para preservar a sua memória.

Como exemplo, o apoio cultural aos municípios foi excluído o PPA de 2008 e sepultado definitivamente na administração Serra. No entanto, para superar essa crítica latente, o governo muda o nome da “Ação Cultural do Estado” para “Atividade Cultural em parceria com Municípios e Entidades”.

Nesse sentido, o Governo do Estado não oferece o mínimo suporte financeiro para o desenvolvimento cultural nos municípios. O governo Alckmin já havia recusado a aprovação do Fundo Estadual da Cultura, de iniciativa do Deputado Vicente Cândido do PT e assinado por 67 Deputados da Assembléia Legislativa. Naquela oportunidade, o governador enviou um Projeto de Lei em substituição ao Projeto do Fundo, denominado PAC - Programa de Ação Cultural, que se transformou na Lei 12.268 de 2006.

Com o PAC ficou comprovada a intenção do Governo do Estado em eliminar qualquer apoio financeiro aos municípios, boicotando a aprovação de um Fundo Estadual para a Cultura, que representava o início de uma política para o desenvolvimento cultural no Estado de São Paulo.

Enquanto o Projeto de Lei que criava o Fundo Estadual da Cultura previa uma dotação acima de R$ 140 milhões, o PAC apresenta para o orçamento de 2011 uma dotação de apenas R$ 25 milhões. Em princípio, o Governo está ampliando o orçamento da Cultura. No entanto, a operação de crédito para a construção do Teatro da Dança é maior do que a diferença do aumento do orçamento em relação a 2010 (isso significa que o aumento de R$ 102.929.000,00 em relação a 2010 é menor do que a operação de crédito acrescida ao orçamento de 2011).

Na análise do orçamento por programas, constatamos a ausência de um processo de democratização na proliferação espacial de equipamentos culturais, transferindo a responsabilidade das ações culturais e os acervos culturais do Estado (projeto do governador aprovado recentemente pela Assembléia) para os municípios, que por sua vez, estão excluídos do apoio financeiro da Secretaria da Cultura.

Isso, sem perder de vista a ausência de fomento ao sistema de produção cultural, na medida em que a produção artística é um importante segmento produtivo no Estado de São Paulo, responsável pela geração de renda e empregos.

O cenário atual continua manifestando a ausência da Secretaria da Cultura, sobretudo, no interior do Estado, dada a incomunicabilidade com os diversos atores sociais, o descaso para com as tradições e a dinâmica da cultura paulista, assim como a ausência de programas culturais inseridos nos planos pedagógicos das escolas da rede estadual de ensino.

Além do exposto acima, as leis de incentivo à cultura restringem a participação dos pequenos produtores culturais e do cidadão comum. Quando o Estado assume o fracasso da qualidade de ensino nas escolas públicas e promove ações isoladas para atender os jovens em situação de risco através da cultura, perde a grande oportunidade de investir na formação integral de crianças e adolescentes, através da formação de corais, grupos de teatro, fanfarras e orquestras de cordas. Em decorrência, esses programas continuam sinalizando para a criação de organizações sociais contratadas pelo Estado, para gerenciar equipamentos e prestar serviço público em forma de terceirização. É importante destacar algumas ações como: Centro de Estudos Musicais Tom Jobim – Conservatório de Tatuí – Projeto Guri – Oficinas Culturais – São Paulo Companhia de Dança e Fábricas de Cultura que se encontram nas mãos das Organizações Sociais.

Algumas ações, como “Circulação de espetáculos de música, artes cênicas, dança e circo” / “Criando arte” / “Boulevard da Luz”, “Mapeamento cultural” e “Produção e Transmissão das Rádios AM/FM” não aparecem na proposta orçamentária de 2011. Da mesma forma, o projeto de Lei orçamentária inclui novas ações que não constaram do PPA, como “Espaço cultural Belém-Tatuapé” e “Escola de Artes Cênicas - Escola da Praça”.

Para uma melhor ilustração do contexto e contribuir com informações para a elaboração das emendas, passamos aos comentários sobre os programas e ações apresentados na proposta orçamentária para 2010.

Programa 1214 – Museus (Museu Vivo) :
R$ 157.896.000,00 (R$ 150.770.145,00 em 2010) = aumento de R$ 7.125.860,00

Ação 2026 – Criação, expansão e readequação de museus

Democratização do acesso aos museus e ao patrimônio cultural e desenvolvimento de políticas de comunicação com o público, pela disponibilidade de novos espaços culturais e

expansão e readequação dos já existentes, como: ampliação da Pinacoteca, Museu de Arte Contemporânea no Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, Museu da História Paulista, Catavento – Espaço da Criança, Memorial da Resistência e Museu da Televisão. Ação com dotação de *R$ 73.000,000,00 em 2010, com previsão de 15.000 m2 de obras realizadas. Para 2011 a dotação é de R$ 70.000.000,00 com previsão de 12.000 m2 de obras realizadas.* Houve *diminuição da meta em 3.000m2 de obras realizadas e d*o valor em R$ 3.000.000,00.

Ação 5730 – Catavento – Espaço da Criança

Implantação/manutenção no Parque D. Pedro do acervo das diversas linguagens artísticas/científicas, promovendo exposições e programas interativos voltados ao estímulo do aprendizado, conhecimento e criatividade do público visitante. *A ação foi orçada em R$ 2.500.000,00 em 2010, para o atendimento de um público infanto-juvenil de 150.000 pessoas. Para 2011 a dotação orçamentária é de R$ 7.500.000,00 para o atendimento de um público de 180.000 pessoas.* Houve aumento na meta de 30.000 pessoas e na dotação de R$ 5.000.000,00.

Ação 5731- Museu da História Paulista

Implantação e manutenção do acervo cultural da história paulista com exposições que integrem os temas de política, economia e demografia do Estado de São Paulo. *Essa ação não consta do PPA. A ação em 2010 foi orçada em R$ 3.000.000,00 para o atendimento de um público de 17.750 pessoas. Para 2011 a dotação permanece em R$ 3.000.000,00 para um público de 51.030 pessoas. Manteve-se o valor em relação a 2010 com o aumento da meta em 33.280 pessoas atendidas.*

Ação 5732 – Museu da Língua Portuguesa

Manutenção/ampliação do acervo sobre a língua portuguesa disponível à população, em exposições que apresentem um patrimônio intangível, dinâmico e expressivo das culturas de língua portuguesa em equipamentos culturais como o Museu da Língua Portuguesa, a Casa das Rosas e a Casa Guilherme de Almeida. *O PPA projetou a meta de 3.624.000 de públicos atendidos. Os quatro anos sinalizam o atendimento de um público de 2.092.447 pessoas. A meta do PPA deixará de ser cumprida em 1.531.553 públicos atendidos. A ação teve uma dotação orçamentária de R$ 8.000.000,00 em 2010 para o atendimento de um público de 505.000 pessoas. Para 2011 a dotação orçamentária é de R$ 9.000.000,00 e projeta o atendimento de um público de 570.000 pessoas*. Houve um *aumento de 65.000 pessoas atendidas na meta e de R$ 1.000.000,00 no valor orçamentário.*

Ação 5733 – Museu de Arte Sacra

Manutenção/ampliação do museu de arte sacra, instalado no Mosteiro da Luz, considerado um dos mais importantes monumentos arquitetônicos coloniais paulistas, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e pelo Conselho de defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado – CONDEPHAAT, através do aumento da área expositiva do acervo de imaginária sacra, mobiliário, objetos litúrgicos e livros raros dos séculos XVI ao XX. *O PPA projetou a meta de 2.082.003 público atendido. Os quatro anos projetam o atendimento de um público de 1.635.193. A meta do PPA deixará de ser cumprida em 446.810 de públicos atendidos. Essa ação teve como dotação em 2010 de R$ 3.000.000,00 com previsão de atendimento de um público de 16.000 pessoas. O orçamento de 2011 apresenta a previsão orçamentária de R$*

6.000.000,00 para o atendimento de 20.000 pessoas. Houve um aumento de 4.000 pessoas atendidas na meta e de R$ 3.000.000,00 no valor do orçamento.

Ação 5734 – Gestão de Museus (Vá ao Museu)

Manutenção/ampliação dos acervos dos museus do Estado, tais como museus históricos e pedagógicos, Memorial do Imigrante, Museu da Imagem e do Som, Museu da Casa Brasileira, Paço das Artes e demais temas de interesse da população. *Essa ação teve uma dotação orçamentária em 2010 de R$ 29.514.145,00 com projeção de atendimento público para 317.000 pessoas. Para 2011 a dotação orçamentária é de R$ 31.900.000,00 e projeta o atendimento do mesmo público de 317.000 pessoas. Manteve-se a meta em relação a 2010 e aumentado o valor em R$ 2.385.855,00*.

Ação 5735 – Pinacoteca

Manutenção/ampliação de expressivo acervo da arte brasileira com centenas de obras artísticas expostas para visitação, onde são realizadas exposições nacionais e internacionais de obras consagradas ou de importância histórica. *Essa ação teve uma dotação de R$ 15.500.000,00 para o orçamento de 2010, com previsão de atendimento público para 490.000 pessoas. O orçamento de 2011 é de R$ 15.130.000,00 para o atendimento de um público de 719.000 pessoas.* Houve um aumento na meta de 229.000 pessoas atendidas e diminuição no valor de R$ 370.000,00.

Ação 5736 – SISEM – Sistema Estadual de Museus (Preservação e modernização dos acervos dos museus do Estado)

Apoio técnico aos museus e à preservação do patrimônio museológico existentes no Estado de São Paulo por meio de oficinas de capacitação, visitas diagnósticas e emissão de pareceres técnicos, circulação de exposições itinerantes e organização de eventos, intercâmbios e outras formas de valorização e fortalecimento dos mais 430 museus das diversas regiões, buscando ampliar esse atendimento até chegar a todos os municípios do Estado. *Essa ação teve em 2010 a dotação de R$ 1.250.000,00 para a meta de preservação de 100 municípios. O orçamento projeta o valor de R$ 566.000,00 para atender 100 municípios. Houve manutenção da meta e diminuição do valor em R$ 690.000,00.*

Ação 5978 – Museu Afro Brasil

Funcionamento do Museu Histórico, Artístico e Etnológico voltado à pesquisa, conservação e exposição de objetos relacionados ao universo cultural do negro.

Ação nova que não consta do PPA. *Em 2010 teve a dotação orçamentária de R$ 9.000.000,00 para o atendimento de um público de 155.000 pessoas. Em 2011 manteve-se a mesma meta e valor orçamentário.*

Ação 5978 – Museu do Futebol

Essa ação não consta do PPA. Em 2010 teve a previsão orçamentária de R$ 6.000.000,00 para um público atendido de 300.000 pessoas. Em 2011 manteve-se a meta de 300.000 pessoas para uma dotação de R$ 5.800.000,00. Houve manutenção da meta e diminuição do valor em R$ 200.000,00.

Programa 4501 – Comunicação Social: R$ 10,00

Ação 5576 – Comunicação de ações do Governo

Desenvolvimento das ações de comunicação por toda a administração direta do Estado, sob a orientação do Sicom – Sistema de Comunicação do Governo do Estado de São Paulo, abrangendo: publicidade legal e institucional, documentação e informações, serviços à comunidade, modernização do serviço público, divulgação das ações e projetos especiais de interesse público. *Apesar da ação apresentar o valor simbólico de R$ 10,00 no orçamento de 2010 e de não disponibilizar materiais e serviços de publicidade e marketing para o orçamento de 2011, a proposta orçamentária projeta o mesmo valor de R$ 10,00 sem previsão de serviços.*

Programa 1206 – Rádio e TV Educativas: R$ 220.152.360,00 (R$ 210.221.448,00 em 2010) = aumento de R$ 9.930.920,00

Ação 1767 – Ampliação da rede de transmissão de rádio e TV Educativas

Adequação e transição para a tecnologia digital da rede às variações e crescimento das cidades atendidas, por meio da ampliação, substituição, aquisição, manutenção e conservação da rede de transmissão das emissoras de rádio e TV educativas. *O PPA projetou a meta de 100% de rede de transmissão adequada. Os quatro anos projetam 74% de rede. Logo, o PPA não cumprirá 26% da meta programada. No orçamento de 2010 a ação apresentou o orçamento simbólico de R$ 10,00 para 0% de rede de transmissão adequada*. Para 2011 a dotação é de R$ 2.220.074,00 para a meta de 24% de rede de transmissão adequada. *Aumentou-se a meta em 24% de transmissão adequada e o valor em R$ 2.220.074,00 do orçamento.*

Ação 1768 – Reaparelhamento das rádios e da TV Educativas

Adaptação de áreas técnicas, central de oficinas, atendimento ao tratamento acústico dos estúdios e adaptação de infra-estrutura elétrica nas diversas dependências, bem como a sua manutenção predial. *O PPA projetou a meta de 100% de emissoras reaparelhadas. Os quatro anos assinalam o cumprimento de 56% de emissoras reaparelhadas.*

Nesse sentido, a meta do PPA será descumprida em 44% de emissoras reaparelhadas. O orçamento de 2010 apresentou o valor de R$ 10,00 sem emissoras reaparelhadas. O orçamento de 2011 projeta a dotação R$ 4.224.171,00 com 6% de emissoras reaparelhadas. Aumento de 6% na meta e no valor de R$ 4.224.161,00.

Ação 2013 – Tecnologia da Informação

Atualização de computadores e softwares, sistemas de gestão, intranet e internet e investimento em infra-estrutura de rede. Essa ação que visa modernizar a estrutura do programa, com a dotação para 2010 no valor de R$ 10,00 para 0% de serviços disponibilizados, não consta da proposta orçamentária de 2011.

Ação 5459 – Apoio técnico administrativo

Administração e controle dos recursos humanos, financeiros e materiais da Fundação Padre Anchieta. Essa ação em 2010 teve a dotação de R$ 114.207.656,00 para 1 unidade administrada, enquanto o orçamento de 2011 prevê R$ 111.605.924,00 para uma unidade administrada. Houve uma diminuição de R$ 2.601.732,00 para a mesma meta anterior.

Ação 5460 – Produção e transmissão da TV Cultura

Desenvolvimento, formatação, produção, captação e transmissão de programas educativos e culturais; de série de programas de teledramaturgia, infanto-juvenis; de projetos de informação pública e prestação de serviços; implantação e produção de novos canais; desenvolvimento e manutenção do jornalismo público; educação à distância e co-produções nacionais e internacionais. *O orçamento de 2010 apresentou a dotação de R$ 86.013.762,00 para 7.659 horas de transmissão. O orçamento de 2011 projeta o valor de R$ 98.546.436,00 para 7.659 horas de transmissão. Houve manutenção da meta e aumento do valor em R$ 16.004.000,00.*

Ação 5461 – Produção e transmissão das rádios AM/FM

Transmissão, produção e captação de programas educativos e culturais de áudio, bem como a conservação e ampliação do acervo sonoro das emissoras da TV Cultura. *O orçamento de 2010 não apresentou essa ação, que também deixou de constar em 2011.*

Ação 1208 – Implantação de Rádio e TV Digital

Transição progressiva para a tecnologia digital das emissoras de rádio e televisão da Fundação Padre Anchieta, incluindo as instalações de equipamentos de produção, gravação, edição, exibição, transmissão e arquivo. *O PPA projetou a meta de implantação de 100% de tecnologia digital. Os quatro anos projetam a implantação de 69% de tecnologia digital. Isso significa que a meta do PPA deixará de ser cumprida em 31%. Em 2010 teve orçado R$ 10.000.000,00 para implantação de 31% de tecnologia digital, enquanto para 2011 projeta o valor de R$ 3.555.755,00 com a implantação de 31% de tecnologia digital. O valor diminuiu em R$ 6.444.245,00, mantendo-se a mesma meta de 2010.*

Ação 4836 – Pagamento de Ações Administrativas: Administração Indireta

Ação nova para o pagamento de precatórios nos termos da legislação vigente. Cumprimento de ações judiciais em julgado de pequeno valor (cf, artigo 100, § 3º); cumprimento de decisões judiciais proferidas em mandado de segurança e medidas cautelares e outros encargos e despesas judiciais. *Não aparece no orçamento de 2011.*

Programa 1207 – Fábricas de Cultura – Programa para Inclusão Social: R$ 45.119.010,00

(R$ 114.157.500,00 em 2010) = menos R$ 69.383.900,00

Ação 1888 – Construção de Centros Fábricas de Cultura

Construção, instalação, funcionamento e manutenção de Centros Fábricas de Cultura nos distritos com elevado índice de vulnerabilidade juvenil na capital. *Em 2010 o orçamento contemplou a ação com o valor de R$ 80.000.000,00 para a construção de 9 prédios. Para*

2010 a dotação orçamentária é de R$ 15.000.000,00 e projeta a construção de 3 prédios. Houve diminuição da meta em 6 prédios construídos e do valor em R$ 65.000.000,00. Essa ação apresenta operação de crédito no valor de R$ 15.000.000,00.

Ação 5714 – Inserção social através de linguagens artísticas

Realização de programas de inclusão social com base nas linguagens artísticas através da contratação de recursos humanos especializados, implantação de sistema de acompanhamento financeiro e de avaliação de resultados, adaptação técnica das entidades associadas e da Secretaria da Cultura para a realização do programa Fábricas de Cultura. *Essa ação teve a dotação orçamentária em 2010 no valor de R$ 28.183.470,00 para a meta de 2.640 horas-atividade realizadas. O orçamento de 2011 projeta o valor de 30.119.010,00 para a meta de 4.460 horas-atividade realizadas. Houve um aumento de 1.820 horas-atividade na meta e de R$ 1.936.540,00 no valor orçamentário.*

Programa 1213 – Gestão de Recursos da Secretaria da Cultura: R$ 36.224.061,00

Ação 2025 – Adaptações das instalações da Secretaria da Cultura

Realização de obras e adaptações na infra-estrutura do prédio sede da Secretaria da Cultura e instalação da nova sede do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado – CONDEPHAAT. *Essa ação não aparece nos orçamentos de 2010* e de 2011.

Ação 5728 – Tecnologia da Informação

Manutenção da infra-estrutura de rede, sistematização do portal cultural, implantação da gestão documental-GDOC e de sistema informatizado para dar suporte ao mapeamento cultural. *O PPA projetou a meta de 100% de sistema implantado. Os quatro projetam a meta de 73,13%. O PPA deixará de ser cumprido em 26,87% de sistema implantado. Essa ação teve em 2010 a dotação de R$ 750.000,00 para a implantação de 4% do sistema. O orçamento de 2011 projeta o valor de R$ 1.771.956,00 para a meta de implantação de 14% do sistema. Houve um aumento de 10% na meta de implantação do sistema e no valor orçamentário de R$ 1.021.956,00.*

Ação 5726 – Capacitação de recursos humanos

Capacitação continuada de servidores da Secretaria. *Trata-se de uma ação nova. Como a Secretaria empresta os seus técnicos para as organizações sociais, para as prefeituras municipais e para outras Secretarias de Estado, o seu quadro de funcionários vai ficando defasado em termos de capacitação. O PPA projetou a meta de 400 servidores capacitados. Os quatro anos sinalizam o cumprimento de 248 servidores capacitados. O PPA terá a meta descumprida em 152 servidores capacitados. O orçamento de 2010 teve a dotação de R$ 152.000,00 para a capacitação de 34 servidores. Para 2011 a ação projeta a dotação de R$ 52.176,00 para a meta de 40 servidores capacitados. Houve um aumento na meta de 6 servidores capacitados e diminuição no valor de R$ 99.824,00.*

Ação 2023 – Boulevard da Luz

Essa ação não aparece nas propostas orçamentárias de 2010 e de 2011.

Ação 2024 – Mapeamento Cultural

Essa ação não aparece nas propostas orçamentárias de 2010 e de 2011.

Ação 5727 – Gestão administrativa da Secretaria

Atendimento às demandas das unidades da Secretaria da Cultura e dos meios administrativos para o desempenho de suas atividades. *O PPA projetou a meta de 10.000 unidades administradas. Os quatro anos projetam a meta de 3.000 unidades. A meta do PPA deixará de ser cumprida em 7.000 unidades. A dotação orçamentária de 2010 apresentou o valor R$ 35.322.061,00 para a administração de 7 unidades. A proposta orçamentária de 2011 projeta o valor de R$ 40.289.742,00 para administração de 8 unidades. Houve aumento da meta em 1 unidade e do valor em R$ 4.043.287,00.*

Programa 1201 - Fomento e Difusão Cultural: R$ 379.286.610,00 (R$ 209.058.568,00 em 2010) = aumento de R$ 170.228.050,00

Ação 4736 – Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo

Trata-se das apresentações da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo - OSESP e manutenção da Sala São Paulo. *Em 2010 a meta foi de 156 apresentações com a dotação orçamentária de R$ 43.000.000,00, enquanto para 2011 a dotação é de R$ 43.400.000,00 e a meta de 128 apresentações. Houve aumento de apenas R$ 400.000,00 e diminuição da meta em 28 apresentações.*

Ação 2235 – Complexo Cultural Luz - Teatro da Dança

Construção de espaço cultural adequado às exigências de espetáculos de dança, música e teatro, para dar vazão a contingentes maiores de público e a preços acessíveis. Abrigará um teatro para dança e ópera, um teatro destinado à música de câmara e peças teatrais, uma sala experimental com palco reversível, a sede de São Paulo Companhia de Dança as novas instalações da Tom Jobim-Escola de Música do Estado de São Paulo, uma escola de dança, salas de ensaio para companhias residentes, biblioteca, estúdios, auditório, áreas administrativas, espaço para café, praça de convivência e estacionamento. *Essa ação teve a dotação de R$ 44.200.000,00 para o orçamento de 2010 com previsão de 10% de obra realizada. Na proposta orçamentária de 2011 projeta o valor de R$ 205.400.000,00 para a realização de 10% das obras. Houve um aumento no valor de R$ 161.200.000,00 para a mesma meta de 2010.* Essa ação apresenta o valor de R$ 165.400.000,00 como operação de crédito.

Ação 5441 – Desenvolvimento de projetos culturais vinculados a Loteria da Cultura

Apoio a projetos culturais com recursos financeiros gerados pela Loteria da Cultura. Em 2009 a ação foi orçada em R$ 10,00 sem financiamento de projetos. *O PPA projetou a meta de 20 projetos financiados. Nos quatro anos a meta poderá atingir 11 projetos. O PPA deixará de ter a meta cumprida em 9 projetos. A proposta orçamentária de 2011 projeta o valor simbólico de R$ 20,00 sem financiamento de projetos. Essa ação está inviabilizada.*

Ação 5707 – Circulação de espetáculos de música, artes cênicas, dança e circo

Programação de apresentações de grupos artísticos (dança, teatro e circo) criando um pólo de cultura e entretenimento dirigido à população em geral. Ainda, a realização de concertos, visando ampliação de platéia para o gênero erudito. *No entanto, essa ação não apareceu nas propostas orçamentárias de 2010 e de 2011.*

Ação 5706 – Atividade Cultural em parceria com municípios e entidades (Ação Cultural no Estado)

Realização de projetos e distribuição de instrumentos musicais no interior e comunidades carentes da capital, em parceria com prefeituras, subprefeituras e entidades culturais. *Trata-se de uma ação nova, talvez visando mais a capital e entidades culturais, já que o interior é beneficiado, em grande parte, pelo Projeto Guri, que de certa forma, se sobrepõe a esta ação. O orçamento de 2010 teve a dotação de R$ 19.560.688,00 para atender 5 projetos realizados. A proposta orçamentária de 2011 projeta o valor de R$ 15.442.000,00 para a realização de 8 projetos. O orçamento diminuiu em R$ 4.118.590,00 com o aumento da meta em 3 projetos.* Essa ação apresenta o valor de R$ 7.200.00,00 como verbas vinculadas federais e investimentos vinculados federais no valor de R$ 2.400.000,00.

Ação 5709 – Difusão Cultural

Supervisão, administração e estabelecimento de calendários de atividades e manutenção e adequação dos equipamentos: Teatro Sérgio Cardoso, Teatro São Pedro, Auditório Cláudio Santoro, Teatro Maestro Francisco Paulo Russo e Centro Cultural de Estudos Superiores Authos Pagano. Realização dos projetos Virada Cultural, Revelando São Paulo, Mapa Cultural Paulista, Ademar Guerra e Projeto Reviver. *Em 2010 a ação foi orçada em R$ 48.702.254,00 com a meta de 13 projetos realizados. A proposta orçamentária de 2011 projeta o valor de R$ 53.044.422,00 para a realização de 13 projetos. Aumentou-se o orçamento em R$ 4.341.866 para a mesma meta de 2010.*

Ação 5708 – Criando Arte

Exposição de obras acadêmicas inéditas e contemporâneas com premiação em dinheiro, no Salão Paulista de Belas Artes e Artes Contemporâneas. *No entanto, essa ação não aparece na proposta orçamentária de 2010 e nem da 2011.*

Ação 5710 – Campanha vá ao Cinema e ao Teatro

Disponibilizarão ingressos a preços populares ou gratuitos. *O que não deixa de ser uma forma de subsidiar o empresário do cinema. O PPA projetou a metade 10.000.000 de ingressos. Nos quatro anos a meta poderá chegar a 9.773.954 ingressos. Isso significa que a meta do PPA deixará de ser cumprida em 226.046 ingressos. Essa ação esteve orçada em 2010 no valor de R$ 7.395.254,00 para a utilização de 2.500.000 ingressos. A proposta orçamentária de 2011 projeta o valor de R$ 8.500.000,00 com a mesma meta de utilização de 2.500.000 ingressos. Houve um aumento de R$ 1.104.746,00 para a mesma meta de 2010.*

Ação 5979 – Bibliotecas Públicas – (Projetos de estímulo à leitura)

Capacitação de profissionais e informatização dos serviços existentes, estendendo-se esse processo de bibliotecas públicas municipais, viabilizando a sistematização gradativa das mesmas. Realização da atividade "São Paulo um Estado de Leitores" *Em 2010 essa ação teve a dotação de R$ 7.500.000,00 para o atendimento de 120 bibliotecas. A proposta orçamentária de 2011 projeta o valor de R$ 9.800.060,00 para o atendimento de 80 bibliotecas*. Houve um aumento na meta de 40 bibliotecas atendidas e o a*umento de R$ 2.300.000,00 no valor orçamentário. Essa ação apresenta o valor de R$ 2.400.000,00 como verbas vinculadas federais.*

Ação 5450 – Prêmios estímulo à produção cultural

Concessão de prêmio estímulo na forma de recursos financeiros contemplando trabalhos nas categorias de cinema, vídeo, fotografia, teatro, dança, música, literatura, cd-

room, programas radiofônicos e televisão comunitária, em várias categorias, mediante concursos. *Em 2010 o orçamento foi de R$ 700.000,00 visando à concessão de 11 prêmios. A proposta orçamentária de 2011 projeta o mesmo valor para a meta de 22 prêmios concedidos. Manteve-se o mesmo valor de 2010 para um aumento da meta em 11 prêmios.*

Ação 1986 – PAC – Programa de Ação Cultural – PAC

Financiamento de atividades culturais, em conformidade com a Lei nº 12.268/06, nos segmentos de cinema, televisão, literatura, artes visuais, fotografia, teatro, novas mídias, hip-hop, cultura de raiz, quilombos, indígenas, dança e circo. *Apesar deste projeto, que criava o Fundo Estadual de Cultura, destinar R$ 140 milhões para a Cultura, o PAC enviado pelo governador teve no orçamento de 2009 a dotação de R$ 20.000.000,00 para 400 projetos patrocinados. A proposta orçamentária de 2011 projeta o valor de R$ 25.000.000,00 para o patrocínio de 420 projetos. Houve aumento de 20 projetos na meta e R$ 5.000.000,00 no valor orçamentário.*

Ação – Companhia de Dança do Estado de São Paulo

Formação e manutenção de um corpo permanente de bailarinos e coreógrafos para o desenvolvimento da expressão artística da dança. *Em 2010 essa ação teve orçado o valor de R$ 18.000.000,00 para a meta de 30 atividades realizadas. A proposta orçamentária de 2011 projeta o mesmo valor de R$ 18.000.000,00 para a mesma meta de 30 atividades realizadas. Manteve-se a meta e o valor em relação a 2010.*

Programa 1215 – Preservação do patrimônio cultural: R$ 84.080,00 (R$ 4.970.000,00 em 2010) = menos R$ 4.970.000,00

Ação 5737 – Identificação do patrimônio cultural

Essa ação teve a dotação orçamentária de R$ 250.000,00 em 2010, para cumprir 20 bens inventariados. A proposta orçamentária projeta para 2011 o valor de R$ 11.970,00 para os mesmos 20 bens inventariados. Houve uma diminuição no valor de R$ 238.030,00 para a mesma meta de 2010.

Ação 5738 – Proteção do patrimônio cultural paulista

O PPA projetou a meta de 4.440 processos analisados. Os quatro anos projetam a meta de 246 processos. A meta do PPA deixará de ser cumprida em 246 processos analisados. Essa ação teve o valor de R$ 4.500.000,00 para o orçamento de 2010, com a meta de se analisar 1.100 processos. A proposta orçamentária de 2011 projeta o valor simbólico de R$ 10,00 sem análise de processos. Houve diminuição de R$ 4.499.990,00 sem metas para 2011.

Ação 5739 – Valorização do patrimônio cultural paulista

Essa ação teve orçado, em 2010, R$ 220.000,00 para o atendimento de 600 pessoas . *A proposta orçamentária de 2011 projeta o valor de R$ 72.000,00 para o atendimento de 600 pessoas. Houve diminuição do valor em R$ 147.900,00 para a mesma meta.*

Programa 1203 – Formação Artística: R$ 155.480.003,00 (R$ 157.876.000,00 em 2010) = menos

R$ 2.396.000,00

Ação 2012 - Construção do Alojamento (da Escola de Música) de Campos do Jordão

Adaptação do espaço onde é realizado anualmente o Festival de Inverno de Campos de Jordão, com a ampliação dos alojamentos destinados à acomodação dos músicos e das salas de aula. *Essa ação nova foi orçada em 2010 com o valor de R$ 10.000.000,00 com 13,8% de obra realizada. A proposta orçamentária de 2011 projeta o valor de R$ 12.000.000,00 com 17% de obra realizada. Houve aumento da meta em 3,2% de obra realizada e de R$ 2.000.000,00 do valor orçamentário.*

Ação 4779 – Projeto Guri

Implantação e manutenção de pólos para o ensino de instrumentos de cordas, percussão, sopro e coral para a população na faixa etária de 8 a 18 anos. *O projeto é desenvolvido por uma organização social (Sociedade Amigos do Projeto Guri).* No PPA a meta era de pólos musicais implantados. *A mudança do produto não permite fazer uma avaliação do cumprimento do PPA. A Secretaria disponibiliza funcionários para esse projeto. No orçamento de 2010 foi orçado o valor de R$ 70.952.000,00 para o atendimento de 45.000 pessoas. A proposta orçamentária de 2011 projeta o valor de R$ 71.052.000,00 para o atendimento de 45.000 pessoas.* Alterou-se *o produto, de pólos para pessoas. Houve um aumento de R$ 100.000,00 para a mesma meta de 2010.*

Ação 5691 – Tom Jobim Escola de Música do Estado de São Paulo

Desenvolvimento de atividades de formação e difusão. Realização do Festival de Inverno de Campos do Jordão. *Essa ação teve orçado em 2010 o valor de R$ 18.200.000,00 para o atendimento de 55.000 pessoas. A proposta orçamentária para 2011 projeta o valor de R$ 18.840.000,00 para o atendimento de 55.000 pessoas. Manteve-se a mesma meta em relação a 2010 e se aumentou o valor em R$ 640.000,00.*

Ação 5722 – Fortalecimento da política da diversidade

Realização de oficinas, seminários, publicações e exposições sobre os temas da multiculturalidade e da diversidade. *Essa ação é nova, praticamente substitui o programa da "diversidade e herança cultural afro-brasileira", que constava do PPA anterior. O PPA projetou uma meta de 4.000 atividades realizadas. Os quatro anos assinalam a realização de 95 atividades. Logo, o PPA deixará de cumprir a meta em 3.905 atividades. O orçamento de 2010 teve uma dotação de R$ 1.420.000,00 para a realização de 10 atividades. A proposta orçamentária para 2011 projeta o valor de R$ 1.160.000,00 para a meta de 10 atividades realizadas. Houve uma diminuição no valor de R$ 260.000,00 para a mesma meta de atividades em 2010.*

Ação 5721 – Formação artística e inclusão social

Desenvolvimento de ações artísticas (seminários, oficinas e workshops) para a população paulista. *Essa ação teve orçado em 2010 o valor de R$ 540.539,00, com meta de realização de 14 atividades. A proposta orçamentária para 2011 projeta o mesmo valor de R$ 540.539,00 e a mesma meta de 14 ativid*ades realizadas. Manteve-se o valor e a meta de 2009 e de 2010.

Ação 5469 – Oficinas culturais

Promoção de cursos de formação e difusão nas diversas linguagens artísticas, implantação e manutenção da Escola Paulista de Dança e do Centro Paulista de Hip Hop. *No PPA a meta era de oficinas realizadas.* Com a mudança do produto não há como avaliar o cumprimento do PPA. *O orçamento de 2010 apresentou o valor de R$ 20.513.891,00 para a realização de 31.370 horas atividade. A proposta orçamentária de 2011 projeta o valor de R$ 20.637.454,00 para a realização de 31.370 horas atividade. Manteve-se a meta e se aumentou o valor em R$ 123563,00.*

Ação 5692 – Conservatório de Tatuí

Desenvolvimento das atividades de formação musical de excelência e de difusão artística. *O PPA projetou como meta o número de alunos formados.* A mudança do produto inviabilizou uma avaliação das metas do PPA. *No orçamento de 2010 a dotação foi de R$ 26.250.000,00 com a meta de atendimento de 92.000 pessoas. A proposta orçamentária de 2011 projeta o valor de R$ 23.250.000,00 com a meta de atendimento de 92.000 pessoas. Manteve-se a meta de atendimento de 92.000 pessoas e diminuiu o valor em R$ 3.000.000,00.*

Ação 2278 – Espaço Cultural Belém-Tatuapé

Essa ação não constou do PPA. Implantação de um Centro Cultural no Parque Belém-Tatuapé para a população paulista. *A ação projeta para 2011 o mesmo valor de R$ 10,00 (de 2010) sem previsão de implantação.*

Ação 5976 – Escola de Artes Cênicas - Escola da Praça

Essa ação não constou do PPA. Implementação de uma escola de teatro para a população paulista. A ação projetou para 2010 o valor de R$ 10.000.000,00 com a implantação de 20% de Escola de Teatro. Para 2011 a dotação orçamentária é de R$ 8.000.000,00 com a meta de implementação de 10% de Escola de Teatro. Houve diminuição da meta em 10% de implementação e do valor em R$ 2.000.000,00.

AGRICULTURA

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento continuou tendo papel pouco relevante no Governo Serra, em sintonia com os governos tucanos anteriores. Apesar da pequena recuperação orçamentária indicada no PPA 2008-11, elevando a 0,81% a sua participação no Orçamento Geral do Estado, esta meta deixou de ser cumprida e voltou aos níveis mais baixos do período Alckmin com irrisórios índices de participação orçamentária na casa dos **0,7%.**

QUADRO: EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA SECRETARIA

Ano	Estado (R$) Bilhões	Variação Anual	S. Agricultura (R$) Milhões	Variação Anual	Participação No Estado
2008	107,56	26,7%	779,4	27,6%	0,72%
2009	118,2	9,9%	853,4	9,5%	0,72%
2010	125,7	6,3%	973,05	14,0%	0,77%
2011	140,67	11,9%	1.044,26	7,3%	0,74%

Além do orçamento incipiente, programas como “Viva Leite” e “Bom Prato”, de cunho assistencialista, têm consumido quase 20% do orçamento total da Secretaria.

Sendo 2011 o último ano do PPA 2008-2011, as metas estipuladas demonstram preocupação em cumprir a previsão do PPA. Porém, este esforço de última hora, além de duvidoso, não consegue esconder o mau planejamento e a defasagem das metas.

BALANÇO DAS AÇÕES DO PPA 2008-2011

Ações	Número	%
Abandonadas	31	44
Metas não cumpridas até 2010	18	26
Metas cumpridas	21	30
Total	70	100
Incluídas após PPA	4	6

METAS ABANDONADAS

O excessivo número de ações que sequer foram iniciadas (44%), desbanca a propalada capacidade de planejamento dos tucanos. O programa mais afetado pela falta de planejamento foi o de pesquisa agropecuária.

PROGRAMA GERAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
AÇÕES ABANDONADAS

	Ações com 0% de execução	Metas do PPA	Indicador
	Construção de laboratório para controle da qualidade do leite no Estado de São Paulo	100%	Construção
2037	Biomassa forrageira e subprodutos animais como fonte de produção de energia	4	Pesquisas
2038	Desenvolvimento e aprimoramento da cadeia produtiva do pescado	10	Produtos
2039	Desenvolvimento sustentável da pequena propriedade rural no Estado de São Paulo	13	Pesquisas
2040	Expansão da cultura da seringueira no Estado de São Paulo	14	Pesquisas
2041	Implementação da produção integrada de citros no Estado de São Paulo - PIC/SP	10	Pesquisas
2043	Mudanças climáticas globais - diferentes cenários para a agricultura paulista	120	Pesquisas
2044	Pecuária de corte integrada a cana de açúcar - sustentabilidade e viabilidade	18	Pesquisas
2045	Rastreabilidade e detecção de características e resíduos em produtos animais	4	Pesquisas
2046	Rotação de oleaginosas e cana de açúcar para equilíbrio da matriz bioenergética	13	Pesquisas
2047	Sistema de avaliação de desempenho e impactos da pesquisa agrícola	4	Etapas
2048	Sistemas de informações estatísticas do agronegócio	4	Etapas

Note-se que não está mais prevista a construção do *Laboratório para Controle da Qualidade do Leite* e que não houve compromisso com os temas previamente definidos para a pesquisa, entre eles os de grande interesse para a agricultura familiar como é o caso do *Desenvolvimento Sustentável da Pequena Propriedade Rural* e do *Desenvolvimento e Aprimoramento da Cadeia Produtiva do Pescado*, entre outros.

O abandono de outras ações demonstra o descaso com a recuperação dos solos e qualidade da água (2216), com a agroindústria artesanal (4876), com a atualização dos índices estatísticos (1385) e com o apoio à comercialização (1331).

QUADRO: EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS UNIDADES DE DESPESAS

Secretaria da Agricultura	Orçamento 2008	2009	2010	P.O. 2011	Var. 2010/11
13001 - Administração Superior e Sede	261.055.366	299.893.761	355.556.531	399.508.994	12,4%
13013 - CODEAGRO	181.362.609	181.940.123	183.385.909	186.510.607	1,7%
13015 - APTA - Pesquisa	162.073.695	183.395.302	186.336.147	191.813.987	2,9%
13002 - CATI - Assistência Técnica	114.215.876	116.398.743	156.585.708	159.148.744	1,6%
13014 - CDA - Defesa Agropecuária	60.738.194	71.777.428	91.188.804	107.278.397	17,6%
TOTAL	779.445.740	853.407.366	973.053.099	1.044.260.729	7,3%

É fácil verificar que a prioridade adotada nos últimos três anos foi reforçar as verbas manipuladas diretamente pelo Secretário, pois os recursos da Administração Superior e Sede tiveram um crescimento de 53%.

O orçamento da Pesquisa (APTA), após recuperação relativa nos dois últimos anos, voltou a andar para trás com crescimento de apenas 2,9%. O mesmo aconteceu com a CATI que para 2011 tem uma previsão de crescimento de apenas 1,6%. Por outro lado há uma preocupação em diminuir a precariedade da Defesa Agropecuária que apresenta um crescimento significativo (17,6%) na proposta orçamentária de 2011.

O Governo Serra praticamente congelou os programas da CODEAGRO - *Viva Leite e Bom Prato* - fazendo com que seu orçamento crescesse apenas 2,8% no período de quatro anos.

QUADRO: EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS ITENS DE DESPESAS

SAA	2008	2009	2010	2011	Variação 2011/10
Pessoal e encargos	321.374.064	416.441.568	541.176.514	569.222.667	5,2%
Despesas correntes	385.018.673	362.673.692	357.378.048	383.177.603	7,2%
Investimentos	73.052.003	69.290.097	72.898.537	91.859.459	26,0%

As despesas com Pessoal e Encargos, após os reajustes salariais de 2008 e 2009, voltaram a crescer pouco, indicando novo período de arrocho salarial. Merece destaque a evolução de 26,0% nos investimentos, com destaque aos subsídios através do FEAP para o programa Microbacias II.

A recuperação de 7,2% nas despesas correntes não foi suficiente nem para voltar ao mesmo patamar de 2008.

EVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

Chama a atenção o fato das ações de cunho social – *Viva Leite e Bom Prato* – estarem praticamente congeladas há quatro anos. Isso nos leva a concluir que o número de pessoas beneficiadas com estes programas de alimentação para a população carente deve estar estagnado ou mesmo diminuindo.

A ação *Crédito para Expansão do Agronegócio Paulista*, de grande interesse dos pequenos produtores rurais sofreu nova redução, desta vez de -16,4% e o Programa Microbacias II aparece apenas com uma dotação "simbólica" de R$ 8,9 milhões.

A ação que teve o crescimento mais significativo foi a Subvenção aos Produtores rurais – FEAP Microbacias. Enquanto isso, o Aval para Expansão do Agronegócio Paulista ainda não saiu da intenção. Nas ações relacionadas com as atividades de pesquisa agropecuária tivemos algum aumento de investimento na recuperação das unidades de pesquisa, mas as demais ações não acompanharam o crescimento do orçamento da secretaria.

O Programa *Melhor Caminho*, implementado pela CODASP, consolida-se como uma das prioridades do Governo, enquanto a ação 4770 - *Integração dos Municípios ao Sistema Estadual de Agricultura*, mais conhecida como Municipalização das Casas de Agricultura, voltou a apresentar nova redução retratando bem as deficiências desta ação.

A análise do Orçamento de 2010 demonstra a falta de compromisso com a Agricultura Familiar e volta a exibir o desprestígio do setor de pesquisa agropecuária.

QUADRO: EVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

Programas e Ações da Secretaria da Agricultura e Abastecimento	**Orçam. 2008**	**Orçam. 2009**	**Orçam. 2010**	**Orçam. 2011**	**Var.**
13000 - Secretaria de Agricultura e Abastecimento	*779.445.740*	*853.407.366*	*973.053.099*	*1.044.260.79*	*7,3*
1308 - Segurança Alimentar	*180.496.768*	*181.048.827*	*181.886.955*	*184.846.573*	*1,6*

1330 - Bom Prato	27.400.000	27.400.000	27.400.000	29.025.354	5,9
1309 - Viva Leite	150.000.000	150.000.000	150.000.000	150.654.646	0,4
1301 - Geração e Transferência de Conhecimento e Tecnologias Para o Agronegócio	*154.684.860*	*179.374.768*	*178.957.766*	*190.311.298*	*6,3*
5925 - Geração de Conhecimento e Tecnologia Para o Agronegócio	141.320.085	154.527.897	165.271.309	172.153.309	4,2
1165 - Modernização das Unidades Regionais de Pesquisa	10	5.000.000	1.742.600	3.500.000	100,8
1380 - Revitalização dos Institutos de Pesquisa	4.225.000	10.000.000	4.000.000	6.500.000	62,5
4872 - Análises Laboratoriais para a Qualidade e Segurança Alimentar	1.976.826	2.046.732	1.663.680	1.705.650	2,5
4874 - Insumos Tecnológicos Estratégicos	3.083.423	3.778.147	3.060.054	3.076.919	0,6
4891 - Transferência de Conhecimento para o Agronegócio	4.079.516	4.021.992	3.220.123	3.375.420	4,8
1307 - Desenvolvimento Local Integrado Sustentável	*113.159.866*	*115.942.733*	*155.840.234*	*158.642.404*	*1,8*
1167 - Implementação de Microbacias Hidrograficas	19.198.426	8.944.700	0	0	
2286 - Microbacias Ii - Acesso ao Mercado para os Agricult. Familiares	0	0	13.372.486	8.926.938	-33,2
4435 - Abastecimento de Sementes e Mudas no Estado de São Paulo	15.000.020	12.000.000	13.277.020	13.691.880	3,1
4437 - Assistência aos Municípios na Implementação de Planos de Des. Sustentável	29.473.100	35.522.167	56.393.303	58.757.889	4,2
4713 - Gestão Publica em Desenvolvimento Rural	7.816.663	46.439.273	72.797.425	77.265.697	6,1
1309 - Geração de Emprego e Renda no Agronegócio Paulista	*58.176.234*	*46.253.402*	*57.354.512*	*77.230.579*	*34,7*
1175 - Aval para Expansao do Agronegócio Paulista	10	40	100	0	-100,0
1327 - Subvenção aos Produtores Rurais - Feap Microbacias	18.335.574	5.401.310	15.566.524	44.622.501	186,7
1334 - Subvenção do Premio Do Seguro Do Agronegócio Paulista	10	5.000.000	18.000.000	11.165.000	-38,0
1407 - Crédito para Expansão do Agronegócio Paulista	28.792.001	26.188.950	15.269.890	12.760.000	-16,4
4453 - Assessoria na Criação e Consolidação de Assoc.e Cooperativas	823.233	867.696	7.036.324	7.036.324	0,0
4770 - Integração dos Municípios ao Sistema Estadual Integrado.	10.225.406	8.795.406	1.480.254	1.645.444	11,2
1310 - Modernização e Gestão de Qualidade das Agropolíticas Públicas	*92.625.836*	*156.340.823*	*211.476.767*	*224.644.976*	*6,2*
4455 - Articulacao das Políticas Públicas dos Agronegócios	92.512.952	156.227.939	211.208.499	224.561.360	6,3
5767 - Capacitação de Agentes do Agronegócio Paulista	112.884	112.884	92.884	83.596	-10,0
1385 - Atualização Eletrônica do Lupa	10	0	87.692	10	-100,0
1311 - Defesa Sanitária Do Agronegócio	*57.738.194*	*66.477.428*	*87.543.784*	*105.701.367*	*20,7*
1412 - Infra-Estrutura das Unidades da Defesa Agropecuária	801.297	916.500	1.500.000	6.800.200	353,3
4388 - Gestão da Defesa Agropecuária	2.650.124	2.600.543	4.364.589	4.836.009	10,8
4457 - Vigilância Sanitária Vegetal	23.596.350	25.354.130	33.864.928	42.537.209	25,6
4458 - Vigilância Sanitária Animal	30.690.423	37.606.255	47.814.267	51.527.949	7,8
1313 - Risco Sanitário Zero	*20.777.000*	*19.087.982*	*20.728.572*	*4.757.010*	*-77,1*
1283 – Modernizaçãoe e Certificação da Qualidade Laboratorial	5.775.000	10	5.736.146	925.000	-83,9
1288 - Certificação de Qualid. do Produto de São Paulo - Selo São Paulo	21.008	2.000	35.000	7.000	-80,0
1341 - Gestão Sanitária dos Riscos na Produção de Alimentos	100.000	451.000	2.965.000	1.220.000	-58,9
2059 - Força Tarefa nas Fronteiras – Constr. de Postos Fixos	10.349.742	10.349.742	314.154	75.000	-76,1
2060 - Desenvolvimento e Consolidação de Sistemas Informatizados	2.000.000	3.369.000	507.100	130.000	-74,4

2061 - Educação Sanitária para Produtores Rurais	600.000	10	10	10	0,0
2062 - Avaliação de Produtos e Processos	600.000	2.079.930	10	600.000	
2063 - Novos Insumos Estratégicos para Diagnóstico e Controle	731.250	1.656.290	4.000.000	1.800.000	-55,0
1314 - Infra-Estutura e Logística para o Agronegócio	*80.000.010*	*80.000.010*	*82.000.010*	*96.000.010*	*17,1*
1410 - Pontes Metálicas	10	10	10	10	0,0
1195 - Melhor Caminho	80.000.000	80.000.000	82.000.000	90.000.000	9,8

17047 – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS – ITESP

A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" – ITESP é o órgão da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania responsável por implantar a Política Agrária e Fundiária do Estado de São Paulo. Suas principais ações contemplam a Regularização Fundiária, os Assentamentos Rurais e o Desenvolvimento de Comunidades Tradicionais e Quilombolas.

A política fundiária do Estado teve sua fase de maior expressão durante o primeiro mandato do Governo Covas, quando se atingiu o auge da arrecadação de terras devolutas no Pontal do Paranapanema. Nesta época o ITESP se destacou como a vanguarda dos órgãos estaduais de terra no Brasil inovando a metodologia de implantação de assentamentos de trabalhadores rurais, inclusive fazendo parcerias com o INCRA.

Este pioneirismo foi logo ficando para trás com a seqüência dos governos tucanos, que culminou com o sucateamento do ITESP agravado pelo governo Serra: orçamentos decrescentes ano a ano, abandono de investimentos nos assentamentos e comunidades quilombolas. Além disso o governo Serra ao propor como solução para os conflitos fundiários do Pontal do Paranapanema, a regularização de todas as fazendas com áreas acima de 500 hectares, através do PL 578/2007, deixou clara a sua opção pelo apoio aos grileiros e ao agronegócio sucroalcoleiro.

OS MENORES ORÇAMENTOS DA HISTÓRIA DO ITESP

QUADRO: ITESP - EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Ano	Orçamento Nominal (R$)	Variação	Nº UFESP	Índice
1997	32.280.537		4.070.686	100,0
1998	30.003.165	-7,1%	3.584.608	88,1
1999	34.620.309	15,4%	4.068.191	99,9
2000	40.330.075	16,5%	4.350.601	106,9
2001	30.827.984	-23,6%	3.136.112	77,0
2002	31.953.809	3,7%	3.037.434	74,6
2003	31.600.138	-1,1%	2.750.230	67,6
2004	33.437.234	5,8%	2.677.120	65,8
2005	36.720.569	9,8%	2.760.945	67,8
2006	43.394.002	18,2%	3.115.147	76,5
2007	42.275.815	-2,6%	2.970.894	73,0
2008	45.943.920	8,7%	3.087.629	75,9
2009	44.888.720	-2,3%	2.832.096	69,6
2010	40.450.587	-9,9%	2.488.996	60,5
2011	46.456.822	14,8%	2.829.282	69,5

Depois de dois anos consecutivos de corte orçamentário nominal, a Proposta Orçamentária de 2011 indica uma pequena recuperação para o ITESP em relação a 2010, que foi o menor orçamento relativo de sua história. No entanto, seu valor relativo com base na UFESP, significa apenas 69,5% do orçamento de 1997!!!!

QUADRO: ITESP - TIPO DE DESPESA

ITESP	2008	2.009	2010	2011	Variação 2011/10
Pessoal e encargos	22.499.152	23.176.480	24.132.743	27.851.097	15,4%
Despesas correntes	22.724.028	20.334.644	15.317.824	17.605.585	14,9%
Investimentos	500.740	1.377.596	1.000.020	1.000.140	0,0%
TOTAL	45.723.920	44.890.729	40.450.587	46.456.822	14,8%

Nota-se que apenas o item Pessoal e Encargos apresentou algum crescimento nos últimos orçamentos. Mesmo assim, seus servidores acumulam perdas salariais da ordem de 43%. O crescimento de 15,4% na atual proposta orçamentária é fictício pois o orçamento 2010 está sendo suplementado para honrar os compromissos atuais. Assim, não haverá recursos significativos para avançar na reposição das perdas salariais.

A recuperação de 14,9% nas despesas correntes, que garantem as atividades do órgão, ainda é insuficiente para compensar a perda orçamentária de 24,7% sofrida em 2010.

Toda a despesa de Pessoal e Encargos do ITESP tem sido lançada como ônus do Programa Assentamento Fundiário, mascarando, portanto o real peso deste programa em termos orçamentários.

EVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

Apenas R$ 2,1 milhões ou 4,5% dos recursos do Orçamento do ITESP são aplicados em ações que beneficiam diretamente as famílias assentadas e quilombolas com infra-estrutura agrária, capacitação e atividades produtivas A quase totalidade dos recursos, destina-se a manter a máquina funcionando

Serra excluiu o *Programa 1707 – Desenvolvimento Sócio Econômico das Comunidades Tradicionais e Quilombolas*, diluindo suas ações nos programas Regularização Fundiária e Assentamento Fundiário. Assim, além de perder o foco nas comunidades quilombolas, houve uma perda de recursos específicos com a eliminação de ações que previam Formatação de Parcerias e Assistência Técnica.

A ação *Regularização de Terras*, que tem merecido a maior atenção do governo devido ao faturamento político por ocasião da distribuição dos títulos de domínio aos pequenos posseiros em terras devolutas estaduais, teve uma recuperação de 58,9% em relação ao ano anterior mas continua com um modesto orçamento de R$ 1 milhão.

Por fim, o orçamento zero para a ação *Implantação de Assentamentos Rurais* por dois anos consecutivos, reflete bem a política de abandono da Reforma Agrária em áreas estaduais.

QUADRO COMPARATIVO DAS AÇÕES NOS ORÇAMENTOS DO ITESP

	2008	2009	2010	2011	Variaçã 2011/1(
17047 - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS- ITESP	*45.943.920*	*44.888.720*	*40.450.587*	*46.456.822*	*14,8*
1727 - MODERNIZAÇÃO DA SEC. DA JUSTIÇA	*10.375.223*	*11.293.313*	*9.504.556*	*12.180.734*	*28,2*
1708 - MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS	*0*	*0*	*0*	*0*	
1709 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	*6.365.167*	*1.004.235*	*656.628*	*1.039.053*	*58,2*
2210 - Implementação do PNCF no Estado	100.000	100.000	0	0	
4959 - Regularização de Terras	6.205.177	801.165	643.028	1.021.813	58,9
5481 - Implantação de Assentamentos Rurais	9.990	53.060	0	0	
5909 - Reconhecimento dos Territórios Quilombolas	50.000	50.010	13.600	17.240	26,8
1710 - ASSENTAMENTO FUNDIÁRIO	*29.077.715*	*32.466.097*	*29.251.303*	*33.176.942*	*13,4*
5910 - Formação Capacitação. Famílias Assentadas e Quilombolas	299.659	328.631	267.460	237.460	-11,2
1044 - Infra Estrutura Agrária	170.010	800.062	1.000.010	1.000.010	0
4960 - A.Téc. Ext.Rural p/ Beneficiários da Reforma Agrária	27.551.848	29.881.206	27.731.403	31.013.668	11,8
4963 - Produção e Renda nos Assentamentos Quilombolas ...	1.056.198	1.456.198	1.252.430	925.804	-26,1

TRANSPORTE

A **Secretaria dos Transportes** foi criada pela Lei N.º 7.833/1963. É uma secretaria da área de infra-estrutura . Sua função, além de coordenar os meios de transporte no Estado de São Paulo é garantir os meios necessários para o transporte de passageiros e de cargas no Estado. Falta a esta secretaria um departamento que cuide do modal ferroviário.

Para o ano de 2011 em relação ao orçamento de 2010 a previsão é uma queda superior a um terço dos recursos para essa Secretaria.

Orçamento da Secretaria dos Transportes

ANO	VALOR ORÇADO - R$	Variação %
2010	*5.276.347.129*	*-*
2011	*4.425.620.602*	*(34,13)*

FONTE: ORÇAMENTO 2010 E PLOA 2011. ELABORAÇÃO: ASSESSORIA DE TRANSPORTES DA LIDERANÇA DO PT

Na verdade, esses recursos são decadentes desde o ano de 2009, quando a Secretaria teve R$ 7.578.887.031,00, ou seja, a queda dos recursos, se considerarmos o ano de 2009, foi de 41,60%.

Divisão orçamentária da Secretaria de Transportes

ÓRGÃO	ORÇADO - R$	INVESTIMENTO - R$	% DO INVESTIMENTO
SECRETARIA DOS TRANSPORTES	*4.425.620.602*	*2.206.834.141*	***49,86***
DER	*3.074.540.003*	*2.136.782.621*	*48,28*
DAESP	*62.701.401*	*20.000.000*	*0,45*
ARTESP	*212.028.000*	*50.000.000*	*1,12*
DH	*15.656.911*	*51.500*	*0,0012*

FONTE: PLOA 2011 ELABORAÇÃO: ASSESSORIA DE TRANSPORTES DA LIDERANÇA DO PT

O investimento na Hidrovia Tietê-Paraná – HTP é pífio. Esse é o modal que apresenta o menor custo de transporte, cerca de um terço do transporte rodoviário mas, não encontra respaldo nos planos

do governo estadual. Atualmente, a HTP pode transportar 20 milhões de toneladas anualmente, mas somente 5 milhões de toneladas são efetivamente transportadas.

DER

O **Departamento de Estradas de Rodagem - DER** é o principal órgão da Secretaria dos Transportes, criado em 1934 administra o sistema rodoviário estadual. Foi graças ao DER que o Estado conseguiu construir boas rodovias e não a concessão privada como a propaganda do governo estadual quer fazer crer.

Principais programas do DER

PROGRAMAS e AÇÕES	Orçamento 2010 - R$	Orçado 2011 - R$	Variação %

DER	*4.678.445.235*	*3.074.540.003*	*(34,28)*
1604-SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO RODOVIÁRIA	*103.869.942*	*112.855.052*	*8,65*
POLICIAMENTO NAS RODOVIAS ESTADUAIS	*12.343.775*	*15.470.996*	*25,33*
IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS VOLTADAS À REDUÇÃO DE ACIDENTES RODOVIÁRIOS	*91.526.167*	*97.384.056*	*6,40*
1605 - OPERAÇÃO E CONTROLE DE RODOVIAS	*79.554.279*	*113.190.768*	*42,28*
IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE PRAÇAS DE PEDÁGIO NAS RODOVIAS ESTADUAIS	*32.140.332*	*34.763.308*	*8,16*
OPERAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA POR MEIO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO	*1.868.700*	*76.496.328*	*-*
1606-AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA	*3.479.677.485*	*2.065.907.476*	***(40,62)***
DUPLICAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS	*173.926.225*	*378.127.001*	*117,40*
RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS	*463.000.010*	*500.000.040*	*7,99*
RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS -BID 2	*1.380.000*	*10*	*-*
IMPLANTAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO DE RODOVIAS - CONVÊNIO DER-DERSA	*1.745.391.990*	*470.000.000*	*(73)*
PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS - BID	*333.100.000*	*98.155.530*	*(70,53)*
PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS - BIRD	*193.800.000*	*18.100.000*	*(90,66)*
1609 - CONSERVAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA	***246.821.940***	***251.231.386***	***1,78***

Fonte: Orçamento 2010 e PLOA 2011. Elaboração: Assessoria de Transportes da Liderança do PT

ANÁLISE

O orçamento do DER para o ano de 2011 apresenta redução de 34% tendo como comparação o orçamento aprovado de 2010. Isso, em função da finalização das obras do Rodoanel Trecho Sul, da Nova Marginal Pinheiros e da Jacu Pêssego, que seguiram o roteiro eleitoral de 2010. Nessa rubrica, a queda de recursos é de 73%. Outra função que também perdeu recursos foi o da recuperação das estradas vicinais, com financiamento do BIRD. A queda foi de 90%. Isso porque boa parte das obras das estradas vicinais também foi planejada de acordo com o período eleitoral. Do total dos recursos para o DER, R$ 423.155.610,00 ou 13,76%, são oriundos de operações de crédito. O governo federal através de vínculos federais responde por R$ 278.127.021, ou 9% dos recursos destinados ao Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo.

DERSA

O **DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A**, sociedade anônima de economia mista e de capital autorizado, foi criada em 1969 com função operacional similar ao do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

PRINCIPAIS PROGRAMAS DA DERSA.-

PROGRAMA E AÇÕES	*ORÇAMENTO 2010 -R$*	*ORÇADO 2011 - R$*	*VARIAÇÃO %*
DERSA	***1.441.049.000***	***1.478.707.000***	*2,61*
1606 -AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA	*234.080.000*	*40.101.000*	*(82,86)*
1608 - TRAVESSIAS LITORÂNEAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	*15.000.000*	*50.000.000*	*233*
1611 - TRANSPOSIÇÃO RODO-FERROVIÁRIA DA RMSP	***1.191.563.000***	***1.388.002.000***	*16,48*
2283 - EXECUÇÃO DAS OBRAS DO RODOANEL-TRECHO NORTE	-	*1.348.000.000*	-
2153 - EXECUÇÃO DO RODOANEL -TRECHO LESTE	-	*1.000*	-
EXECUÇÃO DA OBRA DO FERROANEL - TRAMO SUL	-	*40.000.000*	-
2283-EXECUÇÃO DAS OBRAS DO RODOANEL - TRECHO NORTE	-	*1.348.000.000*	-

FONTE: ORÇAMENTO 2010 E 2011 ELABORAÇÃO: ASSESSORIA DE TRANSPORTES DA LIDERANÇA DO PT

ANÁLISE

O orçamento do Dersa para 2011 aumentou em 2%. Chama atenção os recursos para o início do Rodoanel Trecho Norte e do Ferroanel Tramo Sul. O governo do Estado de São Paulo, por intermédio do Dersa, deve à população, principalmente da Região Metropolitana da Baixada Santista, melhoria no transporte aquaviário, que apresenta muitas deficiências.

DAESP

O **Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo - DAESP** foi criado em 1966 é o responsável por 31 aeroportos do Estado de São Paulo. Não estão sob sua concessão os aeroportos de Cumbica, de Viracopos, Congonhas, Campo de Marte e de São José dos Campos, que são administrados pela Infraero, do governo Federal. Falta a este departamento uma concepção mais dinâmica da importância dos aeroportos nos modais de transportes. Falta, principalmente, interagir

mais com o governo Federal na concepção de uma política mais abrangente para o setor e o seu impacto no Estado de São Paulo.

PRINCIPAIS PROGRAMAS

PROGRAMA	ORÇADO 2010 - R$	ORÇADO 2011 - R$	VARIAÇÃO %
DAESP	59.136.234	62.701.141	6,02

Fonte: Orçamento 2010 e PLOA 2011 Elaboração: Assessoria de Transportes da Liderança do PT

ANÁLISE

O governo do Estado de São Paulo, sempre tão crítico quando o assunto é aeroporto federal, apresentou um orçamento pífio para os aeroportos paulistas e quase um quarto menor em relação ao orçamento de 2010.

ARTESP

A **Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp** foi criada no ano de 2002. Há muitas críticas a essa agência que não tem cumprido corretamente suas funções, seja na fiscalização das estradas sob concessão privada seja na falta de transparência com a sociedade na gestão dessas rodovias. É a Artesp quem sacramenta, de acordo com os contratos firmados, o aumento das tarifas de pedágio no Estado de São Paulo.

ÓRGÃO	ORÇAMENTO 2010 - R$	ORÇADO 2011 - R$	VARIAÇÃO %
ARTESP	180.216.440	212.028.000	17,65

Fonte: Orçamento 2010 e PLOA 2011 Elaboração: Assessoria de Transportes da Liderança do PT

ANÁLISE

O aumento dos recursos da Artesp se deve principalmente ao das tarifas, pois a agência fica com 3% da arrecadação das concessionárias, que é o ônus variável.

DH

O **Departamento Hidroviário - DH** foi criado em 1995. O transporte hidroviário é o mais barato entre todos os modais. Poderia ser mais dinamizado, inclusive com abertura de outras hidrovias em outros rios paulistas. Continua não sendo prioridade para o governo do Estado.

ÓRGÃO	ORÇAMENTO 2010 - R$	ORÇADO 2011 - R$	VARIAÇÃO %
DH	8.189.884	15.656.911	91,17

ANÁLISE

Definitivamente, o transporte hidroviário não é prioridade do governo paulista, apesar de ser um terço mais barato do que o rodoviário e poluir menos.

COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO

A Companhia Docas de São Sebastião foi criada no ano de 2007 e tem por função administrar e desenvolver a infra-estrutura do Porto de São Sebastião.

EMPRESA	ORÇAMENTO 2010 - R$	ORÇADO 2011- R$	VARIAÇÃO %
CIA DOCAS DE S.SEBASTIÃO	5.000.000	10.000.000	100

FONTE: ORÇAMENTO 2010 E PLOA 2011 ELABORAÇÃO: ASSESSORIA DE TRANSPORTES DA LIDERANÇA DO PT

ANÁLISE

Pelo visto, de acordo com os recursos alocados à CIA Docas de São Sebastião, o projeto para aumentar a sua capacidade deve ser muito lento. A política portuária do governo paulista só existe no papel.

SUGESTÃO DE EMENDAS

A importância do setor de transportes para o desenvolvimento social e econômico é muito grande. Esse setor deve garantir a mobilidade das pessoas e mercadorias. Deveria haver na Secretaria dos Transportes uma diretoria com a função de incentivar o transporte de cargas pelo modal ferroviário. Com a privatização da Fepasa ficou essa lacuna no Estado. Algumas indicações para fazer emendas.

Aumento dos recursos para estradas vicinais

Aumento dos recursos para duplicação e pavimentação de rodovias

Aumento de recursos para segurança rodoviária

Aumento de recursos para balsas na travessia marítima da RMBS

TRANSPORTES METROPOLITANOS

A **Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos – STM** foi criada pela Lei Estadual nº 7.450 de 16/07/1997. O objetivo dessa secretaria é executar a política estadual de transportes nas três regiões metropolitanas do Estado. A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), Região Metropolitana de Campinas (RMC) e Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS). A SMT tem a gestão de 3 empresas. O Metrô opera quatro das cinco linhas metropolitanas que servem na cidade de São Paulo, a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) opera o modal ferroviário de passageiros na RMSP e finalmente a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU) que gerencia o modal sobre pneus (ônibus) intermunicipal nas três regiões metropolitanas.

A Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos é estratégica para as regiões metropolitanas. Ela deve garantir a mobilidade urbana, através do transporte público. A ação da Secretaria tem impacto social, econômico e sobre o meio ambiente. Dessa forma, ela deveria buscar um transporte público mais barato para inclusão social que permita que as pessoas se locomovam de forma eficiente, auxiliando no desenvolvimento econômico e que use tecnologias que reduzam a poluição ambiental, principalmente utilizando o modal sobre trilhos.

A proposta orçamentária da Secretaria dos Transportes Metropolitanos para o ano de 2011 é de R$ 5.945.914.220, havendo queda de 37,60% nos recursos orçados em relação ao orçamento ano de 2010.

Recursos da STM

ORÇADO 2010	ORÇADO 2011	VARIAÇÃO
9.530.079.282	5.945.914.220	(37,60)

Fonte: Orçamento 2010 e PLOA 2011 Elaboração: Assessoria de Transportes - Liderança do PT

ANÁLISE

Do total dos recursos da Secretaria de Transportes Metropolitanos, R$ 2.529.199.746,00, ou 42,53% são oriundos de operações de crédito. Chama atenção a queda expressiva dos recursos para essa Secretaria, visto que as demandas por mobilidade urbana nas três regiões metropolitanas são enormes. Os sistemas de transportes estaduais estão saturados e os montantes alocados são claramente insuficientes para saná-los.

Investimento da STM

ÓRGÃO	ORÇADO - R$	INVESTIMENTO - R$	% do investimento
STM	5.945.914.220	1.094.224.824	18,40
METRÔ	4.426.704.000	-	-
CPTM	2.544.146.717	-	-
EMTU	103.442.000	-	-

Fonte: PLOA 2011 Elaboração: Assessoria de Transportes - Liderança do PT

METRÔ

A CIA METROPOLITANA DE SÃO PAULO - METRÔ é uma sociedade anônima de economia mista e de capital autorizado. Ela foi constituída em Assembléia Geral de 24/04/1968, nos termos da

Lei Municipal nº 6.988, de 1966. O Metrô opera uma rede de 68 quilômetros na cidade de São Paulo, transportando diariamente cerca de 3,5 milhões de passageiros.

O crescimento da rede metroviária de São Paulo nos últimos anos foi pífio. O Metrô da cidade do México, que foi iniciado em período idêntico ao de São Paulo tem atualmente 201 quilômetros de extensão implantada.

Principais Programas

PROGRAMAS E AÇÕES	ORÇAMENTO 2010 - R$	ORÇADO 2011 - R$	VARIAÇÃO %
EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE METROVIÁRIO - PITU EM MARCHA	2.445.540.469	4.426.704.000	81,01
Linha 5 – Lilás – Implantação Operacional do Largo 13 – Chácara Klabin	1.697.570.000	1.293.843.000	-
Linha 4 - amarela - Taboão da Serra - Fase I	403.302.000	50.000.000	-
Linhas Metroviárias - Adaptação para Acessibilidade	25.023.000	14.000.000	-
Linha 1 – Azul – Recapacitação e Modernização	201.403.000	310.429.000	-
Linha 2 – Verde – Recapacitação e Modernização	42.800.000	78.655.000	-
Linha 3 - Vermelha - Recapacitação e Modernização	238.467.000	253.706.000	-
Linha 6 – Laranja – Brasilândia – São Joaquim	51.376.000	218.298.000	-
Linha 17 – Ouro – São Judas – Congonhas – Jabaquara - Morumbi	137.300.000	1.062.000.000	-
Linha 2 – Verde – Extensão Vila Prudente – Cidade Tiradentes	466.865.000	800.576.000	-
Elab. Proj. Engenharia para Implantação de Metrô Leve Entre S.B.Campo e São Paulo	-	25.585.000	-

Fonte: Orçamento 2010 e PLOA 2011 Elaboração: Assessoria de Transportes - Liderança do PT

ANÁLISE

A Região Metropolitana de São Paulo, com uma população próxima de 20 milhões de habitantes, tem apenas 68 quilômetros de rede metroviária. O Metrô de São Paulo é atualmente o mais lotado do mundo. Desde 2007 ocorreram 42 panes, prejudicando 3,5 milhões de passageiros. Vários recursos que foram alocados no orçamento de 2010 não foram utilizados, como os das linhas 6 – Laranja, linha 5 – Lilás e a extensão da linha 2 – Verde extensão até a Vila Prudente. Fica patente, na proposta orçamentária de 2011, que a linha 15 – Branca e a linha 16 – Prata não terão prosseguimento no próximo ano fiscal.

CPTM

A **Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM)** é uma empresa pública que opera no transporte de passageiros sobre trilhos na RMSP. A rede operada pela CPTM é de 270 quilômetros, transportando diariamente cerca de 2,1 milhões de passageiros.

Principais programas da CPTM

PROGRAMAS E AÇÕES	ORÇADO 2010 - R$	ORÇADO 2011 - R$	VARIAÇÃO %
CPTM	2.497.972.299	2.544.146.717	1,84
EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO - PITU EM MARCHA	2.445.540.469	2.449.104.171	0,14
Trem de Guarulhos e Expresso Aeroporto	10	1.000.000	-
Linhas da CPTM - Adaptação para acessibilidade	30.000.000	30.000.000	-
Linha 7 – Rubi - Luz - Jundiaí - Modernização e Expansão da Oferta	182.000.000	150.000.000	-
Linha 8 – Diamante - Júlio Prestes - Amador Bueno - Modernização	229.000.000	180.000.000	-
Linha 10 – Turquesa -Luz- Rio Grande da Serra - Modernização e Implantação do Expresso ABC	228.000.000	230.000.000	-
Linha 11 – Coral - Luz - Estudantes - modernização e Expansão do Expresso Leste	246.000.000	340.764.000	-
Linha 9 – Esmeralda - Osasco - Jurubatuba - Modernização e Expansão	108.000.000	50.000.000	-
Linha 12 – Safira - Brás - Calmon	142.000.000	127.600.000	-
Linhas Ferroviárias – Operação da CPTM	1.260.440.459	1.310.940.161	-

Fonte: Orçamento 2010 e PLOA 2011 Elaboração: Assessoria de Transportes - Liderança do PT

ANÁLISE

A CPTM precisa passar por um processo de modernização que equipare a sua operação à do Metrô, principalmente na implantação de acessibilidade nas estações. O material rodante precisa ser modernizado e o intervalo entre os trens diminuído. Os recursos alocados não são devidamente aplicados por falta de capacidade de gestão. Os trens andam superlotados e as panes são frequentes prejudicando os 2,1 milhões de passageiros. É preciso fazer a extensão da linha 9 – Esmeralda até a Estação Varginha como era anteriormente. Na linha 8 – Diamante, o trecho que vai da Estação Itapevi até Amador Bueno ainda não foi modernizado. O projeto do Expresso Aeroporto foi abandonado pelo governo paulista por causa do Trem de Alta Velocidade do governo federal que vai ser implantado. Mas o Trem de Guarulhos precisa ser implantado. Guarulhos tem mais de 1,2 milhão de habitantes e não possui nenhum transporte de alta capacidade com a cidade de São Paulo.

EMTU

A **Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos – EMTU** é uma sociedade anônima de economia mista e de capital fechado, sendo constituída em 1977. Essa empresa gerencia e pode operar o transporte intermunicipal sobre pneus (ônibus) nas três regiões metropolitanas. O governo do Estado de São Paulo não foi capaz de implantar o sistema de Bilhete Único nas regiões metropolitanas, nem nas demais regiões do Estado.

Principais programas da EMTU

PROGRAMAS E AÇÕES	ORÇAMENTO 2010	ORÇADO 2011	VARIAÇÃO %
EMTU	56.616.000	103.442.000	82,70
Expansão e Gestão do Transporte de Baixa e Média Capacidade – PITU em Marcha	56.616.000	103.442.000	82.70
Implantação do Sistema Integrado Metropolitano - SIM da Baixada Santista	1.000	1.000	-
Sistema Viário de Interesse Metropolitano - SIVIM - Implantação	3.500.000	3.000.000	-
Corredor Metropolitano Noroeste da Região Metropolitana de Campinas - Implantação	156.000	1.000	-
Corredor são Mateus - Jabaquara da RMSP - Eletrificação e Melhoramento	10.000.000	17.000.00	-
Corredor Metropolitano Guarulhos - Tucuruvi da RMSP	-	50.000.000	-
Implantação do Corredor Metropolitano Itapevi – São Paulo	-	30.000.000	-

Fonte: Orçamento 2010 e PLOA 2011 Elaboração: Assessoria de Transportes - Liderança do PT

ANÁLISE

O serviço prestado pelas operadoras intermunicipais não é muito bom. São 600 linhas, operadas por mais de 50 empresas com quatro mil ônibus. Elas transportam mais de 1,5 milhão de passageiros diariamente.

O projeto do VLT da Baixada Santista, o SIM, não sai do papel, apesar da promessa de início operacional para 2010. Esse projeto vem sendo discutido há décadas.

Outro projeto de grande importância que não deslancha é a construção do Corredor Metropolitano Noroeste da Região Metropolitana de Campinas. Ele está parcialmente construído até Hortolândia. Não há recurso para essa importante obra na proposta orçamentária de 2011. Os recursos alocados não são gastos, sinalizando que o governo estadual não tem capacidade de gestão.

SUGESTÃO DE EMENDAS

A sugestão de emendas versa sobre a melhoria da qualidade do transporte público. A cidade de São Paulo e as das demais regiões metropolitanas precisam de transporte de grande capacidade como o metroviário e o ferroviário, para dar mobilidade e incentivar o abandono do transporte individual, que sobrecarrega as vias das cidades e é responsável pela maior parte da poluição ambiental nelas.

Há necessidade de construção de corredores de ônibus pelo poder público e da implantação de sistema bilhete único no Estado.

O governo do Estado precisa subsidiar os ônibus intermunicipais, como ocorre com o Metrô e a CPTM, em que as gratuidades são bancadas pelo poder público. As linhas de ônibus servem as regiões mais carentes do Estado, justamente as que mais precisam de tarifas mais baratas. Além disso, em várias dessas linhas, o passageiro é onerado com pagamento de pedágio embutido na tarifa.

O metrô precisa de dinamismo. É necessário o início da construção de novas linhas e principalmente construir a linha 4 - Amarela, expandir a linha 2 - Verde e terminar a linha 5 - Lilás. São Paulo tem uma rede pífia de metrô. São apenas 68 quilômetros e a necessidade, segundo a experiência mundial para uma metrópole dessa dimensão, é de pelo menos 200 quilômetros de linhas. A expansão é muito devagar, e nesse ritmo levaremos 60 anos para ter uma rede que outras cidades do mundo já possuem atualmente.

A CPTM precisa atingir o padrão de metrô o mais rápido possível. A malha ferroviária da empresa pode qualificar e ajudar a melhorar o transporte coletivo na Região Metropolitana de São Paulo.

Algumas indicações de projetos que podem melhorar o transporte nas regiões metropolitanas.

Recuperação do trecho Itapevi - Amador Bueno da linha 8 - Diamante da CPTM.

Extensão da linha 9 - Esmeralda até a estação de Varginha da CPTM.

Recapacitação da Linha 12 - Safira da CPTM.

Recapacitação da linha 7 - Rubi da CPTM

Recapacitação da linha 8 – Diamante da CPTM

Recapacitação da linha 11 - Coral da CPTM

Implantação do Trem de Guarulhos – linha 13 - Ônix

Construção do Corredor Noroeste da Região Metropolitana de Campinas.

Implantação do trecho Largo Treze - Chácara Klabin da linha 5 - Lilás do Metrô.

Implantação do Bilhete Único Metropolitano em todas as regiões do Estado.

Expansão da linha 2 - Verde do Metrô até Cidade Tiradentes

Implantação do VLT na Baixada Santista

Construção da linha 15 – Branca, ligando Ticoatira à Vila Prudente

Construção da linha 16 – Prata – Cachoeirinha – Lapa

Construção do corredor de ônibus Itapevi – São Paulo

Construção do corredor de ônibus Guarulhos - Tucuruvi

Recursos para subsídio para a tarifa dos ônibus intermunicipais, geridos pela Artesp e EMTU.

I – INTRODUÇÃO

A Secretaria da Administração Penitenciária tem como atribuições básicas:

- Executar a política estadual de assuntos penitenciários;

- Organizar, administrar, coordenar, inspecionar e fiscalizar os estabelecimentos penais: Centros de Detenção Provisória, Penitenciárias, Colônias Agrícolas, Industriais ou similares, Centros de Ressocialização, Centros de Observação Criminológica, Centros de Progressão Penitenciária, Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico e outros estabelecimentos dessa natureza que venham a ser criados;

- Classificar os condenados;

- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento de penas privativas de liberdade e de prestação de serviços à comunidade, este último desde que credenciado pelo Poder Judiciário;

- Treinar profissionalmente os sentenciados e oferecer trabalho remunerado;

- Supervisionar os patronatos e a assistência aos egressos;

- Emitir pareceres sobre livramento condicional, indulto e comutação de penas:

- Realizar pesquisas criminológicas; e

- Assistir famílias dos sentenciados.

II – ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA SAP

Para o cumprimento de suas atribuições a Secretaria da Administração Penitenciária conta com 41.569 cargos criados, sendo que destes, 30.327 estão providos e 11.242 estão vagos (DOE 30/4/2010). A estrutura básica da SAP é a seguinte:

Administração Superior da Secretaria e da Sede;

Coordenadoria de Unidades Prisionais de São Paulo e Grande São Paulo;

Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região do Vale do Paraíba e Litoral;

Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Central do Estado;

Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Noroeste do Estado;

Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado;

Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário;

Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania, e

Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel – FUNAP.

III – ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO E DA SAP

RELAÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO COM O ORÇAMENTO DA SAP

	2010	2011	Variação %
Orçamento Geral do Estado	125.705.696.614	140.673.564.343	11,91

Orçamento SAP	2.420.054.881	2.714.311.325	12,16

A leitura do quadro acima evidencia que a proposta orçamentária do Estado para 2011 teve um crescimento de 11,91% em relação ao orçamento de 2010. No que tange à Secretaria da Administração Penitenciária, a proposta de 2011 é 12,16 % superior ao orçamento de 2010, enquanto que em relação ao orçamento geral do Estado o percentual permaneceu em 1,93% .

RECURSOS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA DA SAP
LOA DE 2010 E PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2011

Unidade Orçamentária	2010	2011	Variação %
38001 – Administração Superior da Secretaria e da Sede	622.249.357	619.589.711	-0,43
38003 – Coordenadoria das Unidades Prisionais de SP e da Grande São Paulo	476.351.132	559.976.646	17,56
38004 – Coordenadoria das Unidades Prisionais da Região Vale do Paraíba e Litoral	221.728.095	259.577.500	17,07
38005 – Coordenadoria das Unidades Prisionais da Região Central do Estado	278.009.252	333.891.651	20,10
38006 – Coordenadoria das Unidades Prisionais da Região Noroeste do Estado	338.687.860	390.682.051	15,35
38007 – Coordenadoria das Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado	390.724.148	461.502.439	18,11
38008 – Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário	41.477.856	39.082.805	-5,77
38009 – Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania	5.581.079	11.143.740	99,67
38045 – Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel – FUNAP	45.246.102	38.864.782	-14,10
Total	**2.420.054.881**	**2.714.311.325**	**12,16**

O Quadro Demonstrativo do Orçamento da SAP por unidade orçamentária mostra que houve uma variação positiva em relação ao orçamento do ano anterior em seis Coordenadorias, enquanto que na Administração Superior da Secretaria e da Sede, na Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário e na Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel – FUNAP, a variação foi negativa.

QUADRO DEMONSTRATIVO DE DESPESAS
LOA DE 2010 E PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2011

Despesas	2010	2011	Variação %
Pessoal e encargos sociais	1.314.785.409	1.520.717.824	15,66
Outras despesas correntes	628.938.892	680.808.960	8,25

Investimentos	476.330.580	512.784.541	7,65
Total	**2.420.054.881**	**2.714.311.325**	**12,16**

IV – INVESTIMENTOS

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS
LOA DE 2010 E PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2011

INVESTIMENTOS PROGRAMA / AÇÃO	*2010*	*2011*	*VARIAÇÃO %*
Programa 3801 – Expansão e modernização do sistema prisional / Ação 1897 – Ampliação do sistema prisional	469.300.550	507.349.980	8,11
Programa 3801 – Expansão e modernização do sistema prisional / Ação 1898 – Adequação do sistema prisional	1.999.595	500.070	-74,99
Programa 3805 – Reintegração social do preso/internado e egresso / Ação 4298 – Atividades culturais e ensino fundamental e médio à população carcerária	20	20	0,00
Programa 3806 – Gestão do sistema prisional / Ação 5328 – Gerenciamento das unidades do sistema prisional	5.030.415	4.934.471	-1,91
Total	**476.330.580**	**512.784.541**	**7,65**

Os investimentos em ampliação do sistema prisional estão no programa 3801 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional, onde se encontra a ação 1897 - Ampliação do Sistema Prisional que trata especificamente da criação de novas vagas. A variação nesta ação, no que concerne aos investimentos, referente aos anos de 2010 e 2011 é a seguinte:

Investimento em criação de novas vagas	**2010**	**2011**	**Variação %**
1897 – Ampliação do Sistema Prisional	469.300.550	507.349.980	8,11

Em 25 de outubro de 2010, segundo dados da SAP, a população carcerária do Estado era 161.273 e o número de vagas era de 96.283, portanto, faltavam 64.198 vagas no sistema, ou seja, a ocupação excedia em 67,50% ao número de vagas. Fica evidente, portanto, que o problema da falta de vagas no sistema carcerário paulista é gravíssimo e na proposta orçamentária de 2011 a previsão é de criar apenas 8.448. Corremos o risco de ver a situação que já é gravíssima, se agravar ainda mais, gerando rebeliões de consequências imprevisíveis.

V – RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS
LOA DE 2010 E PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2011

Recursos Vinculados Federais	2010	2011	Variação %
Outras Despesas Correntes	1.000.020	650.050	-35,00
Investimentos	77.020.580	75.970.060	-1,36
Total	**78.020.600**	**76.620.110**	**-1,80**

Quase que a totalidade dos recursos vinculados federais destinam-se à ampliação do sistema prisional do Estado.

VI – PROGRAMAS E AÇÕES

QUADRO DEMONSTRATIVO DE PROGRAMAS E AÇÕES
LOA DE 2010 E PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2011

Programa / Ação	LOA 2010	Proposta LOA 2011	Variação % 2010-2011	Produto
000 - ENCARGOS GERAIS	**1.733.678**	**0**	**-**	
4836 – PAGAMENTO DE AÇÕES INDENIZATÓRIAS-ADM. INDIRETA	1.733.678	0	-	
3801 – EXPANSÃO E MODERNI-ZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL	**471.300.205**	**507.850.100**	**7,76**	
1897 – AMPLIAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL	469.300.550	507.349.980	8,11	VAGAS CRIADAS
1898 – ADEQUAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL	1.999.655	500.120	-74,99	REFORMAS EFETUADAS
3805 – REINTEGRAÇÃO SOCIAL DO PRESO/INTERNADO E EGRESSO	**43.512.424**	**38.864.792**	**-10,68**	
5327 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA FUNAP	10.116.304	8.223.015	-18,72	UNIDADE ADMINISTRADA
4296 – CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DA POPULAÇÃO PRISIONAL	28.641.988	25.732.955	-10,16	PESSOAS CAPACITADAS
4298 – ATIVIDADES CULTURAIS E ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO À POP. PRISIONAL	4.099.812	4.354.492	6,21	PRESOS/INTERNADOS ATENDIDOS.
5323 – APOIO PSICO-SOCIAL AO EGRESSO	0	10	-	EGRESSOS ATENDIDOS

5324 – ATENDIMENTO JURÍDICO À POPULAÇÃO PRISIONAL	654.320	554.320	-15,28	ATENDIMENTOS REALIZADOS
3806 – GESTÃO DO SISTEMA PRISIONAL	**1.862.246.763**	**2.140.663.099**	**14,95**	
5326 - ASSISTÊNCIA À SAÚDE	6.988.496	6.618.162	-5,30	NÚMERO DE ATENDIMENTOS
5325 – FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO À POPULAÇÃO PRISIONAL	284.131.936	310.203.252	9,18	DIÁRIAS FORNECIDAS
5328 – GERENCIAMENTO DAS UNIDADES DO SISTEMA PRISIONAL	1.571.126.331	1.823.841.685	16,08	UNIDADES ADMINISTRADAS
3810 – RACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL	**41.261.801**	**26.933.324**	**-34,73**	
5770 - GERENCIAMENTO DE RECURSOS DE TIC (Tecnologia de informação e comunicação)	4.261.656	5.165.672	21,21	UNIDADES GERENCIADAS
5628 – FORMAÇÃO E RECICLAGEM DE FUNCIONARIOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	683.073	683.073	0,00	SERVIDORES CAPACITADOS
5772 - SISTEMA DE TELEAUDIÊNCIA CRIMINAL	22.296.940	7.335.504	-67,10	SALAS IMPLANTADAS
5773 - VIABILIZAÇÃO DE PARCERIAS COM A SOCIEDADE CIVIL	14.020.132	13.749.075	-1,93	PARCERIAS FIRMADAS
4501 – COMUNICAÇÃO SOCIAL	**10**	**10**	**0,00**	
5576 – COMUNICACÃO DE AÇÕES DO GOVERNO	10	10	0,00	MATERIAIS E SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E MARKETING
TOTAIS	**2.420.054.881**	**2.714.311.325**	**12,16%**	

Sobre os recursos destinados aos programas e ações da Secretaria da Administração Penitenciária, merece comentário o Programa 3801 – Expansão e Modernização do Sistema Prisional e suas duas ações, ou seja, 1897 – Ampliação do Sistema Prisional, cujo produto é a criação de novas vagas no sistema e 1898 – Adequação do Sistema Prisional, cujo produto é reformas em unidades prisionais.

Na ação 1897 a previsão é criar 8.448 novas vagas no sistema, número esse insuficiente para minimizar a superlotação existente nos presídios paulistas. O déficit no sistema prisional é de quase

65.000 vagas. Fica claro que o número de vagas que se pretende criar está longe de amenizar o grave problema por que passa o sistema prisional do Estado de São Paulo.

Quanto à Ação 1898, cujo produto é reformas em unidades prisionais, houve uma redução de 74,99 % em relação ao orçamento de 2010.

Nas ações Gestão Administrativa da FUNAP, Capacitação Profissional da População Prisional, Atendimento Jurídico à População Prisional e Assistência à Saúde da População Prisional, também houve redução dos recursos em relação ao orçamento de 2010.

VII – CONCLUSÃO

A proposta do orçamento do Estado para 2011 mostra que apesar de terem aumentado 12,16% em relação ao orçamento de 2010, os recursos destinados à SAP permaneceram os mesmos em relação ao orçamento anterior levando-se em consideração sua relação com o orçamento geral. Tanto na LOA 2010 como na proposta orçamentária para 2011, o orçamento da SAP representa 1,93% do orçamento geral.

Para ilustrar este trabalho estamos anexando tabela comparativa das metas estabelecidas no Plano Plurianual - PPA 2008/2011, com as metas executadas em 2008 e 2009 e previstas para 2010 e 2011, de todos os Programas e respectivas Ações da Secretaria da Administração Penitenciária.

São Paulo, outubro de 2010

HABITAÇÃO

O Montante de recurso destinado para habitação para 2011 é da ordem de R$ 1,5 bilhão, 10,70% a mais que em 2010, porém, fica abaixo do crescimento do orçamento geral, que teve um crescimento de 11,91%, o que demonstra mais uma vez que os governos do PSDB não têm a moradia como prioridade.

Ao compararmos a proposta de orçamento na área de habitação de 2011 com 2010 percebemos que em várias ações o recurso ou a meta estabelecida foram reduzidos.

Pelo orçamento proposto para 2011 podemos afirmar que a média de 15 mil unidades entregues por ano não vai se alterar. Com esses números, seriam necessários 60 anos para zerar o déficit habitacional do estado, que é de 1,2 milhão de moradias.

2276 – PROJETOS DO FUNDO PAULISTA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Em 2010 a meta era aprovar 160 projetos com recursos do FPHIS; para 2011 a meta é apenas 20 projetos, 140 a menos que em 2010. Com relação aos recursos, o montante proposto baixa de R$ 40 milhões em 2010 para R$ 26,5 milhões em 2011.

5702 – APOIO A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Para uma área tão importante que é a regularização fundiária, visto que temos em São Paulo mais de 6 milhões de pessoas habitando áreas não regularizadas, os recursos para 2011 diminuem em comparação à 2010, de 32 milhões para 28,5 milhões.

3906 – SANEAMENTO AMBIENTAL EM MANANCIAIS DE INTERESSE REGIONAL

Em 2010 a previsão orçamentária para ações ambientais era de R$ 245 milhões; para 2011 a proposta é de R$ 208 milhões, R$ 37 milhões a menos em comparação com 2010.

1998 – RECUPERAÇÃO AMBIENTAL SERRA DO MAR

Programa tão propalado pelos tucanos tem seu recurso diminuído no orçamento para 2011. O programa tem como finalidade remover famílias e desenvolver ações ambientais na Serra do Mar, envolvendo o Parque Estadual da Serra do Mar e outros remanescentes do bioma Mata Atlântica. O valor cai de R$ 244 milhões em 2010 para R$ 207 milhões para 2011. E deste montante, apenas R$ 80 milhões são provenientes de recursos próprios do tesouro, o que demonstra que a preocupação com o meio ambiente não passa de um discurso eleitoral do ex-governador José Serra.

2206 – PRODUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS

Para 2010 está prevista a produção de 27.916 unidades habitacionais; para 2011 a previsão baixa para 24.500 unidades. Com essa meta o déficit habitacional do estado só tende a crescer, derrubando por terra o discurso tucano de prioridade na área de habitação.

5703 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE CONJUNTOS HABITACIOANIS

A meta proposta no orçamento para 2011 é de regularizar apenas 10 conjuntos habitacionais, em 2010 a meta foi de 250 conjuntos.

CONSIDERAÇÃO FINAL

Embora o volume de recurso destinado para habitação para 2011 tenha aumentado em R$ 148 milhões, mais uma vez o orçamento destinado para a área habitacional não acompanha o aumento geral do orçamento, além da completa ausência de participação social na elaboração dos programas e na fiscalização da aplicação dos recursos.

MEIO AMBIENTE

A Proposta Orçamentária para 2011 encerra o quadriênio do Plano Plurianual de 2008 a 2011, que contempla a gestão Serra a partir do segundo ano de mandato e irá se estender até o primeiro ano do período subseqüente.

A principal alteração que a gestão Serra promoveu na Secretaria do Meio Ambiente foi a mudança de estrutura, destacando-se a incorporação da Coordenadoria de Recursos Hídricos, transferida da Secretaria de Saneamento e Energia. A estrutura da Secretaria passou a ter os seguintes órgãos:

- CPLA - Coordenadoria de Planejamento Ambiental, CEA - Coordenadoria de Educação Ambiental, CBRN - Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais, CRHi - Coordenadoria de Recursos Hídricos;
- Instituto Florestal, Instituto Geológico, Instituto de Botânica;
- Fundação Florestal, Fundação Parque Zoológico;
- CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental

Menos com o objetivo de melhorar o planejamento e mais de fazer propaganda da sua atuação, o Governo anunciou, em 2008, 21 projetos para a sua agenda ambiental até 2010. Em apenas alguns casos estes programas correspondem às ações previstas no sistema de planejamento orçamentário, mas os projetos estratégicos foram escolhidos, evidentemente, por critério propagandístico.

Aqüíferos	Licenciamento Unificado
Cenário Ambiental 2020	Lixo Mínimo
Cobrança do Uso da Água	Mananciais
Desmatamento Zero	Mata Ciliar
Ecoturismo	Município Verde
Esgoto Tratado	Onda Limpa
Etanol Verde	Pesquisa Ambiental
Fauna Silvestre	Reforma Administrativa
Unidades de Conservação	Respira São Paulo
Criança Ecológica	Serra do Mar
São Paulo Amigo da Amazônia	

Houve três alterações nesta lista de prioridades, com os programas Mutirões Ambientais sendo substituído por Criança Ecológica e Litoral Norte por Onda Limpa. O programa Investidor Ambiental foi excluído e acrescentado à lista o Programa Aqüíferos.

Outra alteração ocorrida foi a centralização da execução orçamentária. As Coordenadorias perderam autonomia ao deixar de serem Unidades Orçamentárias. E o Orçamento passou a ser centralizado no Gabinete do Secretário.

Evolução do Orçamento da Secretaria do Meio Ambiente

Ano	Estado (R$ bilhões)	Secretaria (R$ milhões)	Participação

2004	65,7	324,6	0,49%
2005	75,4	368,9	0,49%
2006	84,1	403,3	0,48%
2007	95,7	516,9	0,54%
2008	106,1	652,9	0,62%
2009	118,2	703,5	0,60%
2010	125,5	762,7	0,62%
2011	140,7	840,4	0,60%

O quadro acima nos dá a ilusão de que a partir de 2008 o orçamento da Secretaria mudou de patamar, passando a representar cerca de 0,60% do orçamento geral do Estado. Porém, este salto só ocorreu porque a partir deste ano a Secretaria absorveu a Gestão dos Recursos Hídricos que estava vinculada à antiga Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento, atualmente Secretaria de Saneamento e Energia. Excluindo-se esta dotação, a participação voltaria ao patamar histórico de 0,50%.

Os órgãos ligados à Secretaria de Meio Ambiente são: Fundação para Conservação e Produção Florestal do Estado de São Paulo; Fundação Parque Zoológico de São Paulo e Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – CETESB.

Quadro: Evolução das unidades Orçamentárias R$ mil

ÓRGÃO e Unidade Orçamentária	LOA_2008	LOA_2009	LOA_2010	P. LOA_2011
26000 - Secretaria do Meio Ambiente	655.570	703.518	779.838	843.440
26001 - Administração Superior e Sede	316.129	329.748	435.865	367.926
26045 - Fundação Florestal	52.742	69.633	52.550	124.879
26046 - Fundação Parque Zoológico	22.392	19.085	24.003	25.412
26097 - Cetesb	264.306	285.052	267.420	325.223

A falta de transparência na elaboração da proposta orçamentária, principalmente nas empresas do Estado, dificulta a análise das oscilações entre as unidades orçamentárias da Secretaria.

PRINCIPAIS PROGRAMAS E AÇÕES

2602 – Educação Ambiental

Em relação a 2010 esse programa teve um decréscimo de R$ 3.596.545, passou de R$ 6.536.970 para R$ 2.940.425 valor 56% menor. São várias as ações previstas nesse programa, as que se destacam são as seguintes:

Manutenção e Atualização do Centro de Referência de Educação Ambiental. Para essa ação são previstos R$ 851.501, com diminuição de 83% em relação a 2010, quando o montante foi de R$ 5.087.874. Pretende-se com essa ação atender os usuários do acervo físico e digital (unidade).

Promoção da Proteção e Recuperação dos Mananciais: Guarapiranga-Billings-Cantareira. Para essa ação são previstos R$ 240.866, valor 40% menor do que em 2010, quando o montante foi de R$ 400.000. A meta tem redução de 90.000 para 40.000 participantes.

Criança Ecológica. Para essa ação, que faz parte dos projetos prioritários da gestão, são previstos R$ 1.337.950 valor quase quatro vezes maior do que em 2010, quando o montante foi de R$ 350.000. Mesmo assim a meta foi mantida em 91.200 estudantes participantes, sem alteração.

2604 - Gestão e Controle da Qualidade Ambiental

Em relação a 2010 esse programa, que engloba as atividades da Cetesb, teve um acréscimo de R$ 42.804.080, passou de R$ 287.419.831 para R$ 330.223.911, valor 14,9% maior. Nesse programa destacam-se as seguintes ações:

Financiamento de Projetos Ambientais pelo FECOP. Para essa ação estavam previstos R$ 20.000.000 em 2010 e o valor foi reduzido em 75% para 2011, a R$ 5.000.000. Pretende-se com essa ação o financiamento de projetos.

Inspeção de Fontes Poluidoras e de Atividades Degradadoras do Meio Ambiente. Para essa ação são previstos R$ 34.641.780, valor 31% menor do que em 2010, quando o montante foi de R$ 50.488.192. No entanto, a meta física permanece inalterada em 46 mil fontes de poluição inspecionadas.

Licenciamento Ambiental. Para essa ação são previstos R$ 48.120.534. Valor 15% inferior ao previsto no orçamento de 2010, quando o montante foi de R$ 56.699.155. O produto dessa ação são 40.459 licenças concedidas previstas para 2011. A previsão para 2010 era de 31.000 licenças concedidas. Há, portanto, redução de recursos com aumento de metas, o que pode comprometer a qualidade do licenciamento.

2607 - Gestão Ambiental

Em relação a 2009 esse programa teve o valor nominal praticamente mantido, passou de R$ 162.009.733 para R$ 163.179.090 e conta com cinco ações, sendo que as mais importantes são as seguintes:

Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica. Para essa ação são previstos R$ 11.386.000, valor 31% menor do que em 2010, quando o montante foi de R$ 16.466.375. A meta dessa ação, em ambos os anos, são seis parques estaduais participantes do projeto, o que não permite acompanhar o que efetivamente está previsto e o que foi realizado.

Gestão de Unidades de Conservação. Para essa ação são previstos R$ 42.304.868, valor 64% maior do que 2010, quando o montante foi de R$ 25.766.690. O produto dessa ação são unidades de conservação gerenciadas, 84 em 2001 e 79 em 2010, o que não explica a significativa diferença de recursos.

Gestão de Parques Urbanos. Para essa ação são previstos R$ 28.693.853, valor 142% maior do que 2010, quando o montante foi de R$ 11.969.769. O produto dessa ação são seis parques urbanos atendidos em ambos os exercícios. Não é explicitada a justificativa para o grande acréscimo.

Recuperação da Serra do Mar. Para essa ação são previstos R$ 77.318.636, valor 26% menor do que em 2010, quando o montante foi de R$ 104.997.813. O produto dessa ação são unidades de conservação beneficiadas, 17 em 2010 e 16 em 2011, o que não explica a redução.

2608 - Pesquisa Ambiental

Em relação a 2010 esse programa teve uma redução de R$ 7.458.370, passou de R$ 58.553.524 para R$ 51.095.154, valor 13% menor. Este programa engloba a atuação dos institutos de pesquisa da Secretaria: Instituto de Botânica, Instituto Geológico e Instituto Florestal. Esta redução se reflete na principal ação deste programa **Pesquisa Ambiental e Diagnóstico de Recursos Naturais.**

2609 - Planejamento Ambiental

Em relação a 2010 esse programa teve um aumento de R$ 1.892.864, passou de R$ 1.769.034 para R$ 3.661.898, valor 107% maior. Esse programa conta cinco ações sendo que as mais importantes são:

Município Verde - Protocolo de Conduta Ambiental. Para essa ação está prevista apenas dotação simbólica de R$10,00, mesmo montante que em 2010, apesar de ser um dos projetos prioritários da gestão.

Sistematização e Difusão de Informações Ambientais. Para essa ação são previstos R$ 3.416.469, valor 126% maior do que em 2010, quando o montante foi de R$ 1.512.546. Enquanto isso, em sentido inverso, a meta dessa ação foi reduzida de 20 para 10 relatórios.

2610 - Proteção e Recuperação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais

Em relação a 2010 esse programa teve um aumento de R$ 6.645.616, passou de R$ 65.095.672 para R$ 71.741.288, valor 10,2% maior. As principais ações deste programa são as seguintes:

Implementação de Ações Voltadas para a Conservação da Biodiversidade. Para essa ação são previstos R$ 15.556.268, valor 6 % maior do que 2010, quando o montante foi de R$ 14.677.012. A meta física foi reduzida de 75.000 ha de área protegida para 10.000 ha.

Desmatamento Zero - Controle, Fiscalização e Monitoramento da Vegetação do Estado. Para essa ação, que faz parte dos projetos prioritários do governo, os recursos estão sendo reduzidos ano a ano. Para 2011 são previstos R$ 2.455.677, valor 30% menor do que para 2010, quando o montante foi de R$. 3.190.301. De 2009 para 2010 já houve redução de 92%. O produto dessa ação são relatórios de fiscalização de vegetação (unidade).

Fiscalização e Monitoramento dos Recursos Naturais. Para essa ação são previstos R$ 26.954.490 valor 70% maior do que 2010, quando o montante foi de R$ 15.874.916. No entanto, a meta foi reduzida de 97.125 para 93.000 vistorias de fiscalização.

São Paulo Amigo da Amazônia. Para essa ação, prioritária da gestão, são previstos R$ 661.701, valor 16,3 % menor do que em 2010, quando o montante foi de R$ 790.341. O produto dessa ação são bloqueios de fiscalização, que também serão reduzidos.

Promoção à Recuperação das Matas Ciliares em todo o Estado. Para essa ação, que corresponde a outro projeto prioritário, são previstos R$ 701.000, valor nove vezes menor do que 2010, quando o montante foi de R$. 6.560.000. De 2009 para 2010 havia ocorrido redução de 35%. A meta dessa ação foi reduzida de 400.000ha para 150.000ha de áreas demarcadas. Tudo indica que é mais um projeto fracassado.

2611 - Gestão dos Recursos Hídricos

Em relação a 2010 esse programa teve um aumento de cerca de 0,5%, com dotação na ordem de R$ 100 milhões. Esse programa conta as seguintes ações principais:

Suporte ao Funcionamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO. Para essa ação são previstos cerca de 55 milhões de reais, tanto em 2011 como em 2010. O produto dessa ação são contratos assinados.

Financiamento de Ações com Recursos da Cobrança pelo Uso da Água - Lei N° 12.183/05. Para essa ação são previstos R$ 45.000.000,00, tanto em 2011 como 2010. O produto dessa ação são contratos assinados.

Proteção e Gestão dos Aquíferos do Estado de São Paulo. Para essa ação, apesar de sua importância, não são previstos recursos significativos, R$ 80.000 para 2010 e R$ 136.218 para 2011. O produto dessa ação são relatórios, deliberações e resoluções elaborados.

PRINCIPAIS ÓRGÃOS DA SECRETARIA:

FUNDAÇÃO PARA CONSERVAÇÃO E PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

As principais atribuições da **Fundação Florestal do Estado de São Paulo** são a conservação, manejo e ampliação das florestas de produção e de preservação permanente, bem como o manejo da fauna nativa.

A Fundação Florestal tem previsão orçamentária para 2011 de R$ 124.879.383, valor 137% maior do que o de 2010 que foi de R$ 52.550.050.

A principal alteração que ocorreu na área de Meio Ambiente no âmbito da Fundação Florestal é:

2607 - Gestão Ambiental

Em relação a 2010 esse programa teve um aumento de R$ 74.280.582, passou de R$ 40.020.603 para R$ 114.301.185, valor 185% maior. Esse programa conta quatro ações sendo que a mudança mais importante é a seguinte:

Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica. Para essa ação são previstos R$ 76.646.676, valor seis vezes maior do que 2010, quando o montante foi de R$ 12.704.827. O produto dessa ação são unidades de conservação beneficiadas.

COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL - CETESB

As principais atribuições da CETESB são:

- Exercer, na condição de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo, o controle da qualidade do meio ambiente - água, ar e solo - em todo território estadual;
- Proceder ao licenciamento ambiental de empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, considerados potencialmente poluidores, bem como capazes de causar degradação ambiental;
- Emitir licenças relativas ao uso e ocupação do solo em áreas de proteção dos mananciais e relativas ao zoneamento industrial metropolitano;
- Autorizar a supressão de vegetação em áreas ambientalmente protegidas.

A CETESB tem previsão orçamentária para 2011 de R$ 325.223.311, valor 22% maior do que o de 2010 que foi de R$ 267.419.831.

Os recursos da CETESB são aplicados no seguinte programa:

2604 - Gestão e Controle da Qualidade Ambiental. Esse programa conta com sete ações e as que sofreram maiores modificações são as seguintes:

Suporte Técnico e Administrativo às Atividades da CETESB. Para essa ação são previstos R$ 82.522.143, valor que é quase o triplo do que em 2010, quando o montante foi de R$ 27.763.945. Por outro lado, a dotação foi reduzida 40% em 2010, comparando com 2009. O produto dessa ação são as necessidades atendidas que, aparentemente, oscilam muito de ano para ano.

Avaliação da Qualidade Ambiental. Para essa ação são previstos R$ 114.942.017, valor 43,5% maior do que 2010, quando o montante foi de R$ 80.101.403. O produto dessa ação são relatórios (unidade).

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A análise constante nesta nota diz respeito à área de Assistência Social, com ações que são desenvolvidas pelo governo do Estado em programas e ações alocados na ***Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social***. Há programas afins à área de assistência social alocados na *Casa Civil*, na *Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania*, na *Secretaria de Relações Institucionais*, analisadas em nota específica que engloba essas secretarias.

SECRETARIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL-SEADS

Cabe à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social formular e executar a política estadual relativa à criança, ao adolescente, à família e ao bem-estar social, visando conjugar esforços dos setores governamental e privado, no processo de desenvolvimento social; assessorar o Governo do Estado nos assuntos relativos à assistência social; coordenar, acompanhar e implementar planos e programas destinados ao atendimento integral e integrado à criança e ao adolescente; à execução de atividades de promoção humana; ao incentivo à ação e participação comunitária, à assistência social e

à educação de base; e promover a integração dos planos e programas de atendimento à criança, ao adolescente, à família e ao bem-estar social, em nível federal, estadual e municipal, bem como empresas públicas e privadas e organismos internacionais.

Para 2011, o orçamento da Secretaria acompanhou a variação total do orçamento do Estado. Esta é uma Secretaria que vem perdendo peso na política geral do Estado.

	2008	2009	2010	2011	Variação 2011/2010
Orçamento geral do Estado	96.873.844.780	118.206.515	125.535.696.614	140.673.564.343	11,91%
Orçamento Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social	410.006.653	428.167.926	419.176.600	472.348.265	12,68%
Proporção em relação ao Orçamento Geral	0,42%	0,36%	0,33%	0,34%	

Como se vê, a Secretaria mantém uma participação extremamente reduzida no orçamento total do Estado. Depois de vários anos, pela primeira vez o orçamento da Secretaria acompanha o crescimento do orçamento geral. Mesmo considerando-se ações e projetos afins que estão alocados em outras Secretarias, como Casa Civil, Relações Institucionais e Relações do Trabalho, a verba para a política de Assistência Social é extremamente insuficiente para as necessidades do Estado. Pela primeira vez, em quatro anos, o Fundo Estadual de Assistência Social apresenta aumento relevante. Apresenta-se abaixo a série de três anos do governo Serra e a previsão para 2011.

	2008	2009	2010	2011
Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS	352.868.028	357.025.079	346.983.690	400.536.568

A Secretaria vem investindo na parte gerencial da política, transferindo a realização dos convênios diretamente para os municípios, sem priorizar a instalação de equipamentos.

A apresentação do orçamento da Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social foi modificada, tornando formal a apresentação das metas de atendimento. Em dois programas centrais – de Atenção Social Básica e Atenção Especial – as metas são indicadas apenas com o total dos municípios do Estado; isto é, menciona-se apenas 645 municípios atendidos. O número efetivo de beneficiários não aparece. O programa Família Cidadã é formado por três ações. Em duas delas apresenta-se uma ampliação das metas de atendimento, ainda que, como se pode ver no quadro abaixo, não tenha havido ampliação orçamentária correspondente.

METAS de ATENDIMENTO	Metas 2010	Meta 2011	Recursos 2010	Recursos 2011	Variação
Renda Cidadã FAMÍLIAS ATENDIDAS	162.000	187.000	126.738.113	150.139.200	18,46%
Ação Jovem JOVENS ATENDIDOS	201.312	205.000	88.848.704	89.160.000	0,35%
Geração Trabalho e Renda BENEFICIÁRIOS	5.000	5.000	1.299.740	2.647.000	103,66%

Sem dúvida a área de programas de assistência social não é prioridade do governo estadual. Os programas são quase todos de pequena monta e com metas estacionadas.

3513-Proteção Social Básica 3514-Proteção Social Especial

No programa "Proteção Social Básica", o orçamento voltou a ser apresentado com as metas indicando apenas o número de municípios conveniados, sem apresentar o número de pessoas atendidas, o que inviabiliza uma efetiva avaliação do atendimento.

Também para o programa "Proteção Social Especial", as metas indicam apenas o número de municípios conveniados.

3516 - Família Cidadã – Ações Sociais Integradas

É no programa Família Cidadã onde se concentram os recursos da Secretaria. A meta de atendimento de 187.000 famílias na ação "5579-Renda Cidadã", representa uma pequena ampliação em relação ao número proposto em vários anos anteriores. Vem sendo mantida uma base de atendimento abaixo das necessidades do Estado e muito menor que o programa do governo federal Bolsa Família, no Estado de São Paulo. O "5604 - Ação Jovem" prevê atender 205.00 jovens, repetindo o mesmo procedimento de ampliação de metas sem ampliação de recursos nesta ação, procedimento que se repete desde 2009.

Por sua vez, o governo continua investindo no programa "Geração de Renda". Em 2010, houve uma ampliação de quase quatro vezes nas metas de atendimento, agora mantidas em 2010. Só que agora com ampliação de recursos orçamentários.

SANEAMENTO E ENERGIA

As principais atribuições da Secretaria de Saneamento e Energia - SSE são: Planejar e executar as políticas estaduais de energia e de recursos minerais; a política estadual de saneamento básico em todo o território do Estado de São Paulo; desenvolver estudos, planejamento, construção e operação de obras de infra-estrutura de recursos hídricos, bem como a operação e manutenção de estruturas hidráulicas, compreendendo drenagem, erosão urbana e controle de enchentes; executar o planejamento, a construção, a reforma, a conservação, a ampliação e a elaboração de projetos de edifícios de propriedade ou de interesse do Estado, bem como de entidades sob o seu controle; elaborar e promover o desenvolvimento e a implementação de planos e programas de apoio aos municípios do Estado nas áreas de sua atuação.

Os órgãos ligados à secretaria são: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP; Companhia Energética de São Paulo – CESP; Empresa Metropolitana de Águas e Energia – EMAE (todos Sociedade de Economia Mista) Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE e Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP (ambos autarquias)

A proposta para o orçamento geral do Estado de São Paulo em 2011 é de R$ 140.673.564.343. 11,91% maior do que em 2010 quando o orçamento foi de R$ 125.705.696.614. Compõe o orçamento geral para 2011, o orçamento fiscal (R$ 121.673.317.121), e o orçamento da seguridade social (R$ 19.000.247.222). O orçamento de investimentos das empresas representa R$10.288.327.000.

No ano de 2010, o orçamento fiscal e da seguridade social da SSE, foi de R$ 1.045.014.612 e o orçamento para investimentos das empresas foi de R$ 2.067.652.000. Considerando-se que R$ 3.000 foram destinados a subscrição de ações, concluímos que o orçamento total foi de R$ 3.112.663.612, ou 2,48% do orçamento do Estado. Se não considerarmos o orçamento das empresas, ou seja, considerando apenas o orçamento fiscal e da seguridade social, o percentual do orçamento da SSE, em 2010, foi de 0,83% em relação ao orçamento geral do Estado.

No ano de 2011, a proposta orçamentária (orçamento fiscal e da seguridade social) da SSE, é de R$ 1.171.712.165 e o orçamento para investimentos das empresas, de R$ 2.456.052.000. Considerando-se que R$ 40.003.000 foram destinados a subscrição de ações, concluímos que o orçamento total foi de R$ 3.587.761.165, ou 2,55% do orçamento do Estado. Se não considerarmos o orçamento das empresas, ou seja, considerando apenas o orçamento fiscal e da seguridade social, o percentual do orçamento da SSE, em 2011, será de 0,83% em relação ao orçamento geral do Estado. O mesmo percentual de 2010.

A variação nominal do orçamento fiscal e da seguridade social da SSE, entre 2010, e a proposta orçamentária para 2011 é de mais R$ 126.697.553 ou 12,12%. Em relação ao orçamento das empresas a variação nominal foi de mais R$ 388.400.000 ou 18,78%.

RESUMO GERAL DA SSE – EM R$1,00

ÓRGÃO SSE	*LOA 2010 (R$)*	*P. LOA 2011 (R$)*	*VARIAÇÃO NOMINAL 2010/2011 (R$)*	*VARIAÇÃO % 2010/2011*
ORÇAMENTO FISCAL	***1.045.014.612***	***1.171.712.165***	***126.697.553***	***12,12***
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	***2.067.652.000***	***2.456.052.000***	***388.400.000***	***18,78***
SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES	***(3.000)***	***(40.003.000)***	***40.000.000***	***1.333.333,33***
SECRETARIA TOTAL	***3.112.663.612***	***3.587.761.165***	***475.097.553***	***15,26***

Fonte: Lei13.916/09 (LOA 2010) e PL 711/10 (PL – LOA 2011)

O Orçamento Fiscal divide-se nas seguintes funções: encargos especiais (função 28) R$ 74.451.039; saneamento (função 17) R$ 590.610.112; gestão ambiental (função 18) R$ 441.254.954 e energia (função 25) R$65.396.060, totalizando R$ 1.171.712.165. Como se pode observar a função saneamento é a que receberá mais recursos. Energia é a função com menor peso na proposta orçamentária.

Observa-se ainda que 65,52% do orçamento fiscal e da seguridade social da Secretaria tem como fonte de recurso o Tesouro do Estado (R$ 767.675.904). As outras fontes são: vinculados estaduais (R$ 584.101 - 0,05%); vinculados federais (R$103.283.120 - 8,81%); próprios (R$ 176.645.990 -15,08%) e operações de crédito (R$ 123.623.050 -10,55%).

As despesas são: pessoal e encargos sociais (R$ 330.949.196 - 28,24%); juros e encargos da dívida (R$ 16.535.093 - 1,41%); outras despesas correntes (R$ 252.357.180 - 21,54%); investimentos (R$ 473.951.750 - 40,45%); inversões financeiras (R$ 40.003.000 - 3,41%) e amortização da dívida (R$ 57.915.946 - 4,94%).

Na divisão do orçamento o fiscal e da seguridade social da SSE a administração direta fica com R$ 337.120.206 (28,77%) e as autarquias (DAEE e ARSESP) com R$ 834.591.959

(71,23%)AUTARQUIAS - RECURSOS E FONTES EM R$ 1,00

AUTARQUIA	*RECURSOS PRÓPRIOS*	*VINCULADOS FEDERAIS*	*TESOURO DO ESTADO*	*OPERAÇÃO DE CRÉDITO*	*TOTAL*	*% EM REL. AO ORÇ. DA SSE*
DAEE	***98.480.160***	***50***	***548.246.859***	***102.600.040***	***749.328.109***	***63,95***
ARSESP	***78.065.830***	***6.180.020***		***1.018.000***	***85.263.850***	***7,28***
TOTAL	***176.545.990***	***6.180.070***	***548.246.859***	***103.618.040***	***834.591.959***	***71,23***

Fonte: Lei13.916/09 (LOA 2010) e PL 711/10 (PL – LOA 2011)

EMPRESAS - RECURSOS E FONTES EM R$ 1,00

EMPRESAS	*TESOURO DO ESTADO*	*OPERAÇÃO DE CRÉDITO*	*PRÓPRIOS*	*OUTRAS FONTES*	*TOTAL*	*% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE INVESTIMENTO*
SABESP	***1.000***	***972.576.000***	***1.005.430.000***	***0***	***1.978.007.000***	***80,52***
CESP	***1.000***	***0***	***196.574.000***	***0***	***196.575.000***	***8,00***
EMAE	***40.001.000***	***54.700.000***	***25.335.000***	***161.434.000***	***281.470.000***	***11,46***
TOTAL	***40.003.000***	***1.027.276.000***	***1.227.339.000***	***161.434.000***	***2.456.052.000***	***100***

Fonte: Lei13.916/09 (LOA 2010) e PL 711/10 (PL – LOA 2011)

O orçamento de investimentos são das empresas SABESP, EMAE e CESP e totalizam R$2.456.052.000 em 2011. São divididos da seguinte forma: SABESP R$1.978.007.000, EMAE R$ 281.470.000 e CESP R$ 196.575.000. Totalizam R$ 2.456.052.000.

PROGRAMAS DA SSE EM R$ 1,00

PROGRAMAS	*VALORES*	*% EM REL.AO ORÇ. DA SSE*
0000 - ENCARGOS GERAIS (SSE)	***74.451.039***	***6,35***
0001 - PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA (SSE)	***40.003.000***	***3,41***
0102 – OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM COMPLEMENTAÇÃO (SSE)	***83.095.043***	***7,09***
3904 – SANEAMENTO PARA TODOS (DAEE)	***49.500.000***	***4,22***
3906 – SANEAMENTO AMBIENTAL EM MANANCIAIS DE INTERESSE REGIONAL (SSE)	***103.903.040***	***8,87***
3907 - INFRAESTRUTURA HÍDRICA DE SANEAMENTO E COMBATE ÀS ENCHENTES (DAEE)	***409.850.934***	***34,98***
3913 - PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS (DAEE)	***8.800.020***	***0,75***
3921 - PROGRAMA ESTADUAL DE ENERGIA E MINERAÇÃO (SSE)	***348.040***	***0,03***
3930 - FORTALECIMENTO DAS COMPETÊNCIAS REGULADORAS DO ESTADO EM SANEAMENTO E ENERGIA (ARSESP)	***57.114.020***	***4,87***
3931 - GESTÃO ADMINISTRATIVA EM SANEAMENTO E ENERGIA (DAEE E ARSESP)	***317.042.989***	***27,06***
3932 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE SANEAMENTO (SSE)	***27.604.030***	***2,36***
4501 - COMUNICAÇÃO SOCIAL (SSE)	***10***	***0,00***
TOTAL – 12 PROGRAMAS	***1.171.712.165***	***100***

FONTE: LEI13.916/09 (LOA 2010) E PL 711/10 (PL – LOA 2011)

PRINCIPAIS PROGRAMAS NA ÁREA DE SANEAMENTO:

3904 – Saneamento para Todos

Em relação a 2010 esse programa teve um acréscimo de R$ 43.016.759 passou de R$ 6.483.241 para R$ 49.500.000 em 2011, valor 663,51% maior. A ação prevista nesse programa é: Água Limpa (nº1597) e o produto são atendimentos.

O objetivo do programa e da ação é atender técnica e financeiramente os municípios não operados pela – SABESP e que possuam população urbana até 50 mil habitantes, no combate à degradação de áreas e à contaminação das águas superficiais e subterrâneas em todo Estado de São Paulo.

Esse programa também está previsto na Secretaria da Saúde, com recursos de R$ 50.000.000,00. Mesmo valor de 2011. Naquela secretaria o programa tem como ação “Melhoria da Qualidade das Águas” (nº1936) e o produto são convênios assinados.

Considerações sobre a Ação Água Limpa

O Programa é importante já que as carências por saneamento são grandes e as cidades, sobretudo as pequenas, carecem de condições financeiras e técnicas para atender as demandas de saneamento.

221 Municípios com até de 50 mil habitantes (objetivo do programa) não são operados pela SABESP no Estado.

O PPA 2008/2011 previu o atendimento de apenas 53 Municípios. Se somarmos os atendimentos feitos em 2008 e 2009 e as metas previstas para 2010 e 2011 chega-se a 68 atendimentos. Número maior que o previsto no PPA, porém insuficiente para apoiar os municípios nas ações de saneamento.

3906 – Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional

Em relação a 2010 esse programa teve uma redução de R$ 10.787.460, passou de R$ 114.690.500, para R$ 103.903.040 valor 9,41% menor. A ação prevista nesse programa é: Recuperação e Conservação dos Mananciais do Alto Tietê (nº1599), e o produto dessa ação são intervenções realizadas.

Seu objetivo é planejar, implementar e coordenar ações integradas de melhoria, controle, proteção e recuperação da qualidade das águas dos mananciais de interesse regional. E o público alvo é a população abastecida pelas águas das áreas dos mananciais das regiões metropolitanas do estado.

Esse programa também é previsto na Secretaria de Habitação com orçamento de R$ 207.857.820. A ação prevista nesse programa naquela secretaria é: Recuperação Socioambiental da Serra do Mar. O produto esperado são 5.510 famílias atendidas.

Também tem previsão na Secretaria de Meio Ambiente com orçamento de R$ 10 (dez reais) e a ação é: Gestão Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê. O produto esperado são intervenções realizadas.

Considerações sobre a ação Recuperação e Conservação dos Mananciais do Alto Tietê

Um dos grandes desafios para gestão dos recursos hídricos é recuperar e conservar os mananciais, estratégicos para a produção de água. A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e mais especificamente o Alto Tietê, é a região que vive o maior estresse hídrico do Estado.

O PPA 2008/2011 previu a realização de 66 intervenções. As intervenções realizadas em 2008 e 2009 somam 16. As previsões para 2010 e 2011 também. O que totaliza 32 intervenções. Ou seja, 34 menos do que foi projetado pelo PPA.

Os números mostram a dificuldade ou falta de prioridade que o governo do Estado dá para uma ação que poderia significar a possibilidade de recuperação e conservação dos mananciais do Alto Tietê. É importante destacar a necessidade de se explicitar melhor, nas peças orçamentárias, quais são as intervenções que serão realizadas nos mananciais. Além disso, essas ações devem ser combinadas com as ações de habitação e uso e ocupação do solo, o que nos parece não ocorrer.

3932 – Implantação da Política Estadual de Saneamento

Em relação a 2010 esse programa teve uma redução de R$ 7.470.000, passou de R$ 35.074.030 para R$ 27.604.030, valor 21,30% menor. São várias as ações previstas nesse programa, dentre elas destacam-se as seguintes:

2080 – Saneamento Rural e de Comunidades Isoladas

Em 2010 e 2011 foram previstos apenas R$ 10 para essa ação.

Seu objetivo é a ampliação da cobertura, de acordo com as soluções técnicas disponíveis, dos índices de atendimentos em abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos nas áreas rurais e em localidades isoladas do Estado. O produto da ação são os atendimentos. Nessa ação os resultados são pífios. O PPA previu 9.875 atendimentos. Só para 2011, último ano do PPA, é que estão sendo previstos 3.750 atendimentos. Nos anos anteriores, não houve atendimento aos municípios e comunidades isoladas.

2144 – Apoio à Elaboração e Execução dos Instrumentos de Planejamento e Gestão em Saneamento

No ano de 2010 foram previstos para essa ação R$ 3.000.000 e para 2011 estão previstos R$ 5.000.000. Ou seja, valor 66,67% maior. Considerando-se que a meta e elaborar (100 planos em 2011), cada plano custará em média R$ 50.000.

O objetivo da ação é apoiar os municípios paulistas na elaboração de planos municipais de saneamento e sua integração em planos regionais, tendo como referência as unidades hidrográficas de gerenciamento de recursos hídricos.

O produto da ação: planos elaborados.

Para essa ação, o PPA 2008/2011 previu a elaboração de 645 planos, ou 1 por município do Estado. Em 2008 e 2009 nenhum plano foi elaborado. A meta para 2010 e 2011 é elaborar 126 planos, 26 e 100 respectivamente. Número bem abaixo do previsto no PPA.

2145 – Apoio aos Municípios para Ampliação e Melhoria de Sistemas de Água e Esgotos

Para essa ação são previstos R$ 10 no P.LOA 2011. Em 2010 a previsão foi de R$ 7.000.000. Portanto, praticamente zerou a ação. O produto são municípios atendidos com transferências de recursos financeiros para execução de obras/serviços de saneamento básico. O PPA previu 270 atendimentos. Em 2008 e 2009 foram feitos 32. Caso se confirmem as metas de 2010 (93) e 2011 (50) serão 66 atendimentos, resultado muito abaixo do planejado. Note-se a incoerência entre os recursos destinados (R$ 10) e a meta de se praticar 50 atendimentos em 2011.

2081 – Recuperação das Águas Paulistas

Para essa ação são previstos R$ 22.604.000, valor 10,93% menor do que em 2010 (R$ 25.074.000). O produto dessa ação são intervenções realizadas. Objetiva o apoio a projetos de saneamento básico, que contribuem para a ampliação da disponibilidade hídrica no Estado, a melhoria da qualidade das águas e o desenvolvimento institucional de prestadores de serviços nas unidades de gerenciamento de recursos hídricos com maior escassez hídrica. O Programa Reágua, que privilegia o atendimento a municípios com população socialmente mais vulnerável, inclui controle de perdas, redução do consumo, reuso de efluentes tratados, otimização de sistemas de esgotos, despoluição de córregos, capacitação técnico-operacional e sistema de informações em saneamento. A meta para 2011 é executar 50 intervenções. Em 2010 a meta foi de 93. O PPA previu, para essa ação 335 intervenções. Caso se confirmem as metas de 2010 e 2011, somadas com às intervenções realizadas em 2008 e 2009, ter-se-á um total de 155 intervenções, portanto, bem abaixo da meta do PPA.

Considerações sobre o Programa Implantação da Política Estadual de Saneamento

O principal objetivo desse programa seria apoiar os municípios em várias ações relacionadas ao saneamento e aos recursos hídricos. A execução e valorização dessas ações por parte do Governo seriam a demonstração da prática de "Política de Estado" para essa área, ou seja, as ações do Governo não se resumiriam em remeter as ações de saneamento para a SABESP, empresa que é apenas operadora dos serviços e que só age nos municípios operados por ela.

No entanto, quando analisamos os números, constatamos um profundo descaso do Governo de Estado com os municípios paulistas e a falta de coordenação entre o que se planeja e o que se executa. Ressalte-se ainda que ações importantes do programa foram retiradas do orçamento, como por exemplo, coleta e disposição final dos resíduos sólidos.

3907 – Infra-Estrutura Hídrica de Saneamento e Combate às Enchentes

Em relação a 2010 esse programa teve um aumento de R$ 209.190.251 passou de R$ 200.660.683, para R$ 409.850.934, valor 104,25% maior. São várias as ações previstas nesse programa, dentre elas destacam-se as seguintes:

1573 – Implantação de Reservatórios de Retenção – Piscinões

Para essa ação estão previstos no P.LOA 2011 R$ 81.000.020, valor 80,72% maior do que em 2010 (R$ 44.820.000). O produto dessa ação são 4 reservatórios concluídos. Nesse caso, houve aumento de 1 piscinão em relação a 2010, que previu a construção 3 piscinões.

4029 – Preservação e Conservação de Várzeas

Para essa ação estão previstos R$ 12.882.068. Valor 62,99% maior que em 2010, quando o valor foi R$ 7.903.671. O produto dessa ação são 10 intervenções a serem realizadas em 2011. Objetiva-se a preservação, conservação e manutenção de várzeas e parques destinados à prevenção e controle de enchentes. O PPA previu 40 intervenções. Em 2008 e 2009 foram realizadas 22

intervenções. Caso se confirmem as metas para 2010 (10) e 2011 (12), serão 44 intervenções, número acima do previsto no PPA.

4030 – Limpeza e Conservação de Canais e Corpos D'água

Para essa ação estão previstos R$1.568.776 mesmo valor de 2010. O produto é volume de material retirado. Essa ação tem como meta a execução de serviços de limpeza, desassoreamento, proteção e reconstituição dos taludes, proteção e revestimento das margens dos corpos d'água, objetivando conservar e restabelecer a capacidade de suas vazões.

O PPA previu a retirada de 10.000.000 m³ de material. No ano de 2008 foram retirados 660.904 m³ e no ano de 2009, 709.735 m³, portanto 1.370.639 m³. Como o orçamento de 2010 previu a retirada de 2.450.000 m³ e o P.LOA 2011 prevê 1.500.000 m³, chegaríamos a um volume total de 5.320.639 m³. Volume menor do que o previsto no PPA.

Note-se que, com o mesmo valor previsto no orçamento de 2010, prevê-se, em 2011 uma retirada de volume 38,78% menor do que naquele ano.

1021 – Serviços e Obras Complementares na Bacia do Alto Tietê

Para essa ação estão previstos R$ 120.000.070 valor 119,95% maior do que 2010, quando o valor foi de R$ 54.557.227. Espera-se a execução de estudos, projetos e serviços, incluindo o gerenciamento geral de obras de interligações, canalizações, retificações de rios e córregos, travessias quando relacionadas à melhoria das condições de escoamento de canais e corpos d'água da Região Metropolitana de São Paulo.

O produto dessa ação, para 2011, serão 21 intervenções realizadas. O PPA previu a realização de 33 intervenções. Em 2008 e 2009, foram 15 intervenções, 8 e 7 respectivamente. Caso se concretizem as ações previstas para 2010 e 2011, a soma das intervenções será de 40. Número acima do previsto no PPA.

1596 – Atendimento aos Municípios

Para essa ação estão previstos R$ 20.300.000, valor 1,86% maior do que 2010 (R$ 19.929.999). Produto dessa ação: atendimentos realizados.

O atendimento aos Municípios se dará através da realização direta ou mediante contratação de terceiros, ou ainda por meio de convênios, de estudos, projetos, serviços e obras de infra-estrutura nas áreas de recursos hídricos, saneamento e energia supletiva, envolvendo poços profundos, regularização e canalização de cursos d'água, travessias, limpeza e desassoreamento de rios e córregos e galerias de águas pluviais.

O PPA previu o atendimento de 150 municípios. Entre 2008 e 2009, 87 municípios foram atendidos. Caso as metas de 2010 (45) e 2011 (45) se confirmem, serão 177 atendimentos, o que ultrapassaria a previsão do PPA.

Novamente nessa ação observa-se o pouco empenho do Governo do Estado em apoiar as ações de saneamento básico nos municípios. Principalmente, em relação ao número de municípios a serem atendidos.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP

Os objetivos da SABESP são:

Planejar, executar e operar os serviços de saneamento básico em todo o território do Estado de São Paulo, respeitada a autonomia dos municípios, no Brasil e no Exterior.

Base legal:

A constituição da SABESP foi autorizada pela Lei nº 119, de 29/06/1973, como uma sociedade por ações, visando atender as diretrizes do Plano Nacional de Saneamento - PLANASA, pela fusão entre a Companhia Metropolitana de Água de São Paulo - COMASP e a Companhia Metropolitana de Saneamento de São Paulo - SANESP.

A Lei nº 12.292, de 02/03/2006 altera a Lei nº 119 de 29/06/1973, acrescentando que a SABESP poderá prestar serviços de saneamento básico no Brasil e no exterior, participar de empresas públicas ou de sociedades de economia mista nacionais, das quais o Poder Público direta ou indiretamente seja acionista ou cotista.

A Lei Complementar nº 1.025, de 07/12/2007, que transforma a Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE em Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, dispõe sobre os serviços públicos de saneamento básico e de gás canalizado no Estado e dá outras providências, além de apresentar nova redação ao Artigo 1º em seus parágrafos 5º, 7º e 8º da Lei Estadual nº 119, de 29 de junho de 1973, alterada pela Lei nº 12.292, de 2 de março de 2006.

Vinculação:

A Lei nº 8.275, de 29/03/1993, vinculou a SABESP à Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamentos e Obras, cuja denominação foi alterada para Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento, pela Lei nº 11.364, de 28/03/2003 que por sua vez foi modificada para Secretaria de Saneamento e Energia, através do Decreto nº 51.460, de 01/01/2007.

A SABESP tem um orçamento para 2011 de R$ 1.978.007.000. Valor 6,29% maior que em 2010, quando o orçamento foi de R$ 1.860.909.000. A origem dos recursos para 2011 é: R$ 1.000 recursos do tesouro do Estado, R$ 1.005.430.000 recursos próprios e R$ 972.576.000 recursos de operação de crédito. Esse recurso será investido no seguinte programa:

3933 - Universalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Urbano

Todo o recurso da SABESP será investido nesse programa que teve um aumento de R$ 117.098.000.

As ações previstas nesse programa são:

1602 – Abastecimento de água

Para essa ação estão previstos R$ 604.000.000, valor 19,01% menor (R$141.778.000) que 2010, quando o valor foi de R$ 745.778.000. O produto dessa ação são ligações adicionais. O PPA previu a realização de 671.300 ligações. Em 2008 e 2009 foram realizadas apenas 390.391 ligações. Caso se cumpram as metas de 2010 (157.674 ligações) e 2011 (143.520 ligações), teremos 691.585 ligações, portanto, número um pouco acima do previsto no PPA.

1603 – Tratamento dos esgotos coletados

Para essa ação estão previstos R$ 240.956.000, valor 54,29% maior (R$ 84.781.000) que 2010, quando o valor foi de R$156.175.000. O produto dessa ação é o tratamento dos esgotos coletados (%). Objetiva-se a ampliação do volume dos esgotos tratados.O PPA previu que ao final do período (2008/2011), o Estado teria 81,8% de tratamento dos esgotos coletados. Em 2008 o tratamento dos esgotos coletados atingiu 72,4%, em 2009, 73,5% em 2010 a meta é atingir 78% e em 2011, 79,5%. Ou seja, as metas previstas no PPA não serão atingidas, mesmo que cumpram as metas orçamentárias.

2147 – Coleta de esgotos

Para essa ação estão previstos R$ 282.373.000, valor 19,59% maior (R$ 46.249.000) que 2010, quando o valor foi de R$236.124.000. O produto dessa ação são ligações adicionais. O PPA previu que ao final do período (2008/2011), teriam sido realizadas 868.800 ligações adicionais. Em 2008 foram realiza das 154.731 ligações, em 2009, 184.070, em 2010 a meta é atingir 224.898 e em 2011,168.760. Caso todas as metas sejam atingidas chegaremos a 732.459 ligações.Ou seja, as metas previstas no PPA não serão atingidas.

2148 – Córrego limpo

Para essa ação estão previstos R$ 4.429.000, valor 96,51% menor (R$ 122.376.000) que 2010, quando o valor foi de R$126.805.000. O produto dessa ação são córregos despoluídos. O PPA previu 42 ações. Em 2008 e 2009, 32 córregos foram despoluídos. Em 2010, não houve córregos despoluídos e em 2011 a previsão é de despoluição de 50 córregos. Caso a meta de 2011 se concretize, a meta do PPA terá sido cumprida.

2149 – Projeto Tietê – 3ª etapa

Para essa ação estão previstos R$ 521.528.000, valor 173,75% maior (R$ 331.018.000) que em 2010, quando o valor foi de R$ 190.510.000. O produto dessa ação é o tratamento dos esgotos coletados (%) e pretende-se o desenvolvimento de ações para a continuidade do processo de recuperação ambiental do Rio Tietê no trecho metropolitano. O PPA previu que ao final do período (2008/2011) o Projeto Tietê contaria com 78% dos esgotos tratados nos limites do projeto. Não consta execução entre 2008 e 2009. O ano de 2010 não tem previsão de execução, e a meta para 2011 é que se tenha acumulado 73,6%. Portanto, valor menor que a meta estabelecida no PPA.

2150 – Saneamento Ambiental da Baixada Santista

Para essa ação estão previstos R$ 324.021.000, valor 20,01% menor (R$ 81.496.000) que 2010, quando o valor foi de R$ 405.517.000. O produto dessa ação, também é o tratamento dos esgotos coletados (%). O Objetivo é o Desenvolvimento de ações para recuperação ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista como forma de garantir a melhoria das condições de vida da população fixa e flutuante. O PPA previu 100% de esgoto tratado. Não consta execução entre 2008 e 2009. O ano de 2010 não tem previsão de execução, e a meta para 2011 é ter 100% de esgoto tratado.

ÁREA DE ENERGIA

As ações do Governo do Estado de São Paulo relativas ao setor energético estão sob responsabilidade da Secretaria de Saneamento e Energia, das empresas a ela vinculadas, Companhia Energética do Estado de São Paulo – CESP e a EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. e da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP.

3921 – Programa Estadual de Energia e Mineração

O PPA 2008/2011 previu nove (9) ações para esse programa. Em 2008 estas ações foram mantidas. Em 2009 e 2010 foram previstas somente cinco (5) ações e para 2011 restaram quatro (4) na proposta orçamentária. O orçamento de 2010 previu para esse programa R$ 2.183.040. Em 2011 a proposta orçamentária prevê R$ 343.040. Valor 84,06% menor.

As ações que serão analisadas nessa nota são:

5858 – Incentivo ao uso de fontes energéticas

Para essa ação estão previstos R$ 10. Em 2010 foram R$ 1.835.000, ou seja, praticamente retirou-se os recursos da ação. O produto dessa ação são publicações. Prevê-se a promoção da diversificação energética do Estado, visando ao aumento da participação de fontes alternativas, biocombustíveis, biomassa, gás natural, potencial hidráulico e outras formas de energia. Esta ação acompanha também o desenvolvimento tecnológico de processos e tipos de geração, transformação e uso energético. O PPA previu 32 publicações para o período 2008/2011. Em 2008, 2009 e 2010 não houve publicações. Em 2010 a meta são sete (7) publicações e 2011 não há previsão. Portanto, a meta prevista no PPA não se realizará.

2139 – Universalização do Atendimento no Meio Rural

Para essa ação estão previstos os mesmos R$ 10 de 2010. O produto dessa ação são novas ligações. Prevê-se com a ação, a promoção do pleno atendimento dos serviços públicos de eletricidade no meio rural paulista, bem como a inclusão social das comunidades rurais e isoladas. O PPA previu 10.000 novas ligações. Apesar de constar do PPA, não foram previstas metas nos orçamentos de 2008, 2009, 2010 e 2011. Portanto, a meta prevista no PPA não se realizará.

5403 – Sistema de Informações Energéticas e Minerarias

Para essa ação estão previstos R$ 288.020 mesmo valor de 2010. O produto dessa ação são sistemas implantados. Em 2011 a previsão é ter 25% dos sistemas implantado, mesmo percentual de 2010. Objetiva-se com a ação o desenvolvimento e implantação do sistema estadual de informações para o setor.

O PPA previu 100% de sistemas implantados ao final do período do PPA. Em 2008 e 2009 não houve implantação de sistemas e para 2010 e 2011 são previstos 25% a cada ano. Portanto, a meta prevista no PPA não se realizará, já que apenas 50% dos sistemas terão sido implantados.

5859 – Planejamento e Informações Energéticas para a Política Estadual de Energia

Para essa ação estão previstos R$ 60.000, mesmo valor de 2010. O produto dessa ação são relatórios. Em 2011 a previsão é ter dezesseis (16) relatórios. Em 2010 foram quatorze (14) relatórios previstos. Objetiva-se com essa ação a evolução da matriz energética considerando a participação de todos os segmentos representativos da sociedade paulista em harmonia com as demais políticas públicas e articuladas com os diversos níveis da administração, sistematizando na Secretaria de Saneamento e Energia procedimentos de elaboração. Esta ação inclui também o monitoramento da oferta de energia. O PPA previu 64 relatórios ao final do período do PPA. Em 2008 e 2009 foram produzidos 30 relatórios (14 e 16, respectivamente) e para 2010 e 2011 são previstos também 14 e 16 relatórios. Portanto, a meta prevista no PPA não se realizará, já que faltaram 4 relatórios.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CESP

A CESP tem um orçamento previsto para 2011 de R$ 196.575.000, desse total, R$ 1.000 é relativo à subscrição de ações. Em 2010 o orçamento foi de R$ 160.504.000. Aumento de 22,47%. A CESP pretende executar um único programa: Sistema de Geração de Energia Elétrica (nº 3925) cuja única ação é: Manutenção do Funcionamento das suas Unidades Geradoras de Energia Elétrica (nº 1618), cujo produto é: índice de indisponibilidade. A meta é que esse índice fique em 7,1% em 2011. Pretende-se com isso garantir o pleno funcionamento das unidades geradoras, contribuindo para a otimização de todo o sistema de geração de energia elétrica pela CESP.

O PPA 2008/2011 previu um programa e quatro ações para a CESP. Já no orçamento de 2008 as ações foram reduzidas a duas e em 2011 restou uma única ação.

EMAE – EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A.

A EMAE tem um orçamento proposto para 2011 de R$ 281.470.000, desse total, R$ 40.001.000 é relativo à subscrição de ações. Em 2010 o orçamento foi de R$ 46.239.000. Aumento de 508,73%. A EMAE pretende executar um único programa: Sistema de Geração de Energia Elétrica (nº 3925). As ações são:

Ampliação da Capacidade Instalada (nº 2140) - O objetivo dessa ação é a Motorização de estruturas e/ou implantação de novas unidades geradoras pela EMAE, cujo produto é a geração de energia adicional;

Manutenção do Funcionamento das suas Unidades Geradoras de Energia Elétrica (nº2263), cujo produto é: índice de indisponibilidade. A meta é que esse índice fique em 7,4 % em 2011. Pretende-se com isso garantir o pleno funcionamento das unidades geradoras, contribuindo para a otimização de todo o sistema de geração de energia elétrica pela EMAE.

AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ARSESP

A ARSESP, Agência Reguladora de Saneamento e Energia, é uma entidade autárquica, vinculada à Secretaria de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, criada pela Lei Complementar 1.025, de 07/12/2007, regulamentada pelo Decreto 52.455, de 07/12/2007, para regular, controlar e fiscalizar, no âmbito do Estado, os serviços de gás canalizado e, preservadas as competências e prerrogativas municipais, de saneamento básico de titularidade estadual.

O orçamento proposto para a ARSESP em 2011 é de R4 85.263.850, valor 19,77% maior do que o aprovado em 2010.

Programas da ARSESP:

3930 - Fortalecimento das Competências Reguladoras do Estado em Saneamento.

Em relação a 2010 esse programa teve um aumento de R$ 11.531.085, passou de R$ 45.582.935 para R$ 57.114.020, valor 25,30% maior.

3931 - Gestão Administrativa em Saneamento e Energia

Em relação a 2010 esse programa teve um aumento de R$ 2.543.955, passou de R$ 25.605.875 para R$ 28.149.830, valor 9,84% maior.

ESPORTE

O Governo do Estado de São Paulo continua colocando o Esporte e o Lazer como atividade supérflua, demonstrando que a importância do Esporte se restringe a organizar e oferecer competições. Falta ao governo políticas sociais através do Esporte e do Lazer visando à saúde e ao lazer do trabalhador, para o pleno exercício de sua cidadania.

Os benefícios alardeados do Esporte ficam apenas no discurso. A bem da verdade, não tem sequer quadros para gerenciar a estrutura esportiva do Estado. A Secretaria sempre foi usada como moeda de troca. Na administração do ex-governador Geraldo Alckmin ficou com o PFL (demo) e na administração Serra passou para o PTB.

Com certeza, durante a administração tucana a maioria da população ainda não experimentou os benefícios da atividade esportiva. Primeiro, porque o Esporte permaneceu fechado à participação de muitos, restringindo a sua prática aos mais abastados financeiramente e às entidades apadrinhadas do Governo. Segundo, o Esporte foi oferecido à população por meio do espetáculo televisivo, no qual os verdadeiros beneficiários são os atletas e os seus patrocinadores.

Na mídia, mantém-se a idéia e a sensação de que o Esporte é uma coisa maravilhosa e realmente é, mas para aqueles que o praticam. Na teoria, todos são unânimes quanto à importância do Esporte na vida dos cidadãos. Na prática, o Governo do Estado tem usado o Esporte como massa de manobra e de projeção política, apesar dos investimentos exíguos e das migalhas que compõem o orçamento da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo.

Infelizmente, a política neoliberal do Governo do Estado não vem contemplando o Esporte como fenômeno social, deixando de atender às necessidades da população, de contribuir para a melhoria da qualidade de vida e de ser eficiente no processo educacional.

Hoje, o Esporte deixa de ser um fim em si mesmo e se apresenta como um recurso indispensável para alicerçar as políticas públicas voltadas para a educação, a saúde, a cultura, o meio ambiente e a segurança pública.

As ações da Secretaria têm se caracterizado por benesses assistencialistas, terceirização dos eventos esportivos e investimento no Esporte competição, voltado para o alto rendimento. O desconhecimento da importância do Esporte e do Lazer por parte dos dirigentes do Estado vem perpetuando a idéia de que é uma forma de espetáculo que se volta para a minoria e não de educação, qualidade de vida, cidadania, que envolve a participação popular.

A única ação da Secretaria que apresenta um significado social e atende aos municípios do Estado, o Esporte Social, teve o seu orçamento reduzido em 50% em relação a 2010.

O orçamento para 2011 projeta o valor de R$ 179.583.567,00 e corresponde exatamente à negação de todos os valores e benefícios do Esporte mencionados e à falta de política pública para o desenvolvimento do turismo no Estado de São Paulo. Apesar de o valor corresponder a 35% a mais do que o orçamento de 2010, na prática, o Esporte continuará sendo artigo supérfluo, pois mesmo o orçamento do Estado atingindo os R$ 149.7 bilhões, o orçamento de Esporte, Lazer e Turismo permanece na proporção de 0, 12% do orçamento geral (longe de 1%).

Convém lembrar que desse orçamento, R$ 86.517.784,00 correspondem à administração geral da Secretaria, as ações de turismo compreendem R$12.740.30,00, os Jogos Regionais e os Jogos Abertos do Interior têm uma verba de R$ 20.760.214,00 (sendo 100% verbas federais). Esses valores somados correspondem a R$120.018.290,00. Isso significa que restam apenas R$ 59.5655.270,00 do orçamento.

Desse valor, R$ 30 milhões correspondem a investimentos em reforma, modernização e construção de equipamentos esportivos, lazer e turismo. A saber, depois de dez anos de promessas para a reforma do Complexo Esportivo Constâncio Vaz Guimarães (Ginásio do Ibirapuera), que constava do projeto empreendedor do Alckmin, agora vai acontecer, a um custo de R$ 23 milhões (como parte dos R$ 30 milhões para reformas e construções).

Portanto, sobram apenas R$ 29.565.270,00 para atender 645 municípios do Estado de São Paulo. Justamente nos municípios, onde ocorre a formação do cidadão, onde surgem os atletas de rendimento e onde o Esporte exerce a sua plenitude como instrumento de inclusão social, não há verba e, conseqüentemente, política pública para o Esporte e o Lazer.

Por falar em contribuição federal, neste orçamento as verbas federais vinculadas correspondem a 20% do orçamento da Secretaria, ou seja, R$ 34.755.070,00 milhões, (R$ 6 milhões correspondes ao Fundo Especial de Despesa e o restante ao tesouro do Estado). As verbas federais se equiparam ao

aumento do orçamento da Secretaria em relação a 2010. É lamentável, mas essa é a situação do Esporte, Lazer e Turismo no Estado de São Paulo.

E, para concluir, o Governo Serra nos primeiros dias de sua administração, nocauteou o Esporte ao vetar o Projeto de Lei de iniciativa do Deputado Vicente Cândido do PT, aprovado pela Assembléia Legislativa, que criava o Fundo Estadual de Esporte e acrescentava ao orçamento da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo, nada menos do que R$ 140 milhões.

Quando a administração Serra extinguiu a Secretaria de Turismo, algumas ações de menor expressão foram incorporadas à Secretaria de Esporte. No entanto, a principal ação o "Fundo de Melhoria das Estâncias" que envolve quase o dobro do orçamento da Secretaria de Esporte e Lazer e prevê a distribuição de verbas para os 67 Municípios Estâncias do Estado de São Paulo, foi para a Secretaria de Economia e Planejamento. O Governo aprovou a criação da CPETUR – Companhia Paulista de Turismo e Evento que, em princípio, deveria ser incorporada à Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo. Como essa agência deve movimentar recursos vultosos e se encontra nas mãos de outro partido político, o Governo do Estado providenciou a sua transferência para a Secretaria de Economia e Planejamento, onde se concentram os maiores recursos para o turismo.

Na realidade, o Governo do Estado faz política com o turismo, mas não tem uma política para o desenvolvimento do turismo.

A Lei nº 7.862/92 que disciplina a transferência de recursos para as Estâncias Turísticas, sequer é cumprida. Essa Lei, na alínea “a” do seu artigo 5º, dispõe que 50% do total do orçamento anual devem ser distribuídos de forma igualitária, entre todas as Estâncias.

Na prática, o DADE (Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias) usa os 100% do Fundo para controlar todas as Estâncias, de forma assistencialista, através de assinaturas de convênios.

O Governo do Estado sempre dificultou o repasse dos valores do orçamento para os Municípios Estâncias. Como exemplo, em relação ao orçamento de 2009, há um débito de R$ 80 milhões, consoante os dados do SIGEO. Com relação ao orçamento de 2010 no valor de R$ 205 milhões, até o mês de outubro foram pagos aos Municípios Estâncias apenas R$ 18.900.000,00.

A impressão que se tem, é que as metas do Projeto de Lei Orçamentária da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo continuam sendo uma peça simbólica, já que a falta de investimentos nessa área é o retrato da ausência de política social na administração tucana.

A seguir, comentários sobre os programas e ações da Secretaria, que poderão servir de parâmetro para a elaboração de emendas a LOA de 2011.

Programa 4109 - São Paulo: Do Lazer e do Esporte Total: R$ 49.381.329,00
(R$ 40.452.270,00 em 2010) = aumento de R$ 8.929.059,00
Ação 4110 – Atividade na Melhor Idade

Realização de projetos e eventos voltados para pessoas acima de 60 anos,por meio de apoio a entidades e prefeituras, buscando fomentar a prática esportiva e de lazer, bem como incentivar a prática de esporte para atletas veteranos, tais como, Jogos Regionais do Idoso (JORI), Final Estadual e Jogos Estaduais do Idoso JEI), eventos realizados em parceria com o Fundo Social de Solidariedade de São Paulo. O PPA projetou a meta de 180.000 atendimentos. Os quatro anos deverão atender a meta

de 100.059 pessoas. Assim, a meta do PPA deixará de atender 79.941 pessoas. Essa ação apresentou no orçamento de 2010 a meta de atendimento de 25.000 pessoas a um custo de R$ 1.178.400,00. A proposta orçamentária para 2011 projeta o valor de R$ 1.365.000,00 para atender as mesmas 25.000 pessoas. Em relação a 2010 houve um aumento de R$186.000,00.

Ação 5117 – Esporte e Lazer para pessoas portadoras de deficiência

Celebração de convênio com entidades e prefeituras visando o desenvolvimento de programas e eventos esportivos e de lazer especificamente voltados a atletas e pessoas portadoras de deficiência ou com necessidades especiais. Em 2010 apresentou a dotação de R$ 840.000,00 para atender 3.700 pessoas. A proposta orçamentária de 2011 projeta o valor de R$ 1.131.000,00 para atender 3.700 pessoas portadoras de deficiência. Houve um aumento de R$ 291.000,00 em relação a 2010. No entanto, essa ação tem verbas federais vinculadas no valor de R$ 300.000,00.

Ação 5139 – Jogos com Identidade Cultural

Realização de projetos e eventos voltados para a modalidade denominada "identidade cultural paulista", (jogos indígenas) e modalidades não olímpicas (campeonatos de truco, malha, bocha, damas e outros). O PPA projetou a meta de atendimento de 24.000 pessoas. Nos quatro anos, o PPA poderá cumprir a meta de 7.750 atendimentos. Isso significa que a meta do PPA deixará de ser cumprida no atendimento de 16.250 pessoas. Em 2010 essa ação foi orçada em R$ 332.000,00 para atender 2.000 pessoas. A proposta orçamentária de 2011 projeta o valor de R$ 224.400,00 com a meta de atender as mesmas 2.000 pessoas. Houve uma diminuição de R$ 107.600,00 em relação a 2010.

Ação 5124 – Vida melhor com Lazer e Esporte

Realização de eventos para a população na área do Esporte e Lazer, de âmbito municipal, regional e estadual tais como, parceria visando ações de iniciação esportiva; escolinha de esportes, "Virada Esportiva"; "Noite Esportiva" realizada no Parque da Juventude, Constâncio Vaz Guimarães e Baby Barioni; implantação de pólos de iniciação esportiva no interior em diversas modalidades esportivas, que poderão formar atletas com talento para serem encaminhados aos pólos de excelência, promovendo qualidade de vida e intercâmbio social. O PPA projetou a meta de realização de 92 eventos. Os quatro anos poderão atingir a meta de 78 eventos realizados. Isso significa o descumprimento da meta em 14 eventos. O orçamento de 2010 apresentou a dotação de R$ 3.988.800,00 para a realização de 11 eventos. A proposta orçamentária de 2011 projeta o valor de R$ 3.594.065,00 para a mesma meta de 11 eventos realizados. Em relação a 2010 houve uma diminuição de R$ 394.735,00.

Ação 5131 – Campeonatos Regionais e Estaduais de Esportes

Realização de competições em fases municipais, regionais, estaduais e nacional de eventos tradicionais, destacando os Jogos Regionais, os Jogos Abertos do Interior e a Olimpíada Colegial.

É preciso assinalar que 100% dessa ação têm verbas federais vinculadas (em 2010 era de 96%). O PPA projetou a meta de seleção de 1.848.000 atletas. Os quatro anos projetam o atendimento de 1.734.500 atletas. Logo, o PPA deixará de ter a meta cumprida no atendimento de 113.500 atletas . Em 2010 a dotação foi de R$ 18.705.185,00 com a seleção de 462.000 atletas. A proposta orçamentária de 2011 projeta o valor de R$ 20.760.214,00 para a seleção de 300.000 atletas. Há uma diminuição na meta de 162.000 atletas e aumento no valor de R$ 2.055.029,00.

Ação 5132 – Capacitação em Esporte e Lazer

Capacitação, aperfeiçoamento e formação de agentes públicos na área de esporte e lazer; realização de cursos de recreação comunitária, fóruns regionais nas diversas regiões administrativas e congressos estaduais de esporte e lazer. No orçamento de 2010 a dotação foi de R$ 728.000,00 para a capacitação de 1.500 agentes públicos. A proposta orçamentária de 2011 projeta o valor de R$ 721.000,00 para capacitação de 1.500 agentes públicos. Foi mantida a meta em relação a 2010 e a diminuição do valor em R$ 7.620,00. No entanto, essa ação tem verbas federais vinculadas no valor de R$ 500.000,00.

Ação 5115 – Campanhas e captação de eventos esportivos para São Paulo

Atuação na captação de eventos internacionais, nacionais e estaduais a serem realizados no âmbito do Estado de São Paulo, bem como apoio à captação de eventos de relevância por meio de convênios a serem firmados com entidades esportivas e prefeituras municipais. O PPA projetou a meta de captação de 200 eventos. Os quatro anos projetam a meta de captação de 191 eventos. A meta do PPA deixará de ser cumprida em 9 eventos. O orçamento de 2010 apresentou o valor de R$ 5.907.396,00 para a captação de 51 eventos. A proposta orçamentária de 2011 projeta o valor de R$ 7.900.856,00 para a captação de 20 eventos. A meta foi diminuída em 31 eventos e o valor aumentado em R$ 1.993.460,00. Convém ressaltar que essa ação tem verbas federais vinculadas no valor de R$ 4.143.856,00.

Ação 5116 – Centro de Excelência Esportiva do Estado de São Paulo

Atendimento a atletas que possuem talento, oferecendo treinamento nos centros de excelência esportiva, tanto no Ginásio do Ibirapuera como nos pólos do interior (Piracicaba, Presidente Prudente, Bastos e Bauru), proporcionando a oportunidade de participação em competições estaduais, nacionais e internacionais, inclusive com a concessão de apoio financeiro pelo "Programa Bolsa Talento Esportivo", instituído pela Lei nº 13.556, de 9 de junho de 2009. Em 2010 o orçamento teve a dotação de R$ 9.071.869,00 para a implantação de 6 pólos. A proposta orçamentária de 2011 projeta o valor de R$ 13.684.794,00 para a implantação de 6 pólos. Houve um aumento de R$ 4.612.925,00 em relação a 2010. Convém ressaltar que essa ação tem verbas federais vinculadas no valor de R$ 8.300.000,00.

Programa 4110 – Ampliação do Acesso à Prática do Esporte, Lazer e Turismo: R$ 31.344.551,00 (R$ 8. 169.137,00 em 2010) = aumento de R$ 23.175.414,00

Ação 1040 – Reforma, modernização e construção de Equipamentos Esportivos, Lazer e Turismo

Apoio financeiro a municípios e entidades, mediante celebração de convênios para realização de obras de modernização, reformas e ampliação de instalações e construção de equipamentos de esporte, lazer e turismo. O PPA projetou a meta de 2.000 obras e reformas. Nos quatro anos, o PPA poderá atingir a meta de 250 obras e reformas. Isso leva à conclusão de que a meta do PPA deixará de ser cumprida com 1.750 obras e reformas. O orçamento de 2010 teve a dotação de R$ 7.000.000,00,00 com a meta de 100 obras, enquanto a proposta orçamentária de 2011 apresenta o valor de R$ 30.000.000,00 com a meta de 80 obras, reformas e ampliações realizadas. Houve a diminuição de 20 unidades na meta e o aumento no valor de R$ 23.000.000,00. Essa ação apresenta investimento de R$ 30.000.000,00.

Ação 4072 – Sustentabilidade para a prática do Esporte e Lazer

Aquisição e distribuição de materiais esportivos e de lazer, inclusive de premiações promovidas pela Pasta; aquisição de matéria-prima para produção de materiais esportivos por internos do sistema penitenciário e por integrantes de comunidade em situação de risco e exclusão social para serem doados posteriormente às prefeituras, órgãos públicos e entidades que realizam trabalhos sociais e filantrópicos. O orçamento de 2010 apresentou a dotação de R$ 1.169.137,00 para 15.000 materiais e equipamentos esportivos e de lazer produzidos/adquiridos. A proposta orçamentária de 2011 projeta o valor de R$ 1.344.551,00 para a meta de 15.500 materiais e equipamentos esportivos e de lazer produzidos/adquiridos. Houve um aumento na meta em 500 materiais e no valor em R$ 175.414,00. Convém ressaltar que essa ação tem verbas federais vinculadas no valor de R$ 476.000,00.

Programa 4407 – Fortalecimento da Gestão com Tecnologia, Informação e Inovação:
R$ 10.000 (R$ 56.000,00 em 2010) = diminuição de R$ 46.000,00

Ação 5892 – Gerenciamento de Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação

Realização da manutenção dos equipamentos, redes e serviços informatizados da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo. Essa ação teve a dotação em 2010 no valor de R$ 56.000,00 para 95 recursos de Tic em funcionamento. A proposta orçamentária de 2011 projeta o valor de R$ 10.000,00 para os mesmos 95 recursos de Tic em funcionamento. Houve uma diminuição de R$ 46.000,00.

Programa 4107 – Gerenciamento Administrativo da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo: R$ 83.764.416,00 (R$ 65. 722.550,00 em 2010) = aumento de R$ 18.041.866,00

Ação 5482 – Manutenção e Melhorias em Bens Imóveis

Manutenção, conservação e melhorias em bens imóveis e execução de reformas, melhorias e adaptações nas instalações do prédio sede da Secretaria e dos próprios por ela administrados: conjunto Baby Barioni; Constâncio Vaz Guimarães-Ibirapuera; Vila Olímpica "Mário Covas"; CERECAMP; Parque da Juventude; Centros Sociais Urbanos (Rio Grande da Serra, Catanduva, Bauru e Presidente Prudente); delegacias e inspetorias, entre outros, atendendo às normas e à legislação de segurança que garantam a utilização segura do público freqüentador. Essa ação teve a dotação em 2010 no valor de R$ 11.890.00,00 para a meta de 5 imóveis. A proposta orçamentária projeta o valor de R$ 22.2774.147,00 para o atendimento de 5 imóveis. Em relação a 2010 há um aumento de R$ 10.384.426,00, para a mesma meta.

Ação 5854 - Gestão de Infra-Estrutura e Suprimentos

Gerenciamento das atividades da Pasta de forma que possa dar suporte e condições de manter adequadamente a funcionabilidade das unidades administradas, especificamente os conjuntos desportivos Baby Barioni e Constâncio Vaz Guimarães-Ibirapuera; Vila Olímpica "Mário Covas"; CERECAMP; Parque da Juventude; Centros Sociais Urbanos, bem como as delegacias e inspetorias, entre outros, dando segurança ao público freqüentador desses locais. Essa ação em 2010 teve a dotação no valor R$ 53.831.829,00 para atender 76 unidades. A proposta orçamentária para 2011 projeta o valor de R$ 61.490.269,00 para atender a mesma meta de 77 unidades. Houve um aumento de R$ 7.658.440,00 e uma unidade na meta.

Programa 4106- Fazendo a Diferença: R$ 2.343.231,00 (R$ 2.641.024,00 em 2010) = diminuição de R$ 297.793,00

Ação 5123 – Esporte Social

Promoção da prática esportiva e de lazer nas mais diversas modalidades, efetivada na criação de núcleos, onde crianças e adolescentes, na faixa etária de 7 a 18 anos incompletos, pessoas idosas e pessoas com necessidades especiais, de baixa renda, expostos à vulnerabilidade social ou excluídos socialmente serão atendidas pelos projetos de inclusão social – Projeto Esporte Social (desportos terrestres: voleibol, basquetebol, futsal, futebol etc.) e Projeto Navega (desportos náuticos: vela, remo, canoagem etc.). O PPA projetou a meta de atendimento de 120.000 pessoas. A meta do orçamento de 2008 e 2009 e as projeções de 2010 e 2011 projetam o atendimento de 38.620 pessoas. Logo, o PPA deixará de ser cumprido no atendimento de 81.380 pessoas, nessa ação que era considerada prioritária pelo Governo do Estado. O orçamento de 2010 apresentou o valor de R$ 5.133.024,00 para atender 10.000 pessoas. A proposta orçamentária projeta o valor de R$ 2.343.230,00 para atender 2.500 pessoas. Essa ação que tem conotação social sofreu o corte de 50% no orçamento, com a diminuição de 7.500 pessoas na meta e R$ 2.789.794,00 no valor.

Ação 5121 – Ídolos que marcaram época, marcam o presente

Criação de acervo com ídolos do presente e do passado que se destacaram em várias modalidades para servirem como exemplo quando houver promoções de eventos e nas realizações de campanhas desportivas de lazer, inclusive com a presença de alguns desses expoentes. O PPA projetou a meta de 96 eventos realizados. No entanto, os quatro anos de orçamento poderão cumprir a meta somente de 13 eventos. Isso significa que o PPA deixará de cumprir a meta em 83 eventos. Em 2010 o orçamento teve a dotação de R$ 8.000,00 para 5 eventos realizados. A proposta orçamentária projeta para 2011 R$1,00 sem realização de eventos.

Programa 4105- Desenvolvimento do Turismo: R$ 4.697.665,00 (R$ 4.646.577,00 em 2010) = diminuição de R$ 51.088,00

Ação 4739 – Capacitação e qualificação para a área do Turismo

Capacitação e qualificação dos agentes públicos e privados para as exigências das atividades dos setores diretamente ligados à atividade (hospedagem, alimentação, transporte), bem como as auxiliares (comércio, educação, segurança, saúde). O PPA projetou a meta de 2.800 agentes capacitados. Somando-se as metas executadas em 2008 e 2009 e as projeções de 2010 e 2011 poderão cumprir a capacitação de apenas 525 agentes. Nessa perspectiva, a ação deixará de capacitar 2.275 agentes em relação ao PPA. Essa ação teve em 2010 a dotação no valor de R$ 34.521,00 para capacitar 90 agentes. A proposta orçamentária de 2011 projeta o valor de R$ 31.369,00 para a capacitação de 50 agentes. Em relação a 2010 a meta foi diminuída em 40 agentes e o valor em R$ 3.152,00.

Ação 4136– Consolidando o Turismo Paulista

Promoção e desenvolvimento do turismo paulista mediante ações de sensibilização e mobilização dos atores envolvidos (públicos e privados) preferencialmente de maneira regional, bem como a melhoria e a estruturação de novos produtos turísticos, inclusive com a implantação de infra-estrutura turística e a indução do desenvolvimento da atividade pela iniciativa privada, entidades e municípios. O PPA projetou a meta de 1.000 produtos turísticos formatados. Os orçamentos nesse período, incluindo 2011 poderão atingir a meta de 600 produtos. Isso significa que a meta do PPA deixará de ser cumprida em 400 produtos. A ação em 2010 teve uma dotação de R$ 823.087,00 para a

formatação de 140 produtos turísticos. A proposta orçamentária de 2011 projeta o valor de R$ 82.716,00 para a mesma meta de 140 produtos turísticos formatados. Houve um aumento de R$ 629,00.

Ação 5502 – Promoção e Divulgação do Turismo do Estado de São Paulo

Promoção dos produtos turísticos do Estado de São Paulo em mercados tradicionais e em novos mercados, por intermédio de divulgação de materiais turísticos dos destinos e segmentos (guias, fôlderes, mapas etc.) e a participação e apoio aos eventos regionais, nacionais e internacionais (feiras, seminários, congressos etc.). O PPA projetou a meta de 80 promoções. Nos quatro anos, incluindo 2011 a meta projeta o cumprimento de 69 promoções. Isso significa que o PPA deixará de ser cumprido em 11 promoções. A dotação no orçamento de 2010 foi de R$ 4.007.237,00 com a meta de realização de 18 promoções. A proposta orçamentária de 2011 projeta o valor de R$ 3.842.580,00 para 18 promoções realizadas. Em relação a 2010 houve o aumento do valor de R$ 164.657,00 para a mesma meta.

Programa 4108 - Novos rumos, nos velhos trilhos : R$ 8.042.365,00 (R$ 6.517.314,00 em 2010) = diminuição de R$ 242.524,00

Ação 5785 – Gestão Administrativa

Manutenção da Estrada de Ferro Campos do Jordão em condições adequadas de funcionamento mediante suporte de infraestrautura, de forma a criar um ambiente propício para exercer suas atividades e manter adequadamente a funcionalidade das unidades por ela administrada, inclusive proporcionando segurança ao público usuário. Essa ação teve projetado no orçamento de 2010 o valor de R$ 2.035.000,00 com a meta de uma unidade administrada. A proposta orçamentária de 2011 projeta o valor de R$ 2.753.368,00 para uma unidade administrada. Houve aumento de R$ 718.368,00 para a mesma meta.

Ação 5784 – Pólos Turísticos, Culturais e de Lazer

Atendimento aos usuários dos pólos turísticos Ferrovia Campos do Jordão de maneira satisfatória e dentro das normas de segurança correspondendo às demandas de interesse dos municípios paulistas de apoio e desenvolvimento de produtos e equipamentos, compreendendo assessoria técnica para estudos e projetos de cunho turístico e de lazer. O PPA projetou a meta de atendimento de 1.185.320 usuários. Nos quatro anos poderá cumprir a meta de 1.089.099 usuários. Logo, deixará de cumprir a meta de atendimento de 96.221 usuários. A dotação em 2010 foi de R$ 2.075.731,00 para atender 335.000 usuários. A proposta orçamentária de 2011 projeta o valor de R$ 1.535.498,00 para uma meta de 290.000 usuários atendidos. Houve uma diminuição da meta em 45.000 usuários e do valor de R$ 540.233,00.

Ação 5819 – Transporte coletivo urbano e de turismo

Transporte ferroviário coletivo de passageiros nos municípios da região do Vale do Paraíba e Serra da Mantiqueira e viagens turísticas entre as mesmas. Essa ação teve em 2010 a dotação de R$ 4.174.158,00 para atender 170.000 passageiros. A proposta orçamentária de 2011 projeta o valor de R$ 3.753.499,00 para o atendimento de 170.000 passageiros. Houve uma diminuição no valor de R$ 420.659,00 para a mesma meta.

Programa 4501 – Comunicação Social: R$ 10,00

Desenvolvimento das ações de comunicação por toda a administração direta do Estado, sob a orientação do SICOM - Sistema de comunicação do Governo do Estado de São Paulo, abrangendo publicidade legal e institucional, documentação e informações, serviços à comunidade, modernização do serviço público, defesa da cidadania, mobilização social, divulgação das ações e projetos especiais de interesse público. Apesar de não quantificar os materiais e serviços de publicidade e marketing na proposta orçamentária de 2010 e 2011, a dotação aparece com o valor simbólico de R$ 10,0 nos dois anos.

3) PROPOSTA DA BANCADA DO PT:

A proposta da bancada do PT busca aproximar o Poder Legislativo dos anseios da população deste Estado, garantindo um orçamento mais realista e participativo.

Para tanto, apresentamos a emenda A, que permite corrigir as distorções das projeções de arrecadação do ICMS para 2011, conforme cálculo detalhado nas tabelas em anexo a este voto.

Considerando os valores efetivamente arrecadados até o quinto bimestre deste ano para a receita tributária e os valores previstos pelo governo para o sexto bimestre (através da Portaria Conjunta CAT-CAF nº.1, publicado em 20/01/2010), a arrecadação tributária em 2010 deve atingir os R$ 100,8 bilhões.

O Projeto de Lei Orçamentária para 2011 prevê uma arrecadação tributária de R$ 109,7 bilhões, um aumento de 8,8% em relação às projeções de arrecadação em 2010.

Considerando o aumento médio anual da arrecadação tributária de 2004 a 2008 – cerca de 14% - e projetando este valor para 2011, teremos uma arrecadação tributária de R$ 115,0 bilhões.

O acréscimo possível das Receitas Tributárias em relação ao valor previsto pelo governo, portanto, será de R$ 5,2 bilhões.

EMENDA A

1113.00.00 - Imposto sobre a Produção e a Circulação	**5.200.000.000**
1113.02.00 – ICMS	**5.200.000.000**
1113.02.51 – ICMS – Parte Estado	3.185.000.000
1113.02.54 – ICMS – Parte FUNDEB	715.000.000
1113.02.52 – ICMS – Parte Município	1.300.000.000

A destinação dos recursos suplementados através da EMENDA A deverá obedecer a seguinte distribuição:

EDUCAÇÃO	**1.170.000.000**
UNIVERSIDADES	429.214.500
SECRETARIA E CENTRO PAULA SOUZA	740.785.500
SAÚDE	**468.000.000**
FAPESP	**39.000.000**
DÍVIDA	**442.650.000**
PASEP	**39.000.000**
TOTAL DAS DESPESAS VINCULADAS	**2.158.650.000**
TOTAL DAS DESPESAS NÃO VINCULADAS	**3.041.350.000**
TOTAL DAS DESPESAS	**5.200.000.000**

Os recursos suplementados serão utilizados conforme a seguinte destinação:

DESPESAS NÃO VINCULADAS:

SUBEMENDA 1 – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

EMENDAS DE No.

		CÓDIGO								VALORES EM R$ 1,00	
		OR	**UO**	**FN**	**SFN**	**PG**	**NPA**	**GD**	**FR**	**SUPLEMENTAÇÃO**	
	Q	DENOMINAÇÃO									
		01000	1001	1	31	150	4817	1	1	50.000.000	+
		PROCESSO LEGISLATIVO									
	B	FUNCIONAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO									
		01000	1001	1	31	150	4817	3	1	30.000.000	+
		PROCESSO LEGISLATIVO									
	B	FUNCIONAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO									
		01000	1001	1	31	150	1215	4	1	20.000.000	+
		PROCESSO LEGISLATIVO									
	B	PALÁCIO 9 DE JULHO - REFORMAS/INSTALAÇÕES									

SUBEMENDA 2 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENDAS DE No.

		CÓDIGO								VALORES EM R$ 1,00	
		OR	**UO**	**FN**	**SFN**	**PG**	**NPA**	**GD**	**FR**	**SUPLEMENTAÇÃO**	
	Q	DENOMINAÇÃO									
		03000	3001	2	61	303	4826	1	1	700.000.000	+
		PROCESSO JUDICIÁRIO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA									
	B	DISTRIBUIÇÃO DA JUSTIÇA									
		03000	3001	2	61	303	4826	3	1	200.000.000	+
		PROCESSO JUDICIÁRIO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA									
	B	DISTRIBUIÇÃO DA JUSTIÇA									
		03000	3001	2	61	303	4828	4	1	100.000.000	+
		PROCESSO LEGISLATIVO									
	B	INSTALAÇÃO DE VARAS E CÂMARAS DIGITAIS									

SUBEMENDA 3 – MINISTÉRIO PÚBLICO

EMENDAS DE No.

		CÓDIGO								VALORES EM R$ 1,00	
		OR	**UO**	**FN**	**SFN**	**PG**	**NPA**	**GD**	**FR**	**SUPLEMENTAÇÃO**	
	Q	DENOMINAÇÃO									
		27000	27001	3	62	2701	4595	3	1	100.000.000	+
		DEFESA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS E DA ORDEM JURÍDICA									
	B	DEFESA DOS INTERESSES SOCIAIS									

SUBEMENDA 4 – DEFENSORIA PÚBLICA

EMENDAS DE No.

		CÓDIGO								VALORES EM R$ 1,00	
		OR	**UO**	**FN**	**SFN**	**PG**	**NPA**	**GD**	**FR**	**SUPLEMENTAÇÃO**	
	Q	DENOMINAÇÃO									
		42000	42001	3	92	42000	5798	1	1	50.000.000	+
		ASSISTÊNCIA JURÍDICA, INTEGRAL E GRATUITA AOS NECESSITADOS									
	B	GESTÃO E FUNCIONAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA									

SUBEMENDA 5 – EMENDAS PARLAMENTARES

EMENDAS DE No.

		CÓDIGO								VALORES EM R$ 1,00	
		OR	**UO**	**FN**	**SFN**	**PG**	**NPA**	**GD**	**FR**	**SUPLEMENTAÇÃO**	
	Q	DENOMINAÇÃO									
		29000	29001	4	127	2913	4477	4	1	282.000.000	+
		FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL									
	B	ARTICULAÇÃO MUNICIPAL E CONSÓRCIOS DE MUNICÍPIOS									

SUBEMENDA 6 – COMISSÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL

EMENDAS DE No.

		CÓDIGO								VALORES EM R$ 1,00	
		OR	**UO**	**FN**	**SFN**	**PG**	**NPA**	**GD**	**FR**	**SUPLEMENTAÇÃO**	
	Q	DENOMINAÇÃO									
		35000	35007	8	244	3513	1825	4	1	10.000.000	+
		PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA									
	B	IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS									
		35000	35007	8	244	3514	5529	4	1	10.000.000	+
		PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA									
	B	ATENÇÃO ESPECIAL									

SUBEMENDA 7 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

EMENDAS DE No.

		CÓDIGO								VALORES EM R$ 1,00	
		OR	**UO**	**FN**	**SFN**	**PG**	**NPA**	**GD**	**FR**	**SUPLEMENTAÇÃO**	
	Q	DENOMINAÇÃO									
		13000	13015	20	572	1313	1283	4	1	5.000.000	+
		RISCO SANITÁRIO ZERO									
	B	MODERNIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE LABORATORIAL									
		13000	13015	20	572	1301	1165	3	1	6.000.000	+
		GERAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIAS PARA O AGRONEGÓCIO									
	B	MODERNIZAÇÃO DE UNIDADES REGIONAIS DE PESQUISA									
		13000	13015	20	572	1301	1165	4	1	4.000.000	+
		GERAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIAS PARA O AGRONEGÓCIO									
	B	MODERNIZAÇÃO DE UNIDADES REGIONAIS DE PESQUISA									
		13000	13001	20	782	1314	1195	3	1	10.000.000	+
		INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O AGRONEGÓCIO									
	B	MELHOR CAMINHO									
		13000	13013	10	306	1308	6000	3	1	10.000.000	+
		SEGURANÇA ALIMENTAR									
	B	VIVA LEITE									
		13000	13013	20	306	1308	6001	3	1	10.000.000	+
		SEGURANÇA ALIMENTAR									
	B	BOM PRATO									
		13000	13015	20	573	1301	4872	3	1	2.500.000	+
		GERAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIAS PARA O AGRONEGÓCIO									
	B	ANÁLISES LABORATORIAIS PARA A QUALIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR									
		13000	13001	20	606	1309	4770	4	1	10.000.000	+
		GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO AGRONEGÓCIO PAULISTA									
	B	INTEGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS AO SISTEMA EST. INTEGRADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO									
		13000	13001	20	122	1314	1394	4	1	1.000.000	+
		INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O AGRONEGÓCIO									
	B	MELHORIA DA ESTRUTURA DE VISITAÇÃO DO PQ DA ÁGUA BRANCA E DO CENTRO EST. DE AGRIC.									

SUBEMENDA 8 – AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO ORÇAMENTO EMENDAS DE No.

		CÓDIGO								VALORES EM R$ 1,00	
		OR	UO	FN	SFN	PG	NPA	GD	FR	SUPLEMENTAÇÃO	
	Q	DENOMINAÇÃO									
		13000	13001	20	782	1314	1195	3	1	7.500.000	+
		INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O AGRONEGÓCIO									
	B	MELHOR CAMINHO									
		13000	13001	20	782	1314	1410	4	1	2.500.000	+
		INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O AGRONEGÓCIO									
	B	PONTES METÁLICAS									
		13000	13001	20	606	1307	4437	3	1	2.500.000	+
		DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO SUSTENTÁVEL									
	B	ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS DE DESENV. SUSTENTÁVEL									
		13000	13001	20	606	1309	4770	3	1	8.000.000	+
		GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO AGRONEGÓCIO PAULISTA									
	B	INTEGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS AO SIST. EST. INTEGRADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO									
		13000	13015	20	571	1301	5925	4	1	2.000.000	+
		GERAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIAS PARA O AGRONEGÓCIO									
	B	GERAÇÃO DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIAS PARA O AGRONEGÓCIO									
		13000	13013	20	306	1308	6001	3	1	2.000.000	+
		SEGURANÇA ALIMENTAR									
	B	BOM PRATO									
		35000	35007	8	224	3514	5529	3	1	1.000.000	+
		PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL									
	B	ATENÇÃO ESPECIAL									
		42000	42001	3	92	4200	5798	1	1	20.000.000	+
		ASSISTÊNCIA JURÍDICA, INTEGRAL E GRATUITA AOS NECESSITADOS									
	B	GESTÃO E FUNCIONAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA									
		10000	10063	12	364	1023	1515	4	1	5.700.000	+
		ENSINO PÚBLICO TECNOLÓGICO									
	B	EXPANSÃO DO ENSINO PÚBLICO TECNOLÓGICO									
		10000	10063	12	363	1024	2226	4	1	4.000.000	+
		ENSINO PÚBLICO TÉCNICO									
	B	EXPANSÃO DE MATRÍCULAS NO ENSINO PÚBLICO TÉCNICO									
		10000	10001	19	661	1015	5239	3	1	1.000.000	+
		DESENVOLVIMENTO LOCAL									
	B	FOMENTO E APOIO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS									
		10000	10063	12	363	1024	5292	3	1	4.850.000	+
		ENSINO PÚBLICO TÉCNICO									
	B	MANUTENÇÃO DO ENSINO PÚBLICO TÉCNICO									
		10000	10063	12	364	1023	5290	3	1	4.850.000	+
		ENSINO PÚBLICO TÉCNOLÓGICO									
	B	MANUTENÇÃO DO ENSINO PÚBLICO TECNOLÓGICO									
		10000	10001	19	572	1015	5992	3	1	2.000.000	+
		DESENVOLVIMENTO LOCAL									
	B	APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL									
		08000	8001	12	122	814	2033	3	1	2.000.000	+
		EXPANSÃO, MELHORIA E REFORMA DA REDE FÍSICA ESCOLAR									
	B	OBRAS DE EXPANSÃO DA REDE FÍSICA ESCOLAR									
		08000	8003	12	361	802	5417	3	1	2.000.000	+
		ALIMENTAÇÃO ESCOLAR									
	B	APOIO À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COM RECURSOS DE CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS									
		08000	8007	12	361	801	5740	3	1	2.000.000	+
		PARCERIA EDUCACIONAL ESTADO-MUNICÍPIO									
	B	TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA									
		08000	8001	12	361	801	5810	4	1	2.000.000	+
		PARCERIA EDUCACIONAL ESTADO-MUNICÍPIO									
	B	AÇÃO COOPERATIVA ESTADO-MUNICÍPIO PARA CONSTRUÇÕES ESCOLARES									

		43000	43061	12	364	4302	1151	4	1	3.000.000	+
		ENSINO PÚBLICO SUPERIOR									
	B	ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DAS UNIVERSIDADES E FACULDADES PÚBLICAS									
		43000	43001	12	364	4300	2074	4	1	6.000.000	+
		PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR									
	B	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E DA PESQUISA									
		43000	43058	12	364	4302	1151	4	1	5.000.000	+
		ENSINO PÚBLICO SUPERIOR									
	B	ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DAS UNIVERSIDADES E FACULDADES PÚBLICAS									
		44000	44058	10	302	927	4860	4	1	16.000.000	+
		ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL									
	B	ATENDIMENTO MÉDICO, AMBULATORIAL E HOSPITALAR									
		44000	44001	4	126	4407	5372	4	1	4.000.000	+
		FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO									
	B	GERENCIAMENTO E AMPLIAÇÃO DO POUPATEMPO									
		25000	25001	16	482	2510	2004	4	1	10.000.000	+
		URBANIZAÇÃO DE FAVELAS E ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS									
	B	REASSENTAMENTO HABITACIONAL									
		25000	25001	16	482	2510	2005	4	1	10.000.000	+
		URBANIZAÇÃO DE FAVELAS E ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS									
	B	URBANIZAÇÃO DE FAVELAS									
		25000	25001	16	482	2508	2006	4	1	64.000.000	+
		PROVISÃO DE MORADIAS									
	B	PRODUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS									
		25000	25001	16	482	2505	2276	4	1	15.000.000	+
		DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E SOCIAL PARA HABITAÇÃO									
	B	PROJETOS DO FUNDO PAULISTA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FPHIS									
		17000	17001	14	61	1717	1430	4	1	44.000.000	+
		CONSTRUÇÃO AMP. REF. E ADAPT. EDIF. FORENSES JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO									
	B	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE FÓRUNS E DE INSTALAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO									
		17000	17047	21	122	1727	4939	3	1	5.000.000	+
		MODERNIZAÇÃO DA SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA									
	B	ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS - ITESP									
		17000	17047	21	631	1709	4959	3	1	5.000.000	+
		REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA									
	B	REGULARIZAÇÃO DE TERRAS									
		17000	17047	21	631	1710	4963	3	1	3.000.000	+
		ASSENTAMENTO FUNDIÁRIO									
	B	PRODUÇÃO E RENDA NOS ASSENTAMENTOS, QUILOMBOLAS E OUTROS BENEFICIÁRIOS									
		17000	17047	21	631	1709	5909	3	1	5.000.000	+
		REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA									
	B	RECONHECIMENTO DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS									
		26000	26001	18	542	2610	5717	4	1	5.000.000	+
		PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS NATURAIS									
	B	IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE									
		27000	27001	3	62	2701	4595	3	1	20.000.000	+
		DEFESA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS E DA ORDEM JURÍDICA									
	B	DEFESA DOS INTERESSES SOCIAIS									
		29000	29001	4	127	2913	2272	4	1	8.000.000	+
		FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL									
	B	ATUAÇÃO ESPECIAL EM MUNICÍPIOS									
		39000	39055	18	541	3907	1573	4	1	10.000.000	+
		INFRAESTRUTURA HÍDRICA DE SANEAMENTO E COMBATE ÀS ENCHENTES									
	B	IMPLANTAÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE RETENÇÃO - PISCINÕES									
		39000	39055	18	544	3907	1596	4	1	3.000.000	+
		INFRAESTRUTURA HÍDRICA DE SANEAMENTO E COMBATE ÀS ENCHENTES									
	B	ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS									
		39000	39001	17	541	3906	1599	4	1	10.000.000	+
		SANEAMENTO AMBIENTAL EM MANANCIAIS DE INTERESSE REGIONAL									
	B	RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS MANANCIAIS DO ALTO TIETÊ									
		39000	39001	17	512	3932	2145	4	1	30.000.000	+
		IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE SANEAMENTO									
	B	APOIO AOS MUNICÍPIOS PARA AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE SISTEMAS DE ÁGUA E ESGOTOS									

		09000	9001	10	302	930	1377	4	1	88.000.000	+
		ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS/SP									
	B	CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E APARELHAMENTO PARA SERVIÇOS DE REFERÊNCIA									
		09000	9056	10	302	928	1963	4	1	8.000.000	+
		ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASSISTÊNCIA MÉDICA EM RIB. PRETO									
	B	OBRAS DE ADEQUAÇÃO,AMPLIAÇÃO APARELHAMENTO HOSP.CLÍNICAS FAC.MED.RIB.PRETO-USP									
		44000	44058	10	302	927	4107	3	1	5.000.000	+
		ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL									
	B	ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR POR TERCEIROS									
		44000	44058	10	301	927	4109	3	1	5.000.000	+
		ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL									
	B	ASSISTÊNCIA MÉDICO AMBULATORIAL NOS CTOS. DE ATENDIM. MÉDICO AMBULATORIAL-CEAMAS									
		09000	9001	10	302	930	4849	3	1	23.000.000	+
		ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS/SP									
	B	APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES FILANTRÓPICAS E MUNICIPAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO									
		09000	9001	10	302	930	4850	4	1	4.000.000	+
		ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS/SP									
	B	ATENDIMENTO MÉDICO, AMBULATORIAL E HOSPITALAR									
		44000	44058	10	302	927	4860	4	1	5.000.000	+
		ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL									
	B	ATENDIMENTO MÉDICO, AMBULATORIAL E HOSPITALAR									
		09000	9002	10	301	926	4867	3	1	5.000.000	+
		APOIO À ATENÇÃO BÁSICA DE COMPETÊNCIA MUNICIPAL COM O OBJETIVO DE UNIVERSALIDADE									
	B	QUALISMAIS - APOIO E QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA									
		18000	18007	6	183	1814	1293	4	1	11.000.000	+
		MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA									
	B	OBRAS E INSTALAÇÕES DE UNIDADES DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA									
		18000	18005	6	122	1811	4168	4	1	5.000.000	+
		CORPO DE BOMBEIROS									
	B	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS									
		18000	18002	6	122	1801	4180	3	1	3.000.000	+
		PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE									
	B	ADMINISTRAÇÃO GERAL DA POLÍCIA CIVIL									
		18000	18004	6	122	1807	4992	4	1	3.000.000	+
		POLICIAMENTO OSTENSIVO									
	B	ADMINISTRAÇÃO GERAL DA POLÍCIA MILITAR									
		18000	18004	6	181	1818	5004	4	1	1.000.000	+
		MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA									
	B	REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA PAULISTA									
		18000	18002	6	181	1818	5004	4	1	1.000.000	+
		MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA									
	B	REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA PAULISTA									
		16000	16056	26	781	1607	1110	4	1	17.000.000	+
		MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA									
	B	IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE AEROPORTOS DO ESTADO DE SÃO PAULO									
		16000	16055	26	782	1606	1114	4	1	25.000.000	+
		AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA									
	B	ESTRADAS VICINAIS									
		16000	16055	26	782	1606	1418	4	1	44.000.000	+
		AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA									
	B	DUPLICAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS									
		16000	16055	26	782	1606	1419	4	1	7.000.000	+
		AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA									
	B	RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS									
		16000	16055	26	782	1606	1970	4	1	300.000	+
		AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA									
	B	IMPLANTAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO DE RODOVIAS - CONVÊNIO DER/DERSA									
		16000	16055	26	782	1606		4	1	10.000.000	+
		AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA									
	B	LIGAÇÃO SECA ENTRE SANTOS E GUARUJÁ									
		37000	37001	26	453	3703	4288	3	1	20.000.000	+
		GESTÃO ESTRATÉGICA DE TRANSPORTE METROPOLITANO - PITU VIVO									
	B	PLANEJAMENTO, GESTÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES DO SISTEMA DE TRANSPORTE METROPOLITANO									
		03000	3001	2	61	303	4826	1	1	5.000.000	+
		PROCESSO JUDICIÁRIO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA									
	B	DISTRIBUIÇÃO DA JUSTIÇA									
		41000	41003	27	695	4105	4136	4	1	5.000.000	+
		DESENVOLVIMENTO DO TURISMO									
	B	CONSOLIDANDO O TURISMO PAULISTA									

SUBEMENDA 9 – IAMSPE

EMENDAS DE No.

		CÓDIGO								VALORES EM R$ 1,00	
		OR	**UO**	**FN**	**SFN**	**PG**	**NPA**	**GD**	**FR**	**SUPLEMENTAÇÃO**	
	Q	DENOMINAÇÃO									
		44000	44058	10	302	927	4107	3	1	100.000.000	+
		ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL									
	B	ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR POR TERCEIROS									
		44000	44058	10	301	927	4109	3	1	100.000.000	+
		ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL									
	B	ASSISTÊNCIA MÉDICO AMBULATORIAL NOS CTOS. DE ATENDIM. MÉDICO AMBULATORIAL-CEAMAS									

SUBEMENDA 10 – REAJUSTE DO SERVIDOR PÚBLICO

EMENDAS DE No.

		CÓDIGO								VALORES EM R$ 1,00	
		OR	**UO**	**FN**	**SFN**	**PG**	**NPA**	**GD**	**FR**	**SUPLEMENTAÇÃO**	
	Q	DENOMINAÇÃO									
		10000	10001	19	122	100	5272	1	1	5.800.000	+
		SUPORTE ADMINISTRATIVO									
	B	APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO									
		10000	1091	19	572	1037	5840	1	1	5.700.000	+
		QUALIDADE DA ENGENHARIA E DA INFRAESTRUTURA PAULISTA									
	B	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS									
		12000	12001	13	392	1213	5727	1	1	1.300.000	+
		GESTÃO DE RECURSOS DA SECRETARIA DA CULTURA									
	B	GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA									
		12000	12045	13	122	1206	5459	1	1	4.200.000	+
		RÁDIO E TV EDUCATIVAS									
	B	APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO									
		13000	13001	20	122	1310	4455	1	1	16.000.000	+
		MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DE QUALIDADE DAS AGROPOLÍTICAS PÚBLICAS									
	B	GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DOS AGRONEGÓCIOS									
		13000	13002	20	606	1307	4437	1	1	4.400.000	+
		DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO SUSTENTÁVEL									
	B	ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS DE DESENV. SUSTENTÁVEL									
		13000	13014	20	603	1311	4457	1	1	2.300.000	+
		DEFESA SANITÁRIA DO AGRONEGÓCIO P/ PROTEÇÃO DA SAÚDE DO HOMEM E DO MEIO AMBIENTE									
	B	VIGILÂNCIA SANITÁRIA VEGETAL									
		13000	13014	20	604	1311	4458	1	1	3.500.000	+
		DEFESA SANITÁRIA DO AGRONEGÓCIO P/ PROTEÇÃO DA SAÚDE DO HOMEM E DO MEIO AMBIENTE									
	B	VIGILÂNCIA SANITÁRIA ANIMAL									
		13000	13015	20	571	1301	5925	1	1	12.700.000	+
		GERAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIAS PARA O AGRONEGÓCIO									
	B	GERAÇÃO DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIAS PARA O AGRONEGÓCIO									
		16000	16055	26	122	100	4908	1	1	27.000.000	+
		SUPORTE ADMINISTRATIVO									
	B	ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES DA SECRETARIA DOS TRANSPORTES									
		17000	17001	14	122	1727	5900	1	1	6.000.000	+
		MODERNIZAÇÃO DA SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA									
	B	ADMINISTRAÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA									
		17000	17047	21	631	1710	4960	1	1	2.100.000	+
		ASSENTAMENTO FUNDIÁRIO									
	B	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA BENEFICIÁRIOS DA REFORMA AGRÁRIA									
		17000	1048	14	243	1729	5907	1	1	24.000.000	+
		ATENÇÃO INTEGRAL AO ADOLESCENTE E INTEGRAÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS									
	B	RECONFIGURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS									
		18000	18001	6	122	100	4985	1	1	24.000.000	+
		SUPORTE ADMINISTRATIVO									
	B	GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA									
		18000	18002	6	181	1801	4989	1	1	156.000.000	+
		PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE									
	B	POLÍCIA JUDICIÁRIA									
		18000	18004	6	181	1807	4993	1	1	278.650.000	+
		POLICIAMENTO OSTENSIVO									
	B	DEFESA DO CIDADÃO									

Uma vez que não existe óbice de ordem constitucional, legal, jurídica e financeira que possa ser levantado contra a propositura, e já que a proposta se ajusta perfeitamente à realidade, só nos resta recomendar:

1) Pela aprovação do PL 711/10;

2) Pela aprovação da emenda A;

3) Pela aprovação das emendas relacionadas às Subemendas 1 a 10, referentes à Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Emendas Parlamentares, Comissão de Agricultura e Pecuária, Comissão de Promoção Social, Comissão de Finanças e Orçamento, IAMSPE e Reajuste do Servidor Público;

4) Pela rejeição das demais emendas apresentadas;

Este é o nosso parecer,

a) Enio Tatto

a) Adriano Diogo

valores previstos Portaria Conjunta CAT-CAF nº. 1 de 20/01/2010	1o. BIM	2o. BIM	3o. BIM	4o. BIM	5o. BIM	6o. BIM	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	**22.538.781.543**	**18.865.253.805**	**18.088.089.511**	**18.734.534.557**	**19.031.204.105**	**19.192.248.480**	**116.450.112.001**
RECEITA TRIBUTÁRIA	18.340.521.182	14.666.780.927	14.050.367.651	14.685.827.897	15.164.306.497	15.486.456.302	92.394.260.456
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	547.157.016	547.157.016	547.157.016	547.157.016	547.157.016	648.807.945	3.384.593.025
RECEITA PATRIMONIAL	1.174.324.433	1.174.536.950	1.091.202.163	1.024.770.732	842.961.680	459.761.110	5.767.557.068
RECEITA AGROPECUÁRIA	3.501.072	3.501.072	3.501.072	3.501.072	3.501.072	3.501.100	21.006.460
RECEITA INDUSTRIAL	34.982.820	34.982.820	34.982.820	34.982.820	34.982.820	34.982.830	209.896.930
RECEITA DE SERVIÇOS	387.546.234	387.546.234	387.546.234	387.546.234	387.546.234	387.546.260	2.325.277.430
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.672.316.966	1.672.316.966	1.594.900.735	1.672.316.966	1.672.316.966	1.792.761.051	10.076.929.650
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	378.431.820	378.431.820	378.431.820	378.431.820	378.431.820	378.431.882	2.270.590.982
RECEITAS DE CAPITAL	**1.578.660.301**	**1.587.740.222**	**2.497.582.278**	**1.606.822.233**	**907.389.257**	**1.077.390.322**	**9.255.584.613**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	814.299.144	814.299.144	814.299.144	814.299.144	814.299.144	814.299.422	4.885.795.142
ALIENAÇÃO DE BENS	674.434.210	683.514.131	1.593.356.187	702.596.142	3.163.166	173.163.400	3.830.227.236
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	576.100	576.100	576.100	576.100	576.100	576.130	3.456.630
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	64.361.319	64.361.319	64.361.319	64.361.319	64.361.319	64.361.810	386.168.405
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	24.989.528	24.989.528	24.989.528	24.989.528	24.989.528	24.989.560	149.937.200
TOTAL (EXCETO RECEITA INTRA)	**24.117.441.844**	**20.452.994.027**	**20.585.671.789**	**20.341.356.790**	**19.938.593.362**	**20.269.638.802**	**125.705.696.614**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.161.473.106	2.161.473.106	2.161.473.106	2.161.473.106	2.161.473.106	2.699.841.424	13.507.206.954
RECEITAS CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	201.915.340	201.915.340	201.915.340	201.915.340	201.915.340	201.915.450	1.211.492.150
TOTAL	**26.480.830.290**	**22.816.382.473**	**22.949.060.235**	**22.704.745.236**	**22.301.981.808**	**23.171.395.676**	**140.424.395.718**

valores arrecadados	1o. BIM	2o. BIM	3o. BIM	4o. BIM	5o. BIM	6o. BIM (nov)	TOTAL
1 - RECEITAS CORRENTES	**23.842.842.491**	**22.220.821.135**	**21.274.920.329**	**21.763.826.886**	**21.691.263.881**	**9.093.769.263**	**119.887.443.985**
11 - RECEITA TRIBUTARIA	19.151.045.604	17.136.510.468	16.070.077.743	16.340.572.231	16.693.743.603	6.900.047.245	92.291.996.894
12 - RECEITAS DE CONTRIBUICOES	526.403.023	562.888.870	621.069.099	624.079.093	556.341.535	261.852.234	3.152.633.854
13 - RECEITA PATRIMONIAL	1.321.289.631	1.217.421.176	1.424.698.942	1.358.103.383	1.319.331.182	371.955.223	7.012.799.537
14 - RECEITA AGROPECUARIA	5.540.780	1.419.059	3.417.496	4.477.252	4.217.564	3.211.484	22.283.635
15 - RECEITA INDUSTRIAL	18.929.681	28.772.797	26.384.077	28.362.571	27.958.550	21.569.633	151.977.309
16 - RECEITA DE SERVICOS	429.051.590	485.858.726	434.812.394	526.006.654	422.092.632	207.425.352	2.505.247.347
17 - TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.907.115.010	2.190.857.605	2.100.746.842	1.988.083.742	1.979.766.017	945.429.571	11.111.998.786
19 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	483.467.172	597.092.435	593.713.737	894.141.960	687.812.799	382.278.521	3.638.506.623
2 - RECEITAS DE CAPITAL	**1.057.161.542**	**953.037.548**	**907.515.887**	**1.046.622.569**	**171.071.111**	**117.340.864**	**4.252.749.521**
21 - OPERACOES DE CREDITO	324.107.192	188.586.074	175.500.905	241.670.711	144.684.186	107.278.320	1.181.827.386
22 - ALIENACAO DE BENS	672.912.914	682.994.042	691.937.419	734.624.230	7.460.132	985.165	2.790.913.901
23 - AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	45.207	763.449	1.198.622	1.375.688	1.106.133	731.155	5.220.254
24 - TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	55.961.334	74.083.057	32.129.665	64.491.405	7.478.976	8.076.596	242.221.032
25 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4.134.896	6.610.927	6.749.277	4.460.535	10.341.684	269.629	32.566.947
TOTAL (EXCETO RECEITA INTRA)	**24.900.004.033**	**23.173.858.683**	**22.182.436.216**	**22.810.449.455**	**21.862.334.992**	**9.211.110.127**	**124.140.193.506**
7 - RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORCAMENTARIAS	1.894.389.325	1.946.322.086	2.011.249.759	1.944.513.385	2.070.986.100	366.102.926	10.233.563.580
8 - RECEITAS DE CAPITAL - INTRA-ORCAMENTARIAS	35.991.791	85.588.348	153.293.212	145.447.588	118.962.077	147.734.666	687.017.681
TOTAL	**26.830.385.149**	**25.205.769.117**	**24.346.979.187**	**24.900.410.428**	**24.052.283.168**	**9.724.947.718**	**135.060.774.767**

	1o. BIM (arrec)	2o. BIM (arrec)	3o. BIM (arrec)	4o. BIM (arrec)	5o. BIM (arrec)	6o. BIM (prev.)	TOTAL	previsto PLOA 2011	% VAR	revisão LOA 2011	% VAR	margem de suplementação
1 - RECEITAS CORRENTES	**23.842.842.491**	**22.220.821.135**	**21.274.920.329**	**21.763.826.886**	**21.691.263.881**	**19.192.248.480**	**129.985.923.202**	**133.842.894.353**	**3,0%**			
11 - RECEITA TRIBUTARIA	19.151.045.604	17.136.510.468	16.070.077.743	16.340.572.231	16.693.743.603	15.486.456.302	**100.878.405.951**	**109.739.735.976**	**8,8%**	**115.001.382.784**	**14,0%**	**5.261.646.808**
12 - RECEITAS DE CONTRIBUICOES	526.403.023	562.888.870	621.069.099	624.079.093	556.341.535	648.807.945	3.539.589.565	2.337.817.422	-34,0%			
13 - RECEITA PATRIMONIAL	1.321.289.631	1.217.421.176	1.424.698.942	1.358.103.383	1.319.331.182	459.761.110	7.100.605.424	3.586.685.709	-49,5%			
14 - RECEITA AGROPECUARIA	5.540.780	1.419.059	3.417.496	4.477.252	4.217.564	3.501.100	22.573.250	21.644.680	-4,1%			
15 - RECEITA INDUSTRIAL	18.929.681	28.772.797	26.384.077	28.362.571	27.958.550	34.982.830	165.390.506	197.052.530	19,1%			
16 - RECEITA DE SERVICOS	429.051.590	485.858.726	434.812.394	526.006.654	422.092.632	387.546.260	2.685.368.255	2.524.245.490	-6,0%			
17 - TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.907.115.010	2.190.857.605	2.100.746.842	1.988.083.742	1.979.766.017	1.792.761.051	11.959.330.266	12.771.963.233	6,8%			
19 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	483.467.172	597.092.435	593.713.737	894.141.960	687.812.799	378.431.882	3.634.659.984	2.663.749.313	-26,7%			
2 - RECEITAS DE CAPITAL	**1.057.161.542**	**953.037.548**	**907.515.887**	**1.046.622.569**	**171.071.111**	**1.077.390.322**	**5.212.798.979**	**6.830.669.990**	**31,0%**			
21 - OPERACOES DE CREDITO	324.107.192	188.586.074	175.500.905	241.670.711	144.684.186	814.299.422	1.888.848.489	4.272.848.330	126,2%			
22 - ALIENACAO DE BENS	672.912.914	682.994.042	691.937.419	734.624.230	7.460.132	173.163.400	2.963.092.136	760.762.780	-74,3%			
23 - AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	45.207	763.449	1.198.622	1.375.688	1.106.133	576.130	5.065.229	3.000.130	-40,8%			
24 - TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	55.961.334	74.083.057	32.129.665	64.491.405	7.478.976	64.361.810	298.506.246	395.373.830	32,5%			
25 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4.134.896	6.610.927	6.749.277	4.460.535	10.341.684	24.989.560	57.286.878	1.398.684.920	2341,5%			
TOTAL (EXCETO RECEITA INTRA)	**24.900.004.033**	**23.173.858.683**	**22.182.436.216**	**22.810.449.455**	**21.862.334.992**	**20.269.638.802**	**135.198.722.181**	**140.673.564.343**	**4,0%**			
7 - RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORCAMENTARIAS	1.894.389.325	1.946.322.086	2.011.249.759	1.944.513.385	2.070.986.100	2.699.841.424	12.567.302.078	13.620.148.394	8,4%			
8 - RECEITAS DE CAPITAL - INTRA-ORCAMENTARIAS	35.991.791	85.588.348	153.293.212	145.447.588	118.962.077	201.915.450	741.198.465	1.207.164.140	62,9%			
TOTAL	**26.830.385.149**	**25.205.769.117**	**24.346.979.187**	**24.900.410.428**	**24.052.283.168**	**23.171.395.676**	**148.507.222.724**	**155.500.876.877**	**4,7%**			

11 - RECEITA TRIBUTARIA	valores arrecadados	% crescimento anual	média crescimento 2004 a 2008
2003	44.682.132.625		
2004	51.192.595.120	14,57%	
2005	57.066.142.762	11,47%	
2006	63.419.902.855	11,13%	
2007	71.538.997.386	12,80%	
2008	85.749.011.588	19,86%	14,0%
2009	89.345.606.352	4,19%	